



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Alejandro Tavares da Silva Felipe

**Quem não é escravo é senhor: usina açucareira no norte de Mato Grosso no
pós-abolição**

Rio de Janeiro

2024

Alejandro Tavares da Silva Felipe

Quem não é escravo é senhor: usina açucareira no norte de Mato Grosso no pós-abolição



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Renata Figueiredo Moraes

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

F315 Felipe, Alejandro Tavares da Silva.
Quem não é escravo é senhor: usina açucareira no norte de Mato Grosso no pós-abolição / Alejandro Tavares da Silva Felipe. – 2024.
140 f.

Orientadora: Renata Figueiredo Moraes.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Trabalho forçado - Mato Grosso - Teses. 2. Escravidão - Brasil - Teses. 3. Usinas de açúcar - Mato Grosso - Teses. 4. Brasil - História - Teses. I. Moraes, Renata Figueiredo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 343.262:981(817.2)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Alejandro Tavares da Silva Felipe

Quem não é escravo é senhor: usina açucareira no norte de Mato Grosso no pós-abolição

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 17 de dezembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Renata Figueiredo Moraes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Carlos Eduardo Pinto de Pinto

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof. Dr. Paulo Cruz Terra

Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2024

RESUMO

FELIPPE, Alejandro Tavares da Silva. **Quem não é escravo é senhor**: usina açucareira no norte de Mato Grosso no pós-abolição. 2024. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

No âmbito da história social do trabalho e das discussões sobre o pós-abolição, este estudo analisa o trabalho forçado e suas relações com conceitos como escravidão, escravidão contemporânea e trabalho análogo ao de escravo, a partir do desenvolvimento da moderna usina açucareira em Mato Grosso. O recorte cronológico abrange a última década do século XIX até 1931, com ênfase na Primeira República. O objetivo é explorar as permanências e reconfigurações do regime de trabalho nas usinas, analisando os meios de recrutamento e manutenção desses trabalhadores em relação aos processos de abolição e às transformações políticas, como a Proclamação da República e a Revolução de 1930. A pesquisa relaciona o caso dos trabalhadores das usinas com outros setores produtivos da região, destacando dinâmicas que perpetuaram práticas coercitivas e violentas, frequentemente definidas como escravidão pelos contemporâneos. Entre essas dinâmicas, ressaltam-se o combate à 'vadiagem', a política de terras excludente e os discursos preconceituosos que legitimaram a imposição do trabalho forçado a recém-libertos, 'vadios', ébrios, criminosos e outros marginalizados.

Palavras-chave: pós-abolição; trabalho forçado; escravidão contemporânea; usina açucareira; Mato Grosso.

ABSTRACT

FELIPPE, Alejandro Tavares da Silva. **Who is not a slave is a master**: sugar mill in the north of Mato Grosso in the post-abolition period. 2024. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Within the scope of social labor history and discussions on the post-abolition period, this study analyzes forced labor and its connections to concepts such as slavery, contemporary slavery, and labor analogous to slavery, based on the development of the modern sugar mill in Mato Grosso. The chronological scope covers the last decade of the 19th century to 1931, with an emphasis on the First Republic. The objective is to explore the continuities and reconfigurations of the labor regime in sugar mills, analyzing the means of recruiting and retaining these workers in relation to the abolition of slavery and the political transformations experienced by Mato Grosso and Brazil during the period studied, highlighting the Proclamation of the Republic and the 1930 Revolution. The research relates the case of mill workers to other productive sectors in the region, emphasizing dynamics that perpetuated coercive and violent practices, often defined by contemporary social actors as slavery. Among these dynamics, the study highlights the fight against 'vagrancy,' the promotion of exclusionary land policies, and prejudiced discourses that legitimized the imposition of forced labor on freedmen, 'vagrants,' drunkards, criminals, and other marginalized groups.

Keywords: post-abolition; forced labor; contemporary slavery; sugar mill; Mato Grosso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Trabalhadores no <i>tronco</i> . <i>clichés</i> reproduzidos n' <i>O globo</i>	15
Figura 2 – Trabalhadores no tronco Fotos 1 e 2 reproduzidas n' <i>O Cruzeiro</i>	15
Figura 3 – Mulheres e crianças libertadas nas operações. Foto 5, reproduzida n' <i>O Cruzeiro</i>	15
Figura 4 – Trabalhadores libertos nas operações. Foto 6, reproduzida no <i>Cruzeiro</i>	16
Figura 5 – A Usina da <i>Conceição</i> . Foto reproduzida na revista <i>Brasil Açucareiro</i>	17

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	7
1	OS OBREIROS DO PROGRESSO	32
1.1	O início da indústria açucareira em Rio Abaixo.....	32
1.2	O pós-abolição e o início da Republica.....	36
2	DAS LUZES DA ITAICY ÀS SOMBRAS DA BAHIA DOS GARCEZ.....	55
3	SÓ NÃO É ESCRAVO QUEM É SENHOR: O PREDOMÍNIO POLÍTICO DOS USINEIROS NO NORTE DO ESTADO.....	80
3.1	Perrengues, perrecistas e a oligarquia marquista.....	80
3.2	A Caetanada.....	89
4	O CONGRAÇAMENTO DA FAMILIA MATOGROSSENSE.....	114
5	CONCLUSÃO.....	136
	REFERÊNCIAS.....	139

INTRODUÇÃO

“Manchas que envergonham a nossa civilização”. Foi com essa manchete que o jornal *O Globo* noticiou no dia 21 de janeiro de 1931, a continuidade de uma operação contra o regime de trabalho praticado em usinas açucareiras na região de Rio Abaixo, cidade próxima à capital Cuiabá, em Mato Grosso. As primeiras reportagens utilizavam-se dos termos “escravocratas” para se referir aos usineiros, “escravos” para se referir aos trabalhadores e “bárbara escravidão” para se referir ao sistema imposto por uns sobre os outros. As descrições sobre o regime de trabalho, classificado como antro de tiranias e as imagens evocadas causavam espanto ao remeter à persistência de um regime findo oficialmente há mais de quarenta anos no Brasil. Por outro lado, davam esperança os relatos de trabalhadores que ao ouvirem o “grito da liberdade”, partido dos lábios dos representantes do governo, irrompiam delirantemente em vivas à liberdade e ao governo.¹

A narrativa se coaduna com muitos dos anseios e propostas expostos por Getúlio Vargas à frente do movimento que tomou o poder no ano anterior, considerado por ele como uma “marcha inevitável” e que tinha entre seus objetivos medidas que atacavam frontalmente os interesses do grupo dos usineiros nos campos político, econômico e social. Em seu anseio modernizador, prometia combater a “máquina do filhotismo parasitário”; reformar o sistema eleitoral, impedindo o caciquismo e garantindo o voto; promover a extinção progressiva dos latifúndios; proteger a pequena propriedade, transferindo lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola; intensificar a produção pela policultura; instituir o Ministério do Trabalho destinado a superintender a questão social e defender o operariado urbano e rural.²

Alguns dos problemas apontados por Getúlio foram igualmente notados por pesquisadores que estudaram o período da Primeira República, também conhecida como República Velha. Algumas destas questões perduravam desde meados do período Imperial.

O “filhotismo parasitário”, o “caciquismo” e a não garantia do voto segundo Vítor Nunes Leal se originavam a partir do sistema coronelista, que consistia em um compromisso entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos

¹ Manchas que envergonham a nossa civilização. O GLOBO. Rio de Janeiro. 21/01/1931. p.3

Sob o régimen do chicote e do tronco. O GLOBO. Rio de Janeiro. 12/01/1931. p.3.

Libertos enfim da escravidão e do martírio!. O GLOBO. Rio de Janeiro 19/01/1931. p.2.

² O Novo Governo do Brasil. GAZETA OFFICIAL. Mato Grosso. 06.11.1930.p.1.

chefes locais, em especial os senhores de terras.³ Ao depender dos coronéis, no nível municipal, para garantir votos, o governo estadual assumia compromissos coronelistas com os líderes locais. É precisamente a estes compromissos que Vitor Nunes Leal chama de “política dos coronéis”. Em troca do apoio eleitoral aos governadores, os chefes locais recebiam o apoio necessário para estabelecer oligarquias a nível municipal. Vitor Nunes Leal apresenta a “política dos coronéis” ou o “coronelismo” como a reprodução, a nível municipal, da “política dos governadores” ou “política dos estados” que, apesar de ter sido inaugurada por Campos Sales, não era mais que o reconhecimento de um fato consumado a partir do Ato Adicional de 1834. Desde então o presidente da província tinha a função política de garantir a vitória eleitoral dos candidatos apoiados pelo governo. Com o advento da República, essa atribuição foi “herdada” pelo presidente do estado.⁴

No poder, os coronéis estabeleciam diversas formas de favorecimento aos aliados e de perseguição aos adversários, entre elas o paternalismo, que se expressava pela concessão de favores pessoais de toda ordem aos aliados, como arranjar empregos públicos e a negativa dos mesmos aos adversários; o filhotismo, que consistia no emprego de familiares e agregados em funções municipais e na utilização do dinheiro, dos bens e dos serviços do governo municipal nas batalhas eleitorais; o mandonismo que se manifestava na perseguição aos adversários.⁵

O prestígio dos coronéis e a possibilidade de impor seu domínio a partir do seu poder de mando e de práticas paternalistas se originava na capacidade que dispunham de arregimentar votos nos pleitos para eleição do presidente de estado, e esta tinha uma íntima relação com seu domínio sobre a terra, por isso a manifesta intenção de Vargas em extinguir progressivamente os latifúndios e em promover a transferência de lotes de terra de cultura ao trabalhador agrícola. A esse respeito Victor Nunes Leal comenta:

[O Coronel] comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o ‘coronel’ como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas.⁶

³ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012. p.32.

⁴ *Ibid.* p.69-89.

⁵ *Ibid.* p.46-47.

⁶ *Ibid.* p.34.

A descrição dos coronéis feita por Victor Nunes Leal coincide perfeitamente com uma outra, feita por Lenine de Campos Póvoas, uma das primeiras referências para o estudo da usina açucareira no Norte de Mato Grosso, sobre os coronéis usineiros:

Dentro dos amplos limites de sua propriedade a sua palavra era a única lei. Ele enfeixava em suas mãos todos os poderes. Era legislativo, o executivo e o judiciário. Ditava as normas. Traçava os limites dos que ali viviam. Julgava e punia os que transgredissem as normas do bem viver dentro daquele aglomerado social [...] Eles se transformavam, por forças das circunstâncias, num caudilho.⁷

José de Souza Martins, estudando a “transição” do trabalho escravo ao trabalho livre a partir do setor cafeeiro paulista aponta que o regime de propriedade que vigorava durante a Primeira República não coincidentemente foi desenhado a partir da aprovação da lei Eusébio de Queiroz que punha fim ao tráfico de escravos, pelo menos legalmente, no Brasil.

O fim do tráfico de escravos limitava a expansão das culturas do café e do açúcar. A imigração tampouco resolveria o problema devido ao regime de ocupação da terra que então vigorava. Embora o sistema baseado na livre ocupação das terras devolutas tivesse sido suspenso em 1822 e formalmente abolido com a Constituição de 1824, nenhum outro chegou a ser formulado até 1850. Os imigrantes que entravam em massa no país poderiam se recusar em se engajar no trabalho nas fazendas para ocupar novas terras, como vinha ocorrendo nos Estados Unidos. Diante desta possibilidade, no mesmo ano da proibição do comércio de escravos foi promulgada a Lei de Terras, que proibia outra forma de acesso à terra, mesmo às terras devolutas, que não fosse por meio da compra.⁸

Ainda segundo o autor, dificultando o acesso à terra aos trabalhadores sem recursos, a Lei de Terras forneceu as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho nas fazendas mesmo diante do fim da escravidão. A lei criou artificialmente a superpopulação relativa de que os cafeeiros necessitavam.⁹ Por este meio foi possível de reduzir o salário dos imigrantes recém-chegados e tornar compulsório o trabalho por eles realizado.¹⁰

A transição ao trabalho “livre” fez emergir formas de trabalho não tão “livres” quanto pareciam. Em São Paulo surgiram formas não capitalistas de exploração da força de trabalho

⁷ PÓVOAS, Lenine de Campos. O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2022. p. 58.

⁸ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.289-290.

⁹ Ibid. p.52-53

¹⁰ Ibid. p.146.

pelo capital, como a parceria e o colonato.¹¹ Modalidades de trabalho que, apesar de envolverem contrapartidas financeiras, estabeleciam a prestação de alguns trabalhos gratuitos e levavam ao trabalho compulsório por meio do endividamento do trabalhador, advindo do custeio das passagens, transporte e alojamento do mesmo até a chegada na fazenda, dos adiantamentos para a aquisição de ferramentas, do consumo de gêneros de primeira necessidade, que só podia ser feito em armazéns das próprias fazendas e dos juros que incidiam estas dívidas. O assalariamento, segundo José de Souza Martins, dava maior liberdade de circulação e descompromissava o trabalhador com o ciclo do café, sendo visto com ressalvas pelos cafeicultores, que receavam a falta de trabalhadores durante a colheita e o encarecimento da mão-de-obra. O regime de parceria reduziu o acerto de contas a uma vez por ano, após o encerramento do ciclo agrícola, comprometendo o trabalhador com o ciclo inteiro.¹²

Victor Nunes Leal também destaca essas medidas de imobilização do trabalhador e outras estratégias de tornar o trabalho compulsório ao afirmar que era ao coronel que o roceiro recorria nos momentos de dificuldade, comprando fiado em seu armazém para pagar com a colheita, ou pedindo dinheiro, nas mesmas condições, para outras necessidades.¹³

Ao longo deste trabalho voltaremos a tratar de formas de trabalho forçado comuns ao período e aos mecanismos utilizados pelas elites político-econômicas para submeter o trabalhador. Por hora interessa-nos estabelecer diferenciações entre estas formas de trabalho forçado e o regime posto em prática nas usinas açucareiras em Mato Grosso. Se práticas de restrição da mobilidade do trabalhador, mecanismos de endividamento e contrapartidas não-monetárias eram comuns no período, tratadas com naturalidade por parte de empregadores e até mesmo pelo governo, que tomou parte ativa na política migratória, por exemplo, o que poderia ter provocado tamanho espanto diante da exposição do regime de vida e de trabalho dos trabalhadores do açúcar no norte de Mato Grosso? É disso que passaremos a tratar agora.

Entre os diversos jornais cariocas que noticiavam o desenvolvimento e repercussão das operações ocorridas em Mato Grosso, destaca-se a cobertura do jornal *O Globo* que, no espaço de um mês e meio, publicou 11 reportagens sobre o assunto. Sendo o primeiro jornal a dar destaque à libertação dos trabalhadores.

¹¹ Ibid. p.145.

¹² Ibid. p.156.

¹³ Leal, id., p.34.

A primeira reportagem, publicada em 12 de janeiro de 1931, destacava que na propriedade de João Celestino, o Dr. Guilherme Queiroz Ripoel constatou a existência da “mais barbara escravidão”. Os trabalhadores viviam “sob o regimen do pão, do chicote e do tronco”, há mais de 20 anos; não conheciam sequer a moeda brasileira, pois só circulavam vales destinados a compras na mesma usina a “preços fabulosos”; tinham sua mobilidade controlada e não podiam sair da usina. E teriam recebido os representantes do governo “delirantemente” prorrompendo em vivas à liberdade e ao governo atual.¹⁴

No dia 21, comentava-se que as providencias tomadas pelo governo teriam enfraquecido a autoridade dos muitos escravagistas existentes no Estado. Continuavam a sair das usinas de Rio Abaixo “regular número de escravos, maltrapilhos e em aspecto de dolorosa miséria”. Acusa-se o advogado João Christião Carstens, chefe de polícia do governo anterior, de ter negociado os “escravos” recém-chegados.¹⁵

Em reportagem do dia 30 de janeiro, relata-se a utilização do tronco como forma de punição na usina *Conceição*. Mencionam-se também operações movidas na usina *Aricá*, de propriedade de Virginio Nunes Ferraz, vulgo coronel Vivi, no local foi apreendido um tronco e libertados dez trabalhadores, dentre os quais uma menina de 16 anos, vítima de “concupiscência” de um filho casado do referido coronel.¹⁶

No dia 6 do mês seguinte, comunica-se a viagem de Mená para o Rio de Janeiro e a possibilidade de sua substituição por Arthur Maciel. O que de fato se confirmou.¹⁷ Seis dias depois, informa-se sobre uma campanha política movida pelos “esclavagistas” de Mato Grosso que, em represália ao governo, passaram a apoiar os revolucionários do Sul, que pleiteavam a mudança da capital.¹⁸

No dia 18 de fevereiro narra-se a aprovação, por parte de vinte e duas organizações trabalhistas, das ações tomadas pelo interventor e a continuidade das operações. Diversos escravagistas, avisados da aproximação da escolta, teriam atirado na água ou incinerado os troncos e outros instrumentos de suplício. Sendo libertados, desde o início das operações, cerca de 300 “escravos”, cujos nomes constavam na Gazeta Oficial.¹⁹

¹⁴ Sob o Regimen do pão, do chicote e do tronco. O GLOBO. Rio de Janeiro. 12/01/1931. p.3.

¹⁵ Manchas que envergonham a nossa civilização. O GLOBO. Rio de Janeiro. 21/01/1931. p.3.

¹⁶ Vão ser responsabilizados e punidos os escravagistas. O GLOBO. Rio de Janeiro. 30/01/1931. p.3.

¹⁷ O interventor de Mato Grosso em viagem para o Rio. O GLOBO. Rio de Janeiro. 06/02/1931. p.3.

¹⁸ Os Escravagistas de Matto grosso em campanha política no Estado. O GLOBO. Rio de Janeiro. 12/02/1931. p.1.

¹⁹ Prossegue, em Matto Grosso, o combate ao escravagismo. O GLOBO. Rio de Janeiro. 18/02/1931. p.2.

No dia 25, publica-se um cliché do instrumento de suplicio alegadamente utilizado nas punições aos trabalhadores: o tronco.²⁰ A imagem foi publicada por outros jornais e provocou acusações dos críticos do interventor, como veremos adiante.

Três dias depois, publica-se a informação que, já afastado do governo, Mená Gonçalves viajava ao Rio de Janeiro para tentar reassumir o cargo. Chegavam ao estado notícias de que Arthur Maciel viria substituí-lo. Em virtude do impasse provocado pelos boatos de substituição, os “escravizadores” aproveitavam-se para espalhar emissários por toda a parte, a fim de intimidar os “escravos” libertos e obrigá-los a voltar à “antiga servidão”.²¹ Mená não conseguiu retomar o controle do estado e foi de fato substituído por Arthur Maciel, empossado em 25 de abril.²²

O *Diário Carioca* também noticiou as operações, destacando em sua primeira página a foto do tronco, anteriormente publicada no *Globo*. Comentou a situação de miserabilidade que afetava centenas de brasileiros, que se encontravam "em pleno regime de escravidão no interior de Matto Grosso". Afirmando que o uso da chibata, do tronco e do chicote estava ainda muito em voga no estado.²³

A reportagem afirma que o governador enfrentou grupos políticos locais que tentavam atrapalhar seus movimentos. Caracteriza-se a política do estado como dividida em dois grupos: um chefiado pelo ex-deputado Annibal de Toledo e pelo ex-senador Antonio Azeredo e o outro chefiado por Pedro Celestino e o ex-deputado João Celestino.²⁴ Destacando que as operações foram desencadeadas quando o interventor tomou conhecimento de que João Celestino mantinha escravos em sua fazenda, submetendo-os a castigos físicos. Depois de efetuada a prisão do mesmo e postos em liberdade os "escravos", as averiguações comprovaram que homens detidos na cadeia pública eram comprados por cinco, dez ou quinze arrobas de açúcar, sendo dali retirados por políticos e escolhidos, "como se fazia antigamente, nos mercados de escravos". Mená Gonçalves teria reunido documentos que comprovavam a situação descrita.²⁵

²⁰ A escravidão em Mato Grosso. O GLOBO. Rio de Janeiro. 25.02.1931. p.2.

²¹ Em virtude do impasse na política de Matto Grosso. O GLOBO. Rio de Janeiro. 28.2.1931.p3

²² O Sr. Arthur Maciel tomou posse do governo de Matto Grosso. O GLOBO. Rio de Janeiro.p.25.04.1931.P.5

²³ Os crimes da velha política de Matto Grosso. DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro. 05.03.1931. p.1.

²⁴ Ibid.

²⁵ Ibid.

Destaca-se por fim, que por ter tomado essas medidas o governador tornou-se alvo de violenta campanha na imprensa que objetivava desmoralizá-lo. O que não teria surtido efeito, já que a população se colocava ao lado do interventor. Outro fator que teria contribuído para a campanha foi a não aceitação da transferência da capital para Campo Grande, desejada pela população do sul do Estado dentre os quais muitos aliancistas.²⁶

Como se percebe, os relatos dos acontecimentos pelos dois jornais coincidem, mas houve aqueles que contestassem a versão apresentada. O Jornal *A Batalha* apresenta as operações como forma de aumentar os efetivos da força pública, o que seria uma obsessão de Mená. As usinas estariam, desde antes da operação "precisando de braços" e sofriam uma crise de operários. Acusa-se Mená de perseguir os usineiros, e de não respeitar "a posição social dos perseguidos" e suas idades. Destaca-se que João Celestino e Virginio Nunes Ferraz foram jogados na cadeia e forçados a assinar depoimentos forjados pela polícia civil. E afirma-se que "a continuar assim a situação, serão obrigados a paralisar seus trabalhos" e que dentro em breve não funcionará ali mais nenhuma usina, caso não cesse o que caracteriza como "fúria militarizadora, disfarçada sob a capa de proteção a trabalhadores escravizados"²⁷

Em outra reportagem, o mesmo jornal acusa Menná Gonçalves de mover uma campanha de descrédito contra os usineiros, fazendo inserir n' *O Globo* e no *Diario Carioca*, fotografias de colonos presos em "troncos". Segundo a reportagem Mená teria enviado alguns policiais às usinas, e estes teriam "metido certos indivíduos nos ditos troncos" apenas para fotografá-los, com o objetivo de desmoralizar os principais usineiros, dando a entender que em Matto Grosso esteja ainda em uso "a chibata e o tronco". Embora admita que em "outros tempos" usou-se o "tronco", a reportagem alegava que "no presente momento, não é mais usado" e que os "troncos" estão encostados, constituindo "objetos de museu". Os usineiros teriam sido coagidos a assinar depoimentos já preparados.²⁸

É interessante notar que o relato tenta descaracterizar a prática da escravidão, baseado apenas na não utilização de instrumentos de martírio, que se torna o ponto fulcral da caracterização/descaracterização do regime de escravidão, tendo pouca importância os relatos da prática de escravidão por dívida, de restrição da mobilidade, entre outros elementos que futuramente serviriam para caracterizar os trabalhos forçados e/ou a escravidão contemporânea.

²⁶ Ibid.

²⁷ A desastrosa administração Menna Gonçalves em Matto Grosso. A BATALHA. Rio de Janeiro. 01.03.1931. p.3.

²⁸ Coisas de Matto Grosso. A BATALHA. Rio de Janeiro. 08.03.1931. p. 2.

Mais de um ano depois, em matéria da revista ilustrada *O Cruzeiro*, com o título *escravatura branca em pleno século XX - Matto Grosso continua sendo desconhecido no Brasil.*, são publicadas fotos dos trabalhadores das usinas de Mato Grosso acompanhadas do relato de Martins da Fonseca, que assina a reportagem sobre as observações que fez no estado durante o ano que lá viveu. É provável que este tenha sido o correspondente das reportagens publicadas no ano anterior, em especial do *Globo* e do *Diário Carioca*, que reproduziam um cliché da fotografia do *tronco*.²⁹

Martins da Fonseca menciona os maus governos que o estado vinha tendo e a falta de humanidade e insensatez dos donos de Usinas, qualificados como “potentados”, “afilhados de todos os governos”, “donos das eleições e dos políticos” e “verdugos modernos” que exterminam lentamente, aqueles pobres e infelizes que nelas mourejam de sol a sol, sofrendo castigos corporais, dos quais as fotos estampadas na reportagem são apresentadas como provas. A reportagem é apresentada como uma campanha em prol da *sã razão* e da humanidade, que não podem admitir, que em pleno século XX, ainda existam escravos. Nela afirma-se que Mato Grosso está apartado dos bons princípios da civilização e que "chega-se a ter a impressão de que para as bandas de Mato Grosso, a lei de 13 de maio, ainda não entrou em execução".³⁰

Sobre as fotografias, Martins afirma que nelas se verifica como eram e como ainda são tratados os trabalhadores das usinas, nas quais imperaria a mesma mentalidade patronal. Menciona-se que nas usinas *Aricá*, *S. Miguel* e *Maravilha* foram retirados pela polícia vários troncos, no decurso de diligências dirigidas pelo 1º. tenente Rodolpho Borges, auxiliado por Aloysio Wanick. Ele também afirma que na *Aricá*, homens trabalhavam nus e para se dirigirem à capital tiveram que utilizar saias improvisadas. Homens e mulheres, que teriam ido para a usina ainda crianças, nunca teriam tido permissão para dali se ausentar. "índias" teriam sido arrastadas para as usinas e lá permanecido acorrentadas. O "desrespeito pelas donzelas" é descrito como infrene e as reclamações seriam recebidas com o “tronco” ou com o “38”. São descritos também dois casos em que alguns trabalhadores conseguiram se libertar da usina *S. Miguel*. O primeiro de uma família, que entrou com ordem de *habeas-corpus* no tribunal de justiça, o segundo de Maria Fontoura, que foi libertada após o marido, Manoel

²⁹ Escravatura branca em pleno século XX - Matto Grosso continua sendo desconhecido no Brasil. O CRUZEIRO. Rio de Janeiro. 19.03.1932.p.23.

³⁰ Ibid.

Fontoura, conseguir fugir e pedir providências a autoridade policial. Este casal trabalhava na dita usina há vinte anos e "devia" ao carrasco a quantia de dois contos.³¹

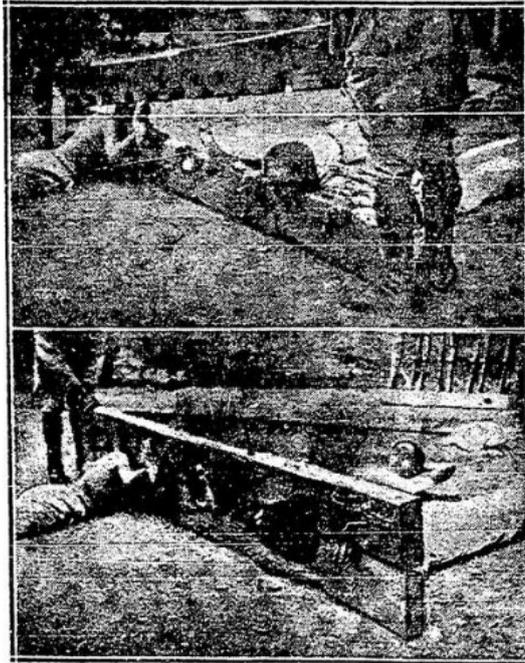


Figura 1: clichés reproduzido n'*O globo* em 25.2.31.p.2., invertidos horizontalmente.

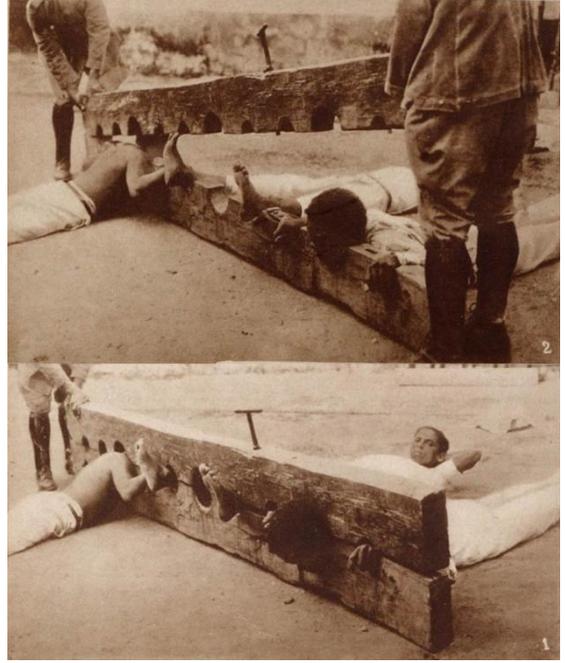


Figura 2: Fotos 1 e 2 reproduzidas n'*O Cruzeiro* em 19.03.1932.p.20.



Figura 3: Mulheres e crianças libertadas nas operações. Foto 5, reproduzida n'*O Cruzeiro* em 19.03.1932.p.20.

³¹ Ibid.

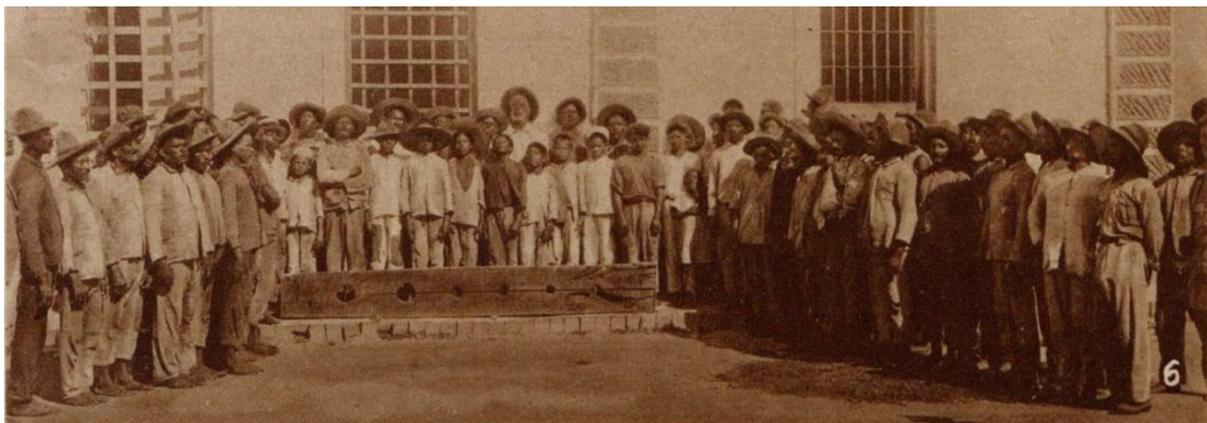


Figura 4: Trabalhadores libertos nas operações. Foto 6, reproduzida n' *O Cruzeiro* em 19.03.1932.p.20.

Ao analisar as informações no jornal *O Globo* publicadas durante o mês de janeiro e as publicadas n' *O Cruzeiro* um ano depois, é possível identificar alguns personagens, locais e processos fundamentais para compreender a história do estabelecimento das modernas usinas de açúcar em Mato Grosso e da exploração movida contra os trabalhadores, enxergados pela imprensa da capital federal e também da imprensa mato-grossense, como veremos adiante, como verdadeiros escravos modernos, tendo em vista as condições que lhes eram impostas, elencadas nessas reportagens: a restrição da mobilidade, os castigos físicos, os instrumentos empregados nestes castigos, os mesmos do período da escravidão legal, a condição precária de alimentação e vestimentas, os abusos sexuais.

Entre os proprietários das usinas são identificados João Celestino Corrêa Cardozo e Virgínio Nunes Ferraz. As usinas identificadas nas reportagens d' *O Globo* são a *Conceição* e a *Aricá*. N' *O Cruzeiro* citam-se ainda a *São Miguel* e a *Maravilha*.

João Celestino, o dono da *Conceição*, nasceu em 29 de junho de 1873. Tinha 57 anos no início das operações de resgate em sua usina. Já era um político experiente. Havia sido presidente da câmara municipal de Cuiabá, deputado estadual e deputado federal, cargo para o qual foi eleito três vezes consecutivas, a partir de 1921. Passou a ter maior destaque na política ao entrar para o *Partido Republicano Mato Grossense*, o *P.R.M.G.*, apadrinhado por seu primo, Pedro Celestino, figura de maior destaque do partido, que fundara em 1914, e uma das mais influentes da política mato-grossense, tendo desempenhado o cargo de deputado estadual, de senador em duas legislaturas e de presidente do estado, também por duas vezes. João Celestino também se destacou como jornalista, publicando matérias nos jornais da capital federal e, em especial, como diretor político d' *O Matto Grosso*, órgão oficial do partido, durante o período de 1917 a 1920.

Sua usina, a Conceição, era uma das mais antigas e célebres da região. Situava-se à margem direita do rio Cuiabá, pouco acima da vila de Santo Antônio, distante 7 léguas da capital do estado, Cuiabá, à qual era ligada por estrada de rodagem. Também se comunicava com a capital do Estado via fluvial, em uma viagem feita por lanchas a vapor que gastavam no percurso de 4 a 5 horas. A Usina abrangia 14.000 hectares de terras, cercadas por arame farpado e banhadas por córregos que têm água mesmo nas secas mais severas; possuía matas de madeira de lei e bons campos de criação que contavam com 3.000 bovinos e 150 equinos. A casa das máquinas, os depósitos e as habitações foram construídos em lugar alto, a salvo mesmo das maiores enchentes do rio Cuiabá. As máquinas, de origem inglesa, valiam 800:000\$000 e tinham capacidade de produzir 2.400 litros de álcool e 200 arrobas de açúcar em 12 horas.³²

Antes de pertencer a João Celestino, a usina pertenceu a Palmyro Paes de Barros e a seus irmãos, que a herdaram de João Paes de Barros, irmão do usineiro de maior destaque da política local, Antônio Paes de Barros, que foi presidente do estado e fundador de outra famosa usina, a *Itaicy*. João, por sua vez, herdou a usina de seu pai, o comendador Joaquim José Paes de Barros, apontado como iniciador da indústria açucareira na região de Rio Abaixo. A história da indústria açucareira em Rio Abaixo não pode ser contada sem mencionar a família Paes de Barros, cuja trajetória na indústria açucareira e na política exploraremos mais à frente.

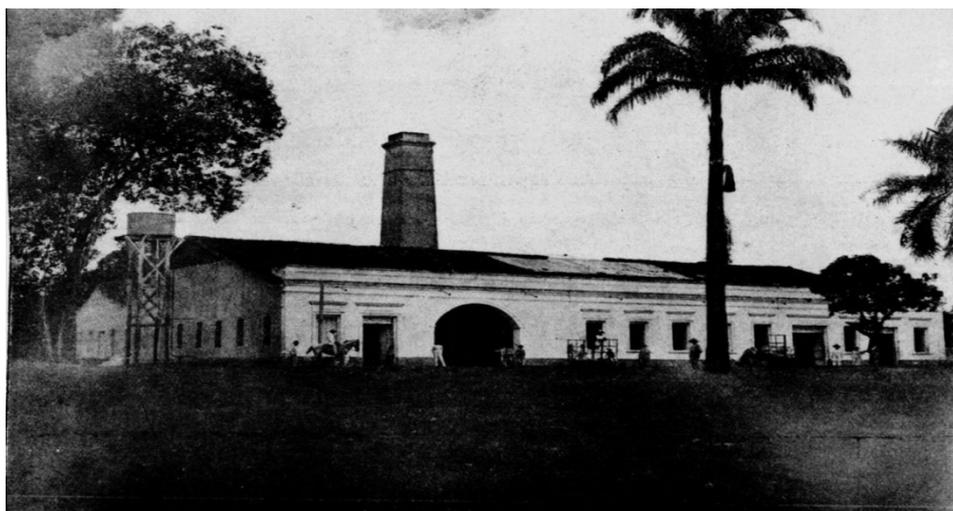


Figura 5: A Usina da Conceição. Foto reproduzida em Brasil Açucareiro: Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar. Rio de Janeiro. 21.05.1933.p.28.

³² O Assucar em Matto Grosso - Uzina Conceição. BRASIL AÇUCAREIRO : Revista Quinzenal dirigida pela Comissão de Defesa da Produção do Assucar. Rio de Janeiro. 21.05.1933.p.28.

Virgínio Nunes Ferraz, a época das operações era dono da usina Aricá. Antes, tinha sido dono das usinas *Sant'Anna* e *Maravilha*. Foi delegado de polícia em Santo Antônio do Rio Abaixo entre 1914 e 1916. Não chegou a desempenhar cargos eletivos de destaque, embora tenha se candidatado para deputado estadual. Tinha certa influência política local. Em 1914 entrou para o diretório do Partido Republicano Conservador (P.R.C.) em Santo Antônio do Rio Abaixo, partido no qual figurou até 1920. Era sogro do Deputado Francisco Pinto de Oliveira, conhecido como Chico Pinto, eleito pela primeira vez como deputado estadual em 1900, tendo exercido 36 anos de mandato em eleições sucessivas e ininterruptas, se tornando o deputado com mais tempo de mandato. Chico Pinto era casado com Marianna Ferraz de Oliveira, uma das filhas de Virgínio com Anna Augusta Leite Ferraz, filha do Coronel Augusto Cesar Leite Pereira. Outra filha de Virgínio, chamada Arinda Ferraz de Mattos, foi casada com Gilberto de Mattos e ficou viúva quando este foi baleado por um dos camaradas de Virgínio, quando tentava reconduzi-lo ao trabalho, vindo a falecer 15 dias depois. Seus filhos homens eram Virgínio, Soter e José Nunes Ferraz. Virgínio Nunes Ferraz Filho tornou-se proprietário da usina Maravilha, que antes pertenceu a seu pai, por volta de 1920, ele também exerceu a função de juiz de direito interino, a partir de 1918.

Na reportagem d'*O Cruzeiro* citam-se ainda duas outras usinas, cujos proprietários não são mencionados. A usina *São Miguel* e a *Maravilha*. Ao longo da pesquisa foi possível verificar que a primeira pertencia a Eduardo Soares de Carvalho, sogro de Palmyro Paes de Barros. Ele desempenhou os cargos de Juiz de Paz em Santo Antônio do Rio-Abaixo e de vice-intendente do mesmo município. Quanto a usina *Maravilha*, como já foi mencionado, pode ser que seja a usina que pertenceu a Virgínio Nunes Ferraz Filho depois que seu pai adquiriu a *Aricá*. Outra possibilidade é que seja a usina de mesmo nome inaugurada por Palmyro Paes de Barros em 1928.³³

Outro fato importante a se destacar é a atuação de João Christião Carstens, ex-chefe de polícia, como “negocista de escravos”. Antes de ser nomeado chefe de polícia João Christião Carstens já havia desempenhado diversas vezes o cargo de deputado estadual. Foi também intendente de Corumbá em 1907 e delegado de polícia na mesma cidade, em 1917. Desde 1914 era filiado ao Partido Republicano Mato Grossense, o *P.R.M.G.*³⁴

Durante a investigação, se verificou que diversos delegados e chefes de polícia foram denunciados por facilitar a captura ou “venda” destes trabalhadores aos usineiros. Em alguns

³³ Usina Maravilha. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 27.05.1928.p.1.

³⁴ Major João Christião Carstens. A CRUZ. Cuiabá. 14.12.1941.p.2.

casos, eles próprios exerciam os cargos, como no caso de Virgínio Nunes e Palmyro Paes de Barros. Em outros, eles ou seus grupos políticos exerciam pressão para a nomeação de amigos, parentes ou correligionários. Em 1903 e em 1912 ocorreu de serem eles próprios os responsáveis pelas indicações, ocasiões em que desempenharam o cargo mais alto do poder executivo estadual.

O processo de compelir os indivíduos desocupados ao trabalho, alocando-os no exército ou na polícia, que já seria questionável, era desvirtuado pelos usineiros que se utilizavam do pretexto da repressão à vadiagem e ao crime para prender indivíduos e levá-los para trabalhar em suas usinas. Em muitos casos sem um tempo estipulado. O que poderia se estender indefinidamente. Em alguns casos os indivíduos apreendidos sequer eram acusados de crime algum. A dívida podia também ser um pretexto utilizado para prender ou para manter preso um indivíduo. Alguns relatos demonstram verdadeiras caçadas humanas, com indivíduos sendo “agarrados” e levados para as usinas. Em situações extraordinárias, como no caso da ocorrência de “revoluções”, que em Mato Grosso não eram tão incomuns, há relatos de “camaradas” de uma usina sendo presos e conduzidos a outras usinas.

Revolução era o termo geralmente utilizado nos periódicos e na historiografia tradicional local para se referir a disputas que saíam do campo político institucional e descambavam para a luta armada, geralmente pelo controle do poder político estadual. No âmbito deste trabalho será utilizado com esta conotação para facilitar a fluidez das discussões. Já deixamos, porém, registrado que quando utilizado o termo não se refere a alteração do regime político ou do sistema econômico, como geralmente é entendido. *Camaradas* é o termo pelo qual se referiam aos trabalhadores menos graduados que trabalhavam nas usinas. O termo também era aplicado a trabalhadores de outras atividades econômicas da região, como os seringueiros.

Os *camaradas*, eram constantemente mobilizados por ocasião das *revoluções*. Nesses contextos, os jornais geralmente noticiam suas participações, as condições a que estavam expostos nos combates e em seus trabalhos regulares e as consequências dos combates, que podiam variar do resgate por forças oficiais, do sequestro por grupos agressores, a prisão ou integração a outras forças. É com essa intenção que foram pesquisadas as trajetórias de figuras proeminentes da política regional estadual e nacional, de autoridades judiciárias e policiais e eventos geralmente presentes nas narrativas da história política tradicional buscando enxergar nas notas de rodapé das biografias e nas margens das disputas políticas e dos processos revolucionários a realidade vivenciada pelo trabalhadores, duplamente explorados, nas usinas e nos campos de combate e à custa dos quais se construíram os sucessos econômicos e as

vitórias políticas dessas grandes figuras. Resignificando no processo a percepção sobre personagens de destaque da sociedade mato-grossense que usufruíram desses sucessos e vitórias e que tanto se esforçaram para escamotear as reais condições de vida e de trabalho deste grupo marginalizado.

A temática do estudo, o recorte cronológico e as discussões desenvolvidas vinculam a pesquisa a história social do trabalho e aos estudos do pós-abolição. A temática consiste no estudo do trabalho forçado e de suas relações com conceitos como os de *escravidão*, *escravidão contemporânea*, *trabalho análogo ao de escravo*, entre outros correlatos. O recorte cronológico vai da constituição da moderna usina açucareira, em princípios da última década do século XIX até o ano de 1931, com maior ênfase no período compreendido pela Primeira República. Quanto as discussões desenvolvidas, pretende-se explorar as permanências e reconfigurações no regime de trabalho praticado nas usinas e nos meios de recrutar e manter esses trabalhadores, relacionando-as aos processos da abolição da escravidão e das transformações políticas pelas quais passou Mato Grosso e o Brasil durante o período estudado, com destaque para a Proclamação da República e para a Revolução de 1930.

Diversos autores tem demonstrado em seus estudos uma renovação no campo da história do trabalho em relação a novos objetos de estudo e períodos antes invisibilizados. É o caso do trabalhador rural e não livre e do pós-emancipação.³⁵ Relacionando o caso dos trabalhadores das usinas com outros setores produtivos na região e com as discussões promovidas pelos estudos sobre o pós-abolição e pela história social do trabalho que tem como foco outras regiões do Brasil nesse mesmo período, espera-se contribuir para o entendimento de dinâmicas que permitiram a perpetuação de práticas coercitivas, indignas e violentas, definidas pela maioria dos atores sociais, contemporâneos aos eventos como “escravidão”. Entre estas dinâmicas, estão por exemplo a já mencionada questão do combate a “vadiagem”, a promoção de uma política de terras excludente e a formulação de discursos preconceituosos que visavam legitimar a imposição da prática do trabalho forçado aos recém-libertos, “vadios”, “ébrios”, “criminosos” e outras categorias marginalizadas.

A questão da “transição” do trabalho escravo ao trabalho assalariado é uma temática constantemente revisitada pelos campos da história social do trabalho e do pós-abolição. Seja

³⁵ Cf: COOPER, Frederick. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

para denunciar a manutenção de condições de trabalho degradantes e assemelhadas à escravidão, seja pelo estudo dos mecanismos discursivos e jurídico-policiais empregados para garantir a ordem social e o fornecimento de mão-de-obra barata no contexto do fim da escravidão.

Quanto à primeira questão, relacionada à manutenção dos trabalhadores em condições semelhantes às que lhes eram impostas durante a escravidão, destaca-se o estudo de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. Ao analisarem o período pós-abolição no sudeste do Brasil sob a perspectiva dos descendentes de pessoas escravizadas, por meio da história oral, as autoras revelam percepções sobre a continuidade dessas práticas por meio de alguns depoimentos.

Cornélio Cancino, trabalhador da fazenda São Mateus, relata:

Ele [Getúlio Vargas] veio aqui na fazenda São Mateus. Quebrou os troncos todos. Mandou quebrar os troncos todos, irmã. Libertou o exército, libertou o povo, e é 8 horas de trabalho e só. Não tinha que trabalhar dia e noite mais não. Getúlio é que fez as leis, irmã. Todos os ministérios, não tinha onde recorrer não, antes de 1930 não tinha lei não. O povo, a gente era bicho. Olha aqui: não foi a Princesa Isabel que nos libertou não. Ela assinou, irmã, mas não fez nada não, irmã. Ela assinou a libertação, mas quem nos libertou do jugo da escravatura, do chicote, do tronco, foi Getúlio [grifos meus], Getúlio Dorneles Vargas. Papai falava assim: 'Meu filho. Nunca houve no mundo governo igual a esse, meu filho.' Papai. Entendeu?³⁶

Em outro depoimento, “Seu Julião”, de 81 anos, relatava:

O cativo acabou em 1800 e pouco, o cativo tem uns 100 anos, mais de 100 anos que acabou. Fez 100 anos em 1998... 1888 fez 100 anos. Mas o pessoal continuou a sofrer. Em 30 que houve a libertação, que antes disso, de 30, os fazendeiros ainda prendiam os camaradas [grifo meu] à força. Botava na frente, levava a cavalo... não tinha lei. Depois que o Getúlio acabou com esse negócio... ³⁷

Os relatos são muito parecidos com os que foram descritos nas reportagens transcritas no início dessa exposição. Até mesmo a nomenclatura utilizada para se referir aos trabalhadores (camaradas) é a mesma, o que indica se tratar de um sistema de trabalho parecido. Os depoimentos demonstram as linhas de continuidade entre o “tempo da escravidão” e o “tempo da liberdade”, no dizer das autoras, eram bem mais evidentes no contexto de atividades em que eram empregados trabalhadores escravos antes da abolição, como era o caso das fazendas de café do sudeste e dos engenhos e usinas de açúcar em Mato Grosso. Os trabalhadores que permaneceram nesses locais no pós-escravidão continuaram sendo submetidos a castigos e a regimes de trabalho característicos dos tempos da escravidão.

³⁶ RIOS, Ana Lugão; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 129-130.

³⁷ Ibid.p.127-128.

Os relatos também demonstram que pelo menos alguns dos descendentes consideravam o regime de trabalho imposto a seus ascendentes, durante a primeira República, como “escravatura”. No âmbito deste trabalho optou-se por manter a denominação adotada nas reportagens e denúncias examinadas, para salientar como os contemporâneos aos acontecimentos narrados os entendiam. A maioria deles identificava o regime então posto em prática como uma continuidade da escravidão, que no Brasil vigorou na legalidade até 1888. Isso não significa adotar acriticamente a denominação ou colocar em um patamar de equivalência os dois regimes de trabalho e a condição dos indivíduos a eles submetidos.

Ao criticar o uso dos termos *trabalho escravo* ou *escravidão moderna* para os contextos atuais Eduardo França Paiva nos lembra que, durante o período em que a escravidão vigorou na legalidade, o ato de tornar-se ou de deixar de ser escravo eram regulados por leis, normas e que o escravo não tinha capacidade jurídica, por isso, juridicamente, não era considerado humano, era coisa. Afirma ainda que empregar categorias sem conhecer sua trajetória histórica e sem considerar sua historicidade pode levar ao anacronismo e que:

impor modelos prontos e conceitos obtusos a qualquer tempo, a qualquer sociedade é opção que facilita muito a invenção quase ficcional, de histórias convenientes, demasiadamente distanciadas das realidades históricas construídas e vivenciadas por agentes históricos.³⁸

Outros estudiosos pensam a questão de maneira diversa. José de Souza Martins afirma que a escravidão não era mera instituição, mas uma relação real e cotidiana, fundada em condições históricas definidas e que a sua supressão jurídica ou a incorporação produtiva do trabalho do homem livre não era suficiente para alterar o teor do vínculo entre o fazendeiro e o trabalhador.³⁹ De modo semelhante, Olivier Pétré-Grenouilleau também comenta sobre a tradição histórica que se baseia exclusivamente no status jurídico do escravo, referindo-se à escravidão antiga (em especial a romana). Segundo o autor, não há como garantir que os textos da lei eram aplicados “ao pé da letra” pelos proprietários. Ele afirma que “não é possível saber exatamente a condição dos escravos a partir do direito”.⁴⁰

Uma forma de refletir sobre a limitação da definição a partir do critério da legalidade da relação de exploração é pensar que a “relação real” antecedeu e sucedeu a dimensão jurídica. As leis que regulamentaram a submissão de outros povos e seres humanos, seja por

³⁸ Paiva, Eduardo França. "Trabalho compulsório e escravidão: usos e definições nas diferentes épocas." Universidade Federal de Minas Gerais. 2005.

³⁹ MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010. p.54.

⁴⁰ PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. A história da escravidão. São Paulo: Editora Boitempo, 2009. p.18.

qual critério for (moral, religioso, “racial”) eram nada mais do que o reconhecimento de uma relação pré-existente. Da mesma maneira, a proibição da prática não significou o fim da submissão dos africanos.

A memória popular, conserva claramente a imagem das limitações das leis destinadas a coibir a escravidão. A Lei Feijó, cuja promulgação deveria abolir o tráfico de escravos para o Brasil, ficou conhecida como “lei para inglês ver” devido ao seu amplo descumprimento. Em visões da liberdade, Sidney Chalhoub demonstra como, apesar de ineficiente, a lei embasou a busca pela liberdade de alguns escravizados que recorriam à justiça tendo como fundamento a não revogação da mesma, que permaneceu em tese válida, apesar do desrespeito à norma.⁴¹ No entanto, ele também afirma que a ilegalidade do tráfico, estabelecida pela lei de 1831, não impediu a entrada de “milhares de negros”, legalmente livres, no país, durante as décadas de 1830 e 1840. Esses africanos foram explorados e escravizados por particulares e até mesmo pelo governo imperial apesar da ilegalidade flagrante da prática.⁴²

Mesmo após a lei definitiva que resultou no fim do tráfico de escravos, a Lei Eusébio de Queirós, promulgada em 1850, há relatos de descumprimento das normas. É o que indica o naufrágio do navio Camargo, ocorrido em 1852, em Angra dos Reis. 500 africanos ilegalmente escravizados teriam sido desembarcados às pressas antes do fato.⁴³ O caso repercutiu na imprensa carioca da época do império e na Câmara de deputados e motivou especulações sobre a permissividade de autoridades locais a esses desembarques após a medida proibitiva. Pesquisadores do tema afirmam que, sobretudo depois da promulgação da citada lei, traficantes americanos passaram a fazer o comércio clandestino em portos improvisados ao longo da costa brasileira. Outra embarcação do tipo, creditada como última embarcação dos Estados Unidos a trazer africanos para o Brasil, foi Mary E. Smith, navio que deixou Boston em 1855 com destino ao Espírito Santo, com 400 negros a bordo.⁴⁴

O fato de ter sido a última embarcação ou não, o número real de embarcações do tipo ou o tempo de duração do tráfico de escravos após a proibição são difíceis de mensurar,

⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Rio de Janeiro: Editora Companhia de Bolso, 2011. p.197.

⁴² *Ibid.* p.222-227.

⁴³ VEIGA, E. “Pesquisadores buscam vestígios de um dos últimos 'navios negreiros' a atracar no Brasil”. BBC News Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cndkrkw9pyjo>. Acesso em: 20 de dezembro de 2024.

⁴⁴ *Ibid.*

devido ao caráter de ilegalidade da prática e da ausência de documentos oficiais que registrem esses dados, como ocorria no período de legalidade. Fato é que houve uma “sobrevida” do comércio e da escravização de indivíduos após a proibição.

Autores que recusam ou preferem evitar a utilização do termo escravidão para descrever realidades sociais no pós-abolição em geral se utilizam da categoria de “trabalho forçado”, que se difundiu no contexto das discussões promovidas pelos organismos internacionais formados após a Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações (SDN) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). A discussão acerca da diferenciação entre escravidão e trabalho forçado ocupou um papel central na definição desses conceitos. A SDN ocupou-se prioritariamente do tema da escravidão, enquanto a OIT do trabalho forçado.

Um marco para a definição de escravidão no âmbito da SDN foi a aprovação, em 1926, da “convenção sobre escravidão”. Ao comentar o contexto das discussões que precederam a citada convenção, Norberto Ferreras pontua algumas questões interessantes: quando a convenção foi aprovada a escravidão já tinha sido abolida legalmente no mundo todo; nas tratativas iniciais sobre o tema não se distinguia a escravidão comercial, da doméstica ou do trabalho forçado, com ou sem a posse da pessoa; entre outras práticas, a comissão temporária constituída para esse fim considerou como escravidão o empréstimo de pessoas para pagamento de dívidas; a servidão; o matrimônio forçado; o casamento arranjado de crianças; o trabalho infantil; o trabalho por dívidas.⁴⁵

Diante disso temos que se considerava nessas discussões que a escravidão era algo mais do que a posse de alguém, regulada por um vínculo legal. No entanto, após os esforços infrutíferos de Lord Robert Cecil, representante britânico que coordenava a comissão, de incorporar as formas vinculadas com a dívida, servidão doméstica e adoção de crianças na definição, optou-se por uma legislação que restringisse a escravidão, a forma de propriedade, a não ter nenhuma. O artigo primeiro definia escravidão como “estado ou condição de um indivíduo sobre o qual são exercidos os atributos do direito de propriedade ou alguns deles”. E definia como tratamento de escravos como “ato de captura, aquisição ou cessão de um indivíduo para vender ou trocar; todo ato de cessão por venda ou troca de um escravo, adquirido para vender ou trocar e todo ato de comércio ou transporte de escravos”.⁴⁶

Quanto a definição de trabalho forçado pela OIT, a convenção nº 29, conhecida como “Sobre o trabalho forçado”, aprovada em 1930, é a referência. Ela definia a categoria como

⁴⁵ FERRERAS, Norberto Osvaldo. *Escravidão e trabalho forçado das abolições do século XIX às abolições contemporâneas*. Rio de Janeiro. Editora Mauad X, 2022. p.96-99

⁴⁶ *Ibid.* p.101

“...todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente”.⁴⁷ A definição também carrega um alto grau de generalidade.

No Brasil optou-se por uma nomenclatura original adotando-se o termo “trabalho análogo ao de escravo”. O artigo 149 do Código Penal brasileiro de 1940, tornou crime “reduzir alguém à condição análoga a de escravo”.⁴⁸ No entanto uma maior clareza quanto ao que consiste o trabalho escravo só viria com a alteração da redação do citado artigo pela Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003, que definia o crime a partir dos seguintes critérios: Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Pena – reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além de pena correspondente à violência.⁴⁹

Ângela de Castro Gomes afirma que a nova redação ampliou o entendimento sobre o que é trabalho análogo ao de escravo, indicando aos operadores do Direito, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho e da Justiça (Federal e do Trabalho), quais devem ser os parâmetros adotados para o entendimento da questão. Mas que também frustrou a muitos pela “confusão” que a ampliação poderia ocasionar e pela manutenção da duração da pena. A autora também afirma que quando uma categoria é excessivamente ampliada e passa a designar fenômenos muito diferenciados no tempo e no espaço, pode perder a capacidade de atribuir sentido ao que designa. O que alguns acreditariam que é o que ocorre com o conceito de trabalho análogo ao de escravo.⁵⁰

Refletindo sobre a distinção entre escravidão e trabalho forçado, Ciro Flamarion Cardoso também aponta que a distorção o termo “escravidão” pode sofrer diante de sua aplicação para se referir a formas de trabalho forçado muito heterogêneas em sua lógica, funcionamento e consequências ademais alerta para uma outra tendência preocupante: a multiplicação excessiva das categorias de análise, por exemplo, transformando cada relação

⁴⁷ Ibid. p.124.

⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. *Historia oral*, 2008, 11. p.15.

⁴⁹ Ibid.

⁵⁰ Ibid. p.15-20.

de produção que apresente algumas especificidades em um “modo de produção” distinto.⁵¹ O pesquisador defende que a escravidão é apenas uma entre várias formas possíveis de trabalho compulsório, que consiste em uma categoria mais ampla. Ele identifica algumas modalidades presentes no continente americano sobretudo até o século XIX, entre elas: algumas ligadas aos mecanismos de endividamento como o *peonaje por deudas*, o *cambão* e outras como o *repartimiento de índios* e certas formas de trabalho presentes nos *obrajes* de tecidos da América Espanhola.⁵²

Diante do exposto, ainda que o critério da legalidade da escravidão fosse único possível e que o uso da terminologia fosse inadequado após as abolições nos diferentes países, qual seria a alternativa? A utilização dos termos “trabalho forçado” ou compulsório, ou ainda “trabalho análogo ao de escravo” podem ser igualmente ou mais imprecisos, por serem algumas dessas categorias ainda mais abrangentes que o termo “escravidão”.

No âmbito deste trabalho preferimos seguir a orientação de Ângela de Castro Gomes ao afirmar que formas de trabalho compulsório sempre existiram, mas não com as mesmas características e que foram reconhecidas e interpretadas por seus contemporâneos de forma diversa. Afirmando ainda que:

A historicidade dessas formas, combinando linhas de continuidade e descontinuidade através do tempo, adverte-nos tanto para uma tradição de práticas de trabalho compulsório, no Brasil e no mundo, como para as especificidades que tais práticas possam ganhar em determinados períodos históricos.⁵³

Em um outro trabalho de referência que tem como foco o chamado *trabalho escravo contemporâneo*, Ângela de Castro Gomes e Regina Beatriz Guimarães Neto, iniciam suas análises a partir do relato de Belisário Penna, integrante do Instituto Oswaldo Cruz, sobre as condições de vida e de trabalho que testemunhou ao visitar as áreas de exploração da maniçoba no “Norte” do país. Belisário afirmou em seu relato que “em toda a zona Norte do País em que se explora a maniçoba existe praticamente a escravidão” e descreveu uma situação de aliciamento de trabalhadores que eram atraídos por promessas de enriquecimento fácil, mas que em pouco tempo se viam endividados. Eles recebiam adiantamentos para o deslocamento ou para deixar algum dinheiro com as famílias. Ao chegar no local de trabalho, os barracões, só podiam comprar gêneros de primeira necessidade nos armazéns dos

⁵¹ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p.11.

⁵² *Ibid.* p.9.

⁵³ CASTRO GOMES. *Id.* p.12.

proprietários, a preços muito mais altos do que os de mercado. Depois de endividados, não podiam mais se afastar do local de trabalho. Eram vigiados de perto por capatazes munidos de carabinas. As autoridades prestavam apoio aos maniçobeiros que procuravam o devedor fugido. O sistema de *Barracão* descrito era empregado por toda a região em que se explorava a maniçoba: Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí.⁵⁴

Ao analisar o relato de Belissário, as pesquisadoras afirmam que ao utilizar a palavra *escravidão*, Penna certamente sabia que os homens que trabalhavam na maniçoba não eram escravos, mas que essa seria a melhor palavra encontrada para caracterizar “um tipo de trabalho em que alguém estava submetido a condições de vida tão violentas que eram indignas de um ser humano.” Como os maniçobeiros, no século XX e início do XXI, existiam homens que sendo livres legalmente eram explorados por seus contratantes com tanta violência que a palavra utilizada para descrever suas condições de trabalho também foi *escravidão*.⁵⁵

Outra crítica relevante do mencionado estudo de Eduardo França Paiva que merece ser comentada é a afirmação de que ao utilizar a denominação “escravos” ou “escravizados” os pesquisadores poderiam inclusive contribuir para revitimizar os trabalhadores, contribuindo para esvaziar elementos de sua subjetividade e autonomia.

A crítica faz sentido para o uso do conceito em contextos recentes sem a devida problematização, mas ao chamar atenção para o fato de haver escravos no Brasil em 1917 ou em 1931 os contemporâneos a esses eventos não podem ser acusados de querer reeditar um sistema de exploração extinto ou de revitimizar os libertos. A intenção parecia ser justamente o contrário, denunciar a permanência de um sistema de trabalho que em suas condições era muito parecido com a *escravidão* mesmo após a abolição da lei há 30, 40 anos.

Quando analisada em detalhe, a moderna usina açucareira em Mato Grosso tinha alguns elementos que remetiam à persistência de práticas características da *escravidão* em seu período de legalidade, outros, no entanto, antecipavam tendências que seriam utilizadas na “substituição” do escravo pelo trabalhador, em tese, livre.

Entre elas, destaca-se o artifício do endividamento. Característica de sistemas de submissão do trabalhador que, como vimos, já eram utilizados desde antes da abolição, mas que foram amplamente difundidos no pós-*escravidão* como forma de obter trabalho barato. Entre estes sistemas, pode-se mencionar o *trabalho por contrato*, a *peonagem*, o *aviamento* e

⁵⁴ GOMES, Ângela Maria de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina B. Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p.9-12.

⁵⁵ Ibid.

o *barracão*. Estes dois últimos muito comuns nos seringais amazônicos, mas não só. Os seringueiros do norte de Mato Grosso, empregados em áreas próximas a zona açucareira, também eram mantidos em regime de trabalho forçado sob a justificativa da dívida. Como se percebe ao ler uma reportagem do jornal *O Matto Grosso*, na qual se defende a necessidade da instalação de uma colônia correcional nos moldes da instalada no Rio de Janeiro. Cuiabá, segundo a reportagem, seria o exemplo do que é uma sociedade sem estes “elementos de defesa”: “Vagueiam pelas suas vielas, maltas de vadios, vagabundos fugidos aos seringais e usinas onde lesaram, vezes muitas o patrão, roubando-lhes, faltando a fé dos contractos”.⁵⁶

Na região sul do estado a companhia *Matte Larangeira* também utilizava da dívida para manter os seus trabalhadores. Nessa região se chamava o recrutamento de *conchavo*, que era feito mediante um adiantamento, denominado *antecipo*. O trabalhador recrutado era em sua maior parte o paraguaio descendente dos guaranis, inclusive muitos se comunicavam neste idioma. Os guaranis tinham uma longa experiência do trabalho nos ervais que remontava às missões jesuíticas do XVII. A região ervateira se estendia do Sul Mato-grossense ao leste paraguaio, noroeste paranaense e a região de misiones na Argentina. No Paraguai a atividade era explorada pela Industrial Paraguaia.⁵⁷ Analisando os relatos de Rafael Barret, no *El Diário de Assunção*, Norberto Ferreras identifica condições semelhantes impostas aos *mensús* (trabalhadores empregados por mês) e aos indígenas paraguaios nas matas dos ervais deste país.⁵⁸

Um indício da difusão de práticas de trabalho forçado por todo o estado e em especial nas usinas, onde as relações com a escravidão legal eram mais óbvias, é a forma com que o jornal *Correio da Manhã* noticiou outra operação de “libertação” de “escravos” na usina *Conceição* promovida em 1917, quase quinze anos antes das operações relatadas no início dessa exposição. Após a concessão de um *habeas-corpus* em favor dos trabalhadores, foram libertos da usina homens e mulheres “escravos”. Um deles estaria inclusive atado a um tronco, suplício ao qual era submetido, segundo a reportagem, há oito meses. Os comentários irônicos feitos pela reportagem inspiraram o título dessa dissertação.

Pelo norte do Estado, na zona de seringal, ella [a escravidão] é peor que a do alto Amazonas, que é, positivamente, o cumulo. Nas usinas e engenhos de assucar, á

⁵⁶ Reforma Judiciária. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 25.02.1913.p.1.

⁵⁷ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. p.190-195.

⁵⁸ FERRERAS, Norberto Osvaldo. Escravidão e trabalho forçado das abolições do século XIX às abolições contemporâneas. Rio de Janeiro. Editora Mauad X, 2022. p.7-8.

margem do Cuyabá, só não é escravo quem é senhor ou alcaide dos senhores. [...] Por que milagres luziu no cerraceiro da Arabia o santelmo daquelle habeas-corpus? É o que admira.⁵⁹

Nesta época, Mato Grosso se encontrava sobre intervenção federal após uma das várias revoluções que convulsionaram o estado. A forma com que o jornal carioca comenta, de maneira tão natural, a utilização do tronco para supliciar trabalhadores e submetê-los ao que se considerava “escravidão” demonstra que o fato era bem conhecido na capital do país já neste período.

Não poderia ser diferente. Um regime de trabalho imposto por mais de quarenta anos em um dos setores mais importantes da economia de um estado não poderia ser desconhecido pelo Governo Federal. Ainda mais se considerarmos que outros setores igualmente relevantes como a indústria do Mate, no Sul do estado, também adotavam práticas semelhantes e que figuras ligadas a essas atividades tinham papel de destaque na política estadual e federal.

Embora em certos casos fossem compelidos a agir, diante de denúncias de “excessos” cometidos pelos empregadores, em especial quando estas repercutiam nos jornais e na opinião pública, os governos estadual e federal, em geral, se omitiram no combate a prática durante todo o período da Primeira República ou mesmo permitiram a continuidade desta situação diante de dificuldade encontrada pelos produtores locais de obter mão de obra barata.

Esta situação não era restrita ao âmbito regional. Hebe Mattos, analisando o mundo rural no sudeste brasileiro, afirma que no pós-abolição diante dessa mesma dificuldade, os ex-senhores e os jornais publicados no Sudeste pressionaram as autoridades para que obrigassem os libertos a tomar contratos de trabalho, defendendo a tutela direta sobre liberdade dos mesmos. Nesse contexto a “repressão à vadiagem” surgiu como a máxima do liberalismo oligárquico republicano e imperou nos diversos estados e regiões da federação.⁶⁰

O desamparo legal, expresso nos depoimentos dos descendentes de trabalhadores das fazendas de café do sudeste, transcritos anteriormente, correspondem ao depoimento de Bento Rafael, que afirma ter trabalhado na usina *Aricá* por volta de 1917, e na Conceição a partir de 1925. Nele também se denuncia as condições precárias e perigosas às quais eram expostos nos trabalhos nas usinas e salienta-se a conivência das autoridades policiais:

[...] Aí o homen virava intê bicho, só fazia gemê e chorá, pra comê tinha que intê suá sangue. Tinha coroné que ajudava a gente, arguns era mardito, ruim, mandava batê e matá tudo aqueles que não queria ficá na usina pra trabalhá.

⁵⁹ Sem título. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 20.05.1917.p.1.

⁶⁰ CASTRO, H. M. M.. Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, Séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p.281.

Nós pobre, sem nada pra vivê, calava com as morte, trabalhava, não tinha voz naquele silêncio que defendesse nós. Delegado de polícia nem pensá, era afilhado ou coroné e nós trabalhava quieto, comia quieto, morria quieto[...]⁶¹

Lúcia Helena Gaeto Aleixo, autora do livro no qual se reproduz o depoimento de Bento Rafael, também afirma que a necessidade da continuidade da produção mercantil condicionou a estratégia de disciplinar o seu mercado de trabalho por meio da coerção jurídico-policia, encaminhando a mão-de-obra existente a um aprendizado que o levava à prática do trabalho e ao desempenho de uma profissão. Esta estratégia deixava transparecer a intenção de “conduzir” os destinos da mão-de-obra, indicando a sua verdadeira vocação.⁶²

Ao longo deste trabalho buscaremos demonstrar como se deu esse processo analisando três fases do desenvolvimento da indústria açucareira e da política mato-grossense, demonstrando também como essas duas esferas se relacionam.

O primeiro capítulo, intitulado *Os obreiros do progresso*, descreve a transformação pela qual passou a indústria açucareira nas duas últimas décadas do século XIX com a introdução do moderno maquinário que permitiu a transformação dos velhos engenhos em modernas usinas. Veremos também que expedientes se utilizavam os primeiros usineiros para conseguir trabalho barato para as usinas nessa fase de grandes transformações a nível nacional, com mudanças drásticas no mundo do trabalho e na ordem política. Também serão identificadas duas das principais famílias de usineiros que por três gerações ocuparam posição de destaque dentro da indústria açucareira e da política do estado: os Marques Fontes e os Paes de Barros.

No segundo capítulo analisaremos a trajetória de uma segunda geração de usineiros, em especial a de Antônio Paes de Barros, talvez a figura mais proeminente dentre todos os usineiros e que protagonizou três “revoluções” do estado. Por meio da análise da repercussão que tiveram no estado e no Rio de Janeiro os episódios por ele protagonizados poderemos compreender a situação de vida e de trabalho dos empregados nas usinas, especialmente os da *Conceição*, durante esse período de agitação e a participação dos mesmos nos eventos narrados.

No terceiro capítulo analisa-se o surgimento de novos usineiros, dentre os quais alguns pertencentes uma terceira geração das famílias Fontes e Paes de Barros. Estes novos personagens protagonizam agitações políticas que novamente convulsionam o estado e

⁶¹ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). 1995. Universidade de São Paulo.p.164-165.

⁶² Ibid. p.210.

motivam uma intervenção federal em Mato Grosso. Durante as agitações revolucionárias e após a intervenção as usinas entram em foco por serem invadidas por forças inimigas ou por forças federais, sendo os trabalhadores libertados, alguns e sequestrados outros. Os jornais de Cuiabá e do Rio de Janeiro acompanharam todo o processo, dando detalhes das condições as quais os trabalhadores estavam expostos.

No quarto e último capítulo, analisa-se o período no qual as tensões político-institucionais no estado arrefecem e surgem novos atores sociais denunciando a situação a qual eram submetidos os trabalhadores.

A base documental consultada consiste de periódicos disponíveis para consulta online a partir da hemeroteca digital, vinculada à Biblioteca Nacional. Apesar de terem sido consultados periódicos de diversos estados, a maior incidência de relatos e por isso os mais mencionados ao longo deste trabalho são os periódicos do Rio de Janeiro, capital federal à época e os de Mato Grosso.

Como mencionado anteriormente, era comum que os chefes políticos de ambos os partidos trocassem acusações em momentos de acirramento de disputas políticas, em especial por meio dos órgãos oficiais dos partidos. As denúncias cobriam um amplo leque de assuntos desde a fraude em eleições, passando pelo cometimento de crimes e assassinatos até as denúncias de escravidão ou maus tratos aos trabalhadores. Este tipo de denúncia era mais um expediente utilizado para desqualificar os adversários e arrogar a si mesmos uma atuação mais humana ou caridosa.

Os jornais cariocas em geral cobriam com maior empenho as disputas políticas disruptivas que tinham repercussão na capital, por demandarem a intervenção do poder executivo federal. O que não aconteceu raramente. Nessas ocasiões reportagens publicadas nesses jornais podiam descrever o regime de trabalho nas usinas, as violências praticadas contra os trabalhadores, o recrutamento forçado para os batalhões patrióticos, entre outros temas pertinentes para a análise.

1. OS OBREIROS DO PROGRESSO - O INÍCIO DA MODERNA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA EM MATO GROSSO

1.1. O início da indústria açucareira em Rio Abaixo

A indústria açucareira acompanhou o estabelecimento dos núcleos urbanos à época da colonização de Mato Grosso. Atraídos pela presença de ouro na região, estabeleceram-se diversas povoações; para suprir as necessidades desses centros populacionais organizaram-se outras atividades econômicas, dentre as quais a produção de açúcar e aguardente.⁶³

Nesse período, os engenhos concentravam-se na região da Chapada, sendo atribuída a Antonio de Almeida Larano a propriedade do primeiro deles.⁶⁴ João Antônio Cabral Camelo, sertanista paulista que testemunhou o princípio da ocupação cuiabana, escreveu a esse respeito no relatório entregue ao padre Diogo Soares, intitulado "Notícias Práticas das Minas do Cuiabá e dos Goias", que, quando chegou a Cuiabá, em 21 de novembro de 1727 havia um único engenho na região da Chapada, na época em que escreveu o relatório, no entanto, já eram cinco, todos na margem do rio, onde se produzia melhor a cana, e em muito menos tempo.⁶⁵

Segundo Lenine Póvoas, em 1750, o estado já possuía dezesseis engenhocas que fabricavam aguardente e açúcar e empregavam 3000 escravos vindos da Guiné. Os produtores tinham a seu favor terras anualmente adubadas pelas cheias do Rio Cuiabá e a facilidade do transporte fluvial, o que acabou por concentrar a indústria açucareira nesta faixa ribeirinha.⁶⁶

É justamente esta região que viria a se chamar Santo Antonio do Rio Abaixo, atual Santo Antonio do Leverger, localizada à margem esquerda do Rio Cuiabá. A freguesia de Santo Antonio do Rio Abaixo foi criada em 1835, sendo elevada à categoria de Vila em 1900, ano em que passou a ser também sede da Comarca. Em 1929 passou à categoria de cidade. A região foi econômica e politicamente predominante no Estado, durante toda a Primeira República, graças a fertilidade de suas terras e à proximidade de Cuiabá, capital do estado.⁶⁷

⁶³ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: Editora da UFMT, 1995. p.65.

⁶⁴ Usinas açucareiras. O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 07.01.1979. p.10.

⁶⁵ CABRAL, João Antônio Camelo. 1842. "Notícias Práticas das Minas de Cuiabá." Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 4: 487-550.

⁶⁶ PÓVOAS, Lenine de Campos. O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2022. p. 25-26.

⁶⁷ Município de Santo Antonio do Leverger. O ESTADO DE MATO GROSSO. Cuiabá, 08.04.1956. p.25.

As vias de comunicação de Santo Antônio do Rio-Abaixo com a capital e com Corumbá se davam por via fluvial. Cuiabá ficava a uma distância de quatro horas e meia de barco. Com a inauguração da estrada de rodagem em 1920 essa distância caiu para duas horas e meia.⁶⁸ Pela importância política da região e pela importância dos políticos da região era comum ver nas páginas dos jornais notícias de barcos subindo e descendo o rio, com usineiros e políticos a bordo. Indo a Cuiabá para tomar parte das sessões da assembleia e depois retornando para as usinas, o movimento contrário também era bastante comum, muitas figuras influentes da política iam a região para estabelecer alianças com os chefes locais e se consolidar com o eleitorado. De Santo Antônio a Corumbá a viagem era no sentido inverso, descendo o rio, e mais demorada, levando em torno de quatro ou cinco dias. Corumbá era um grande pólo econômico, uma cidade portuária próxima ao mercado platino e que recebia, concentrava e distribuía entre as atividades mais lucrativas do estado o capital anglo-portenho que para lá afluía. Era para lá que seguia boa parte da produção açucareira das primeiras usinas e de lá vieram as primeiras máquinas para sua montagem.

Joaquim José Paes de Barros foi o primeiro a iniciar a modernização dos engenhos e sua gradual transformação em usinas. No *Monitor Campista*, jornal do Rio de Janeiro, foi reproduzido um artigo publicado no *Liberal*, de Mato Grosso, informando que Joaquim estava prestes a montar um engenho a vapor para a fabricação do açúcar, o engenho e os acessórios estavam vindo de Corumbá. No artigo, manifesta-se o desejo de que a introdução desses melhoramentos e os prováveis lucros deles advindos inspirassem o abandono do uso dos engenhos movidos a tração animal e a modernização da indústria agrícola, cujo atraso é atribuído ao "espírito timorato e rotineiro dos lavradores da província". Salienta-se, entretanto, que parece que tais melhoramentos não poderão ser levados a serra acima (provavelmente a região da chapada) em razão da quase impossibilidade do transporte para lugar de péssimas passagens.⁶⁹

Já nesses tempos, se demonstravam a confluência entre o poder econômico adquirido pelos Paes de Barros na indústria açucareira com a influência política e nas atividades policiais. No jornal *O Povo*, consta que Joaquim José Paes de Barros então subdelegado de polícia de Santo Antonio do Rio Abaixo foi acusado de ter mandado prender o menor Manoel José Rodrigues, por descumprir uma ordem arbitrária e ilegal. O chefe de polícia interino indeferiu uma representação contra Joaquim José afirmando serem "inexatas e completamente

⁶⁸ Pic-Nic. O Matto-Grosso. Cuiabá. 19.07.1917.p.2

⁶⁹ Engenho a vapor. MONITOR CAMPISTA. Campos. 29.02.1880.p.2.

destituídas de fundamentos" as acusações. A reportagem questiona o procedimento do chefe de polícia ligado por laços de compadresco, amizade e política partidária a Joaquim José, que era chefe em Rio abaixo, do partido que o chefe de polícia interino era subchefe na capital e na província.⁷⁰

Em setembro de 1880, em dois artigos publicados, relata-se uma explosão ocorrida no engenho a vapor, recém montado por Joaquim José Paes de Barros. Ocasionalada pela imperícia de Antonio Paes de Barros, filho e sócio do proprietário do engenho. Incomodado por não ter sido bem sucedido em uma tachada de açúcar, por estar a cana utilizada já passada, queria apressar o resultado da segunda, na qual empregou boa cana, colocando mais lenha na fornalha e aumentando o fogo, mesmo sendo aconselhado em sentido contrário pelo profissional que operava a máquina. Ocorreu então uma explosão que resultou em uma morte e deixou três feridos: o próprio Antonio, um irmão, um escravo e o maquinista. Em outro relato do mesmo jornal, reitera-se a notícia anterior, afirmando que a explosão resultou na morte de um dos filhos de Joaquim Paes de Barros.⁷¹ A notícia, além de ser importante para confirmar a inauguração do maquinário moderno antes mesmo da abolição e, portanto, bem antes da inauguração das demais usinas da região, demonstra as dificuldades enfrentadas nesses primeiros tempos e a participação de Antônio Paes de Barros, então com 28 anos, nos negócios, como sócio e tomando parte das atividades. Com a experiência adquirida, em 1895 ele fundaria sua própria usina, a mais moderna de sua época.

Em 23 de outubro de 1881, o jornal *A Situação* publicou uma denúncia de Luiz Paieti que após ter sido empregado como carpinteiro na fábrica de Joaquim José Paes de Barros quase foi forçado a trabalhar na roça deste por dever uma pequena quantia. Para saldar a dívida, buscou serviço na casa de Antonio Henrique de Carvalho. Retornando para Rio abaixo, com a intenção de dar satisfações a Joaquim José, ele foi preso por ordem do subdelegado, genro de Joaquim José Paes de Barros, e pressionado a pagar a dívida. Sendo solto apenas no dia seguinte.⁷² No ano seguinte, Joaquim José publica um anúncio no jornal *A Provincia de Matto Grosso*, no qual anuncia que aluga escravos e escravas para a lavoura e "ajusta" camaradas para o mesmo serviço.⁷³ Estes dois relatos são importantes para

⁷⁰ Sem título. O POVO. Cuiabá. 14.06.1880. p.1.

⁷¹ Imprudencia e desastre. O INICIADOR. Corumbá. 02.09.1880. p.1.; Sem título. O Iniciador. Corumbá. 23.09.1880. p.2

⁷² A pedido. A SITUAÇÃO. Cuiabá. 23.10.1881. p.3.

⁷³ Sem título. Jornal A PROVÍNCIA DE MATTO GROSSO de 02.07.1882.p.4.

demonstrar a concomitância entre o trabalho escravo e a escravidão por dívidas no pré-abolição.

No fim de 1884, em matéria que analisa os diversos setores da economia de Mato Grosso, dentre os quais o setor açucareiro, se atribuiu o desenvolvimento dessa indústria a “corajosa iniciativa” de Joaquim José Paes de Barros, que introduziu na região o primeiro dos quatro engenhos a vapor ali existentes na época, empregando vultosas quantias apesar do desestímulo de outros produtores da região. Afirma-se na reportagem que o açúcar, que chegou a ser comercializado por cerca de 2 anos a 3\$, 4\$ e 5\$, estava custando a época de 7\$ a 10\$ por 15 quilo, em razão da grande saída que vinha tendo para o Paraguai e Rio da Prata. Estimula-se a criação de novos engenhos a vapor para baixar o preço do açúcar e menciona-se como um fator incentivador a isenção de impostos até a quantia de 5:000\$000 oferecida pela província e cita-se as tratativas para organizar no distrito de Santo Antonio uma sociedade com o capital de 200:000\$ para a fundação de um engenho central para produzir açúcar de cana, que ao que parece não saíram do papel.⁷⁴

A reportagem demonstra a entrada que teve o açúcar proveniente de Mato Grosso no mercado platino no fim do século XIX. Durante as primeiras décadas do século XX o comércio com essas praças seria reduzido até ser completamente interrompido em razão do crescimento populacional de Cuiabá, de Corumbá e das cidades próximas, que passaram a consumir toda a produção dos engenhos locais.⁷⁵ Em 1890, a população do estado era composta de 92.827 pessoas, segundo o recenseamento de 1890. Em 1931 eram cerca de 343.000 habitantes. A reportagem também cita que o engenho de Joaquim José era um dos 4 engenhos a vapor existentes na região, sem citar quais são esses outros três. Recorrendo-se a uma reportagem do jornal *A Cruz*, publicada nos anos 1930 e que narra a história da grandeza e da decadência do local denominado Serra Acima, é possível descobrir outro engenho existente na época. Em um dos trechos menciona-se Joaquim José como o pioneiro a provocar o deslocamento da zona açucareira da chapada para o Rio-abaixo e que em 1884 existiam na região dois engenhos, *Conceição* de Joaquim José e o de Cesário Correa da Costa, denominado *flechas*.

⁷⁴ Coluna “Correspondências”. DIARIO DO BRAZIL. Rio de Janeiro. 18.12.1884.p.2.

⁷⁵ A E.F. Norte de Matto-Grosso. A RUA. Rio de Janeiro.09.05.1924.p.5

1.2. O pós-abolição e o início da República

Em 14 de outubro de 1888, cinco meses após a abolição, membros do jornal *A província de Matto Grosso* relataram o que viram em uma visita à usina da *Conceição* ocorrida na semana anterior e onde permaneceram por três dias. Os trabalhos eram dirigidos pelos filhos e sócios do comendador. O redator afirma que dos estabelecimentos do gênero em outros estados nenhum excedia em perfeição o da *Conceição*. Registra-se o “suave ruído dos vagões sobre trilhos”, que transportam a cana ao longo de 1600 metros, serpenteando os canaviais, introduzidos em substituição aos barulhentos carros condutores de cana. Em seguida é assim descrito o processo produtivo da usina e a situação dos trabalhadores:

A canna é depositada n'uma esteira chamada — sem fim, e transportada pelo movimento das machinas ás moendas. O bagaço, por seu turno, por meio de outra formada de regoas, é expellido da moenda para alimentar logo as fornalhas, porque já sahe inteiramente secco.

Este systema, além de correcto é economico por supprimir braços que tornão-se necessarios ao serviço da bagaceira, tão usado em muitos ou quasi todos os engenhos.

Os trabalhadores robustos e satisfeitos, com os rostos aljofarados de suor, cantarolavam ao ruído alegre e festivo produzido pelo movimento impulsivo das machinas.

Quanto é sublime o trabalho voluntario e livre!

Como era ridiculo, humilhante e tyranno — o trabalho escravo feito pelo grito do feitor!⁷⁶

É interessante comparar a descrição de trabalhadores robustos e satisfeitos, com os rostos aljofarados de suor, cantando com o ruído alegre do movimento das máquinas com aqueles rostos cansados e apáticos estampados nas folhas do jornal *O Cruzeiro*, presentes na introdução dessa dissertação. É difícil acreditar tratar-se da mesma usina. A descrição de trabalho voluntário e livre também contrasta com os acontecimentos terríveis que ainda serão narrados no decorrer desta dissertação.

No pós-abolição, os engenhos da Chapada entraram em decadência e a atividade se firmou de vez na região de Rio-Abaixo. Diante do sucesso da empreitada do Comendador Joaquim José Paes de Barros, que negociou com uma firma da Inglaterra a aquisição e montagem da Usina *Conceição*, para a produção de açúcar, álcool e aguardente, surgiram outros estabelecimentos semelhantes, ameaçando a hegemonia dos Paes de Barros.

O jornal *O Matto Grosso*, em duas reportagens, repercutiu uma denúncia feita pela firma Barros & filhos, composta por Joaquim José e seus filhos, contra José Marques de Fontes, outro usineiro de destaque na região, por entenderem que ele gozava ilegalmente da

⁷⁶ Sem título. A PROVÍNCIA DE MATTO GROSSO. Cuiabá. 14.10.1888. p.1.

isenção de impostos sobre produtos produzidos em engenhos que tivessem entrada na vila e cujos produtores tivessem introduzido máquinas a vapor. A isenção se destinava apenas aos produtores que produzissem açúcar e aguardente concomitantemente. José Marques produzia apenas aguardente, não podendo beneficiar-se da isenção. Este foi também o entendimento do governo, que cancelou a isenção que havia sido concedida em 1888, com base na presunção, segundo *O Matto-Grosso*, que ele também fabricava açúcar. Defendendo a firma *Barros & Filhos* dos ataques do *Quinze de Novembro*, que a acusavam de ter recebido a isenção por 3 vezes, a reportagem esclarece que ela só foi beneficiada uma vez, em 1888, tendo as outras duas sido dadas a Joaquim José por seu primeiro engenho, construído em 1880, e a Antonio Paes de Barros, também em 1888.⁷⁷

Analisando a reportagem que, à primeira vista, trata de uma questão de menor interesse, pode-se extrair algumas informações importantes sobre duas das principais famílias de usineiros da região, os Paes de Barros e os Marques Fontes que rivalizaram e competiram no âmbito econômico e político. As famílias se perpetuaram como figuras destacadas no ramo açucareiro por pelo menos três gerações e fundaram diversas usinas. Nestes primeiros tempos estavam vinculadas a duas das principais: a *Conceição*, propriedade de Joaquim José e a *Aricá*, que se supõe ter sido administrada por José Marques Fontes antes de passar a sua filha Maria Leopoldina da Marques de Fontes. As duas usinas foram mencionadas nas operações movidas por Mená Gonçalves em 1931. Em pouco tempo surgiria também a usina *Itaicy*, fundada por Antônio Paes de Barros e cujas máquinas, a reportagem sugere, parecem ter sido adquiridas nesse período.

A reportagem deixa transparecer uma certa rivalidade entre as famílias, o que pode ser corroborado por uma denúncia feita pelo Jornal *A Província de Matto Grosso*, três anos antes, na qual Antonio Paes de Barros se defendia de acusações feitas por seu vizinho, José Marques, no periódico *A situação*, de ter incendiado seus canaviais e maltratado seus animais.⁷⁸ As relações conflituosas entre os usineiros eram uma constante. Não se comportavam como um grupo coeso que agia em conjunto para obter melhorias ao seu setor. Pelo contrário, disputavam a influência no âmbito local pois o poder de mando lhes daria prestígio para obter poder político e favores do governo caso sua parcialidade política viesse a tornar-se situação. Esta rivalidade expressava-se também no campo da política partidária, como fica expresso na denúncia e na defesa indicados acima. Esta feita no periódico *A*

⁷⁷ *Dicacitas scurrilis*. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 29.11.1891. p.1.; *It is the question*. O Matto Grosso. Cuiabá. 15.12.1891. p.2.

⁷⁸ Ao Publico. A PROVINCIA DE MATTO GROSSO. Cuiabá. 20.11.1887. p.3.

situação, órgão do partido conservador e aquela feita no periódico *A Província de Matto Grosso*, órgão do partido liberal, indicando que as famílias se encontravam em lados opostos da política no fim do Império. Assim como a defesa de Joaquim José por parte do jornal *Quinze de Novembro* e a da família Paes de Barros por parte do *O Matto Grosso*, indicam que as famílias permaneciam em lados opostos em princípios da República.

Assim como Joaquim José Paes de Barros, José Marques de Fontes também era proprietário de escravos antes da abolição. Foi Juiz de paz nos tempos do Império e se filiou ao *Partido Nacional* nos primeiros tempos da República.⁷⁹ O jornal *Quinze de Novembro*, fora fundado por Antonio Maria Coelho, o líder do partido nacional e o primeiro presidente do estado de Mato-Grosso. O jornal *O Matto-Grosso*, a partir de 1890 se tornou o órgão oficial do Partido Republicano, noticiando as reuniões realizadas e os manifestos de seus líderes, dentre os quais estavam os irmãos Murtinho e Generoso Ponce, lideranças que serão apresentadas detalhadamente mais à frente.

Além de nos informar sobre a rivalidade entre as famílias, a reportagem sobre a denúncia movida pelos Paes de Barros aos Marques Fontes também menciona alguns aspectos sobre a constituição das usinas. Informa-se que uma sociedade firmada em nome de *Barros & Filhos* e sobre a introdução de novo maquinário em 1888, ocasião em que foi concedida uma isenção de impostos em nome da mesma. Menciona-se ainda a construção de um outro engenho por Antonio Paes de Barros, que provavelmente trata-se do engenho que daria origem a usina *Itaicy*, inaugurada anos depois.

Com relação a menção ao engenho de José Marques de Fontes, pode-se supor tratar-se do início da usina *Aricá*, porque cinco anos depois, o jornal *O Republicano* noticiaria, em uma reportagem sobre a necessidade de introduzir mão-de-obra estrangeira em Mato Grosso, a chegada a usina *Aricá*, na época pertencente à filha de José Marques, D. Maria Leopoldina Marques de Fontes, de “dois colonos polacos” encaminhados, dois meses antes, pela diretoria da hospedaria da Ilha das Flores.⁸⁰

A família Fontes inclusive teve a primazia da introdução de colonos europeus no estado, como indica reportagem do jornal *A Província de Matto Grosso*, publicada cinco meses após a abolição, informando que, segundo dois avisos do ministério da agricultura, publicados no jornal *Situação*, o comendador Antonio Henrique de Carvalho e o tenente coronel José Marques de Fontes, lavradores de Cuiabá, iriam receber, cada um, dez famílias

⁷⁹ Lista de Passageiros. A PROVINCIA DE MATTO GROSSO. Cuiabá. 06.02.1881.p.2.

⁸⁰ Colonização e Viação. O REPUBLICANO. Cuiabá. 10.12.1896. p.1.

de agricultores europeus, para o trabalho de suas lavouras. O jornal projeta que a experiência, ainda não praticada no estado, poderá dar bom resultado e animar outros lavradores a seguirem o exemplo.⁸¹

A reportagem afirma que o trabalho livre, graças à lei de 13 de Maio apesar de ser "muito mais produtivo" do que o antigo, executado pelo "braço escravo", não era o que carecia o estado, que para modernizar seus processos precisava do "trabalho inteligente", que não podia ser feito pelos libertos, por não conhecerem outros processos senão os que até então eram seguidos. Os trabalhadores europeus eram considerados indispensáveis para a reforma de que carecia o trabalho agrícola, pois sem eles não se poderia abandonar a rotina até então seguida "por quase todos os lavradores". Como se vê, ambas as famílias eram felicitadas pelas mudanças promovidas no regime de trabalho por ocasião da abolição. O setor açucareiro era retratado como um dos mais progressistas tanto em sua dimensão material, pela introdução do moderno maquinário, mas também em sua dimensão moral, por substituir o trabalho escravo pelo trabalho livre. Posteriormente foi documentado que o trabalho que movia as usinas não era tão "livre" assim.

Enquanto se retratava o setor açucareiro como a vanguarda da transição ao trabalho livre, outros setores da economia mato-grossense registravam uma certa crise de abastecimento de trabalhadores nestes primeiros tempos do pós-abolição. Menos de duas semanas após o 15 de maio, uma reportagem vinculada no jornal *Oásis*, que circulava em Corumbá, comenta sobre a situação do serviço doméstico na cidade. Afirma-se que o serviço era pessimamente desempenhado pela "criadagem" de modo que parte da população se encontrava sempre em restrita contingência quando necessita desse serviço. Sugeria-se como solução "adotar o exemplo das grandes capitais" nas quais o serviço doméstico era executado sob prescrições municipais e que a organização desse serviço por meio de disposições municipais seria benéfica a todos, inclusive aos criados, porque "ninguém ignora as torturas infligidas pela classe que aluga seus serviços".⁸²

Além da ausência de recomendações escritas do comportamento da pessoa contratada, o que ocasionaria o risco de abrigar pessoas perigosas em seus lares, a matéria criticava os contratos firmados apenas verbalmente, o que não garantiria estabilidade ao empregador pois alguns empregados "principalmente entre as mulheres", abandonariam o serviço antes do

⁸¹ Sem título. A PROVÍNCIA DE MATTO GROSSO. Cuiabá. 21.10.1888.p.2.

⁸² Serviço domestico. OÁSIS. Corumbá. 27.05.1888. p.4.

tempo para que foram contratados assim que juntavam alguns recursos de que antes necessitavam.

A reportagem também pedia providências por parte da municipalidade e da Assembleia provincial para pôr fim à situação e para tranquilizar as famílias que necessitam de criados, com um regulamento para o serviço doméstico organizado em condições de garanti-las. Pedia também que a polícia tomasse alguma medida enérgica desbaratando “a falange de vadios” que transitavam pelas ruas sem o que fazer, que descansavam “de baixo da figueira” o dia inteiro e que apinhavam tavernas e cortiços sem dispor de meio de vida conhecido.

As “providências” reclamadas pela reportagem foram de fato tomadas tempos depois. Lúcia Helena Gaeto Aleixo cita um relatório do delegado de polícia de Santo Antônio do Rio Abaixo, datado de 30 de junho de 1890 enviado ao presidente do Estado, no qual comenta os efeitos da aprovação da Lei de Locação Doméstica que obrigava a todos aqueles que viviam nos centros urbanos, a possuir contrato de trabalho legalizado pelos seus patrões e, deste modo, favorecia a concentração de “desocupados” nas áreas rurais e nos pequenos povoados. O delegado queixava-se ao presidente do Estado de contínuos furtos de gado, cometidos por vadios ali existentes:

Destes são maior o número os libertos de 13 de maio, que corrigidos desta Capital onde a polícia em execução a lei provincial sobre locação doméstica os tem compelido ao trabalho vão abrigar-se por aquelas paragens. Daí a grita dos lavradores por falta de braços e d'ali a falta nesta Capital de pessoal para o serviço doméstico.⁸³

Alguns meses antes, em 20 de outubro de 1889 *A Província de Matto-Grosso* publicou uma carta assinada por "um lavrador abolicionista" analisando os efeitos da abolição da escravidão, procedida no ano anterior, na lavoura do estado. O autor inicia dizendo que como "patriota" não se pode deixar de aplaudir a "vitória alcançada pelos abolicionistas", porque ela seria "uma conquista do progresso" mas, como lavrador também não se pode deixar de lamentar "a forma pela qual foi concebida e executada a ideia" e a "crise terrível" por qual passava a quase definhada lavoura do estado.⁸⁴

O autor da carta afirma que abolição, que no longo prazo melhoraria os costumes, desenvolveria novas indústrias e regularizaria o trabalho. Por ter sido uma transformação

⁸³ Relatório do delegado de polícia de Santo Antônio do Rio Abaixo, 30.06.1890. Ofício ao presidente do Estado, citado por ALEIXO, Lúcia Helena Gaeto. *Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930)*, p.216.

⁸⁴ A lavoura e a abolição. *A PROVÍNCIA DE MATTO-GROSSO*. Cuiabá. 20.10.1889.p.3.

"violenta" teria abalado, desorganizado e paralisado todas as forças produtoras. Porque ao abolir a escravidão pelo decreto de 13 de Maio, o governo deixou para mais tarde a promoção das medidas que deviam regularizar o trabalho livre, medidas que ainda não teriam sido tomadas.

Nesse cenário o missivista pergunta para quem apelariam os lavradores que se viam ameaçados de "prejuízo inevitável". "Para a lei de parceria agrícola de 1879?" "Burla", diz ele, já que "em todo contrato há reciprocidade de vantagens e deveres, e a maior parte dos libertos, surgindo da tenebrosa noite da escravidão, são inaptos, pela sua ignorância, pelos seus costumes para com a compreensão de tais obrigações". "Para o recrutamento forçado, que se está pondo em prática?" Afirmando em seguida que "além de ser isto um atentado contra a lei, é uma medida que nada remedeia, porque o soldado é um consumidor e não um produtor, e não será, de certo, enchendo os quartéis de *vadios* e *vagabundos*, que o lavrador fará a sua colheita e se libertará do prejuízo que o ameaça." Em seguida pergunta, indicando a solução que melhor lhe parecia: "Não seria mais acertado obrigá-los a trabalhar em qualquer estabelecimento agrícola, marcando-se-lhes *razoável salário*, já que não possuímos casa de correção?"⁸⁵

Em seus trechos finais, o "lavrador abolicionista" parece deixar transparecer a indústria à qual se vincula ao perguntar "como, de que modo, se fará a safra de açúcar e de aguardente agora em começo, e que representam o trabalho de todo ano, se os novos libertos recusarem, ainda ganhando bom salário, continuar no serviço?". Ele termina a carta pedindo providências ao presidente da província, o "delegado do governo que acaba de produzir tal estado de anarchia" e agradece ao chefe de polícia e ao delegado, especialmente a este, que tão incansável vinha se mostrando em restabelecer a ordem e a resguardar o interesse geral.⁸⁶

Outras reportagens, publicadas pouco antes ou após a publicação da carta ilustram como atuavam as autoridades policiais nesse tempo e como se dava o mencionado *recrutamento*.

Cerca de dois meses antes, em agosto de 1889, uma reportagem publicada n' *A Gazeta* narra a invasão ocorrida, no dia 14 daquele mês, na chácara do capitão Pedro Leite Osório pelos indivíduos de nomes Simão do Nascimento e "Inocencio de tal" que foram até o canal da propriedade e prenderam, por ordem do Subdelegado de Polícia da Freguesia de Pedro 2º, o camarada Manoel do Nascimento, "homem pobre, pacífico e carregado de

⁸⁵ Ibid.

⁸⁶ Ibid

numerosa família", que para lá tinha se dirigido na esperança de, por meio do seu trabalho, tirar a necessária subsistência a seus filhos. A reportagem afirma que até aquele momento não havia motivo conhecido que justificasse a prisão e pedia "ao íntegro Sr. Dr. chefe de Polícia" para averiguar e corrigir o fato para que não se reproduzisse semelhante abuso.⁸⁷

No mesmo dia em que foi publicada a carta sobre os efeitos da abolição na lavoura do estado, a mesma folha *A Gazeta* lamentava o fato da cidade de Cuiabá ter tido sua tranquilidade pública alterada devido à "caçada humana" ou "recrutamento". A reportagem afirma que o governo da província tinha como objetivo "reprimir a vagabundagem dos libertos pela lei de 13 de Maio", obrigando-os ao trabalho. Porém, devido à "má execução" das ordens por parte de "praças de linha indisciplinadas", que seriam "ex-capoeiras" da corte que foram para Mato Grosso com o 1.º e 7.º batalhões, surgiram diversas reclamações de que estes estariam "pegando" homens trabalhadores, pedreiros, lavradores e criados e desacatando pessoas consideradas da "nossa sociedade".⁸⁸

Observe-se que o texto destaca "os libertos da lei de 13 de maio" e os distingue da sociedade da qual o redator julga fazer parte, identificando aqueles como alvos legítimos do recrutamento, como parte do esforço para pôr fim à vagabundagem e estes como homens trabalhadores, que por má execução das ordens de repressão, foram alvo das violências das quais só deviam ser vítimas os primeiros.

Em meados do ano seguinte. *O Matto Grosso*, órgão que sucedeu *A Província de Matto Grosso* publica uma reportagem que demonstra que a República não trouxe grandes mudanças na questão do combate à vadiagem e do recrutamento de trabalhadores. Em 28 junho 1890 o chefe de polícia retornava a Cuiabá, vindo do Mimoso, para onde tinha ido no dia 21 para "prender os vadios" daquela localidade, que supostamente viviam de furto de gado, segundo reclamações que lhe fizeram os moradores das proximidades do local. Foram presos cerca de 40 indivíduos surpreendidos e "apanhados" na noite da festa de S. João. O chefe de polícia levou para a capital 17 deles, sendo os outros intimados a se apresentarem em dias determinados. Vários fazendeiros também foram notificados a depor sobre os supostos furtos. Dos 17 presos, 12 assentaram praça na companhia policial e no exército, e os mais contrataram-se como camaradas de lavradores e fazendeiros.⁸⁹

⁸⁷ Abuzo Policial. A GAZETA. Cuiabá. 26.08.1889.p.2.

⁸⁸ Recrutamento. A GAZETA. Cuiabá. 20.10.1889. p.4.

⁸⁹ Coluna Gazetilha. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 06.07.1890.p.1.

Gilmara Yoshihara Franco afirma que a República não mudou substancialmente a realidade política excludente e elitista do estado e pontua que o arcabouço legal republicano e a lógica partidária demoraram a ser incorporadas pelo grosso da população em razão do caráter excludente da política brasileira, com a qual a República não rompeu. Citando José Murilo de Carvalho, destaca a exclusão dos pobres, mendigos, mulheres e analfabetos.⁹⁰

No campo político-institucional, os primeiros anos republicanos em Mato Grosso foram agitados, como foi toda a sua história durante a Primeira República. Antes de ser eleito, de maneira indireta, seu primeiro presidente de estado constitucional, sucederam-se em três governadores em três anos e duas eleições para duas Assembleias Constituintes, que chegaram a funcionar ao mesmo tempo antes que a primeira fosse anulada. Por fim, um movimento armado depôs o mencionado primeiro presidente eleito que após novos combates foi então restituído ao poder.

O primeiro partido do estado foi o Partido Nacional (P.N.), fundado por Antonio Maria Coelho, primeiro presidente de Mato Grosso, nomeado pelo Governo Provisório. O cargo de presidente do estado corresponde ao que hoje é o cargo de governador. O Partido Republicano (P.R.) era liderado por Generoso Ponce. Os dois partidos criados no estado formaram-se a partir dos antigos partidos monárquicos, o liberal e o conservador. Entre os correligionários mais notáveis do Partido Republicano, estavam os irmãos Joaquim e Manoel Murtinho, Virgílio Alves Correa, Antônio Correa da Costa, Pedro Celestino Correa da Costa e Antônio Francisco Azeredo. O P.N., tinha em seus quadros o sobrinho de Maria Coelho, o também militar, major Antônio Aníbal da Motta, José da Silva Rondon (que depois passou para o lado de Ponce), Francisco Antonio Ribeiro, o Cel. Caetano de Faria e Albuquerque e Luís Benedito Leite.⁹¹

Edson Fanaia distingue entre as lideranças políticas aquelas cujas ações políticas têm como escopo o próprio estado das que dispõem de maior trânsito junto ao Poder Federal, capazes de deslocar o eixo decisório em momentos de crise aguda favorecendo a si ou a seus aliados políticos.⁹² Entre as lideranças do primeiro tipo, estão o sobrinho de Maria Coelho, o também militar, major Antônio Aníbal da Motta pelo lado do P.N., e Generoso Ponce pelo lado do P.R. Essas lideranças tinham como características esperadas e necessárias a

⁹⁰ FRANCO, Gilmara Yoshihara. Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República. p. 4.

⁹¹ FRANCO, Gilmara Yoshihara. Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República. *albuquerque: revista de história*, 2013. p.5-6.

⁹² FANAIA, João Edson de Arruda. Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930). *Cuiabá: EdUFMT/Fapemat*, 2010. p.101.

capacidade de arregimentar homens em armas em caso de disputas políticas disruptivas, muito comuns no estado, que durante todo período Republicano teve apenas 3 governadores que cumpriram integralmente seus mandatos. A historiografia mato-grossense tradicionalmente se refere às forças mobilizadas nessas ocasiões como “batalhões patrióticos “.⁹³

Antônio Anibal da Motta e Generoso Ponce foram inclusive os protagonistas da primeira "Revolução" do estado, em 1892. O termo, como já vimos, era utilizado pela historiografia mato-grossense que denominou de “Revoluções” o acirramento das disputas políticas, que culminava nos conflitos armados que objetivavam depor o governador e tomar para si ou para seu grupo o mando político a nível estadual.⁹⁴ Entre as lideranças do segundo tipo, destacam-se no P.R., os irmãos Murtinho, enquanto, pelo P.N., destaca-se o nome de Caetano de Albuquerque. Além da capacidade apontada influenciar a ação do poder federal, essas lideranças eram importantes para direcionar os debates públicos por meio de posicionamentos e discussões publicadas no Rio de Janeiro, então capital federal.

Filhos de José Antônio Murtinho, presidente da província nos tempos do império, os irmãos Murtinho saíram do estado ainda jovens, para estudar no Rio de Janeiro, Joaquim formou-se em medicina e Manoel em direito. Os irmãos tiveram intensa atuação política durante o período Republicano. Joaquim foi eleito senador constituinte em 1890, cargo que ocupou até 1906. Atuou como Ministro da Fazenda entre 1898 e 1902, no governo de Campos Sales. Em 1903, foi eleito novamente para o Senado. Manuel foi nomeado 1º vice-presidente do estado em 1890 e eleito, no ano seguinte, deputado para constituinte estadual. Em 1897, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), sendo eleito vice-presidente do tribunal em setembro de 1913. Caetano de Albuquerque foi eleito Deputado Constituinte, participando da elaboração da Constituição Federal em 1890 e exerceu o cargo até 1893. Voltou ao cargo eleito para o período de 1912 a 1914 e em seguida foi eleito presidente do estado, em 1915.

Yoshimara Franco destaca que diante da ausência de uma sociabilidade política fomentada pelos partidos, o apelo aos jornais como forma "de sociabilizar ideias, legitimar interesses, esclarecer os partidários das contendas que se passavam nos bastidores do

⁹³ CORRÊA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943. Campo Grande: Editora UFMS, 1995. p.82.

⁹⁴ FRANCO, Gilmar Yoshihara. "Notas de um assassinato: A historiografia mato-grossense e a construção da memória política do governador Antônio Paes de Barros (1903–1906)." *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo* (2011). p.5-6.

poder."⁹⁵ Edson Fanaia também destaca como ponto importante e decisivo para os candidatos disporem de um periódico ou estar ligado a seu proprietário para, por meio dele, se conectar a seus correligionários. Esta ligação por muitas vezes era expressa no subtítulo da primeira página e mesmo jornais denominados independentes explicitavam suas preferências.⁹⁶

Nos anos iniciais da República, destacam-se *O Matto Grosso* e *O Quinze de Novembro*. *O Matto Grosso* circulava desde 1879, com o nome de *A Província de Matto Grosso*, e, após a mudança de regime, passou a ser publicado com a denominação de *O Matto Grosso*, tornando-se o porta-voz do Partido Republicano. Já em 20 de agosto de 1890, essa vinculação tornou-se explícita. Na primeira página, logo abaixo do nome, aparecia grafada a expressão “Órgão do Partido Republicano”. *O Quinze de Novembro* foi fundado por Antônio Maria Coelho.⁹⁷

Este último infelizmente teve curta tiragem disponível para consulta a partir da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, que dispõe apenas das edições a partir do ano de 1902, ano em que Maria Coelho já estava alijado do poder. Só sendo possível ter acesso aos posicionamentos e discussões de seus correligionários por meio de periódicos publicados no Rio de Janeiro.

Ambos os lados trocavam acusações sobre a inadequação aos novos tempos republicanos. Do lado do partido Republicano, Joaquim Murtinho lançou o manifesto "Aos meus concidadãos", publicado no *O Matto Grosso* do dia treze de abril de 1890. Murtinho criticou a constituição e organização do Partido Republicano Nacional, para os quais não teria concorrido a população. Em sua visão, o partido era democrático apenas no nome, mas em sua organização seria menos democrático que os antigos partidos monárquicos, por ter sido criado pelo governador, que teria tomado para si os direitos do eleitor, contrariando o elemento ativo da organização de um partido republicano, o cidadão. Fato exemplificado pela criação dos diretórios do partido pelo próprio governador, que além disso nomeou para estes indivíduos de sua confiança, que representariam seu modo de pensar e sua opinião, sendo delegações de poder, mas não delegações do povo, como deveria ser em um partido republicano.⁹⁸

⁹⁵ FRANCO, Gilmar Yoshihara. Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República. p. 5.

⁹⁶ FANAIA, João Edson de Arruda. Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930). *Cuiabá: EdUFMT/Fapemat*, 2010. P.99.

⁹⁷ FRANCO, Gilmar Yoshihara. Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República. p.6.

⁹⁸ Aos meus concidadãos. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 13.04.1890. p.1.

Em resposta ao manifesto os partidários do P.N., no Rio de Janeiro, entre eles Caetano de Albuquerque, repelem as acusações de que o partido seria antidemocrático, afirmando que o governador fora aclamado pelos cidadãos e acusavam Joaquim Murтинho de tentar estabelecer uma oligarquia no estado. Lembram do fato de ter ele tentado conseguir a nomeação de seu irmão, Manoel Murтинho, para o cargo de presidente do estado e da atuação da família durante o período imperial. Além disso, critica-se a atitude de Joaquim de tentar tutelar a organização política no estado sem de fato nela tomar parte, visto que se encontrava distante da terra natal há muitos anos.⁹⁹

Na primeira eleição republicana, destinada a eleger deputados e senadores para redigir a Carta Constitucional do novo regime, marcada para 15 de setembro de 1890, concorrem, entre outros, Joaquim Murтинho e Antônio Azeredo pelo Partido Republicano e Caetano de Albuquerque, pelo Partido Nacional. Maria Coelho indica representantes dos diretórios municipais de seu partido como encarregados de fiscalizar as eleições e aumentar o contingente policial nos principais redutos eleitorais do estado, obtendo expressiva vitória nas urnas. Foram eleitos para o senado Antonio Pinheiro Guedes, Aquilino Amaral e Joaquim Murтинho e Antonio Azeredo, Caetano Manoel de Faria e Albuquerque para a Câmara Federal. Sendo apenas Murтинho e Azeredo do Partido Republicano que saiu enfraquecido em relação ao Partido Nacional Republicano e a Maria Coelho, que despontou como principal chefe local do PRN. Nesta condição, e já precavendo-se em relação a formação da primeira Assembleia Constituinte do estado, demitiu e empreendeu perseguições aos opositores, além de nomear 21 oficiais para a Guarda Nacional, reforçando seu contingente para prevenir uma eventual trama contra seu governo.¹⁰⁰

Com as eleições para a constituinte estadual marcadas para 03 de janeiro de 1891, o partido Republicano tenta animar suas bases lançando um manifesto aos eleitores. O Partido Nacional Republicano (nova denominação do antigo P.R.) intensifica a mobilização das tropas e as enviam aos municípios para "supervisionar" o desenrolar das eleições.¹⁰¹

Nesse ínterim, deu-se a prisão de Manoel Murтинho, do tenente Emilio do Espírito-Santo Rodrigues Calháo, o proprietário do jornal *O Mato Grosso*, e do capitão José Magno da Silva Pereira. A justificativa apresentada por Maria Coelho foi publicada no *Quinze de*

⁹⁹ Ao Governo Provisório. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. 30.05.1890. P.3.; sem título. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. 04.06.1890. p.3.

¹⁰⁰ FRANCO, Gilmara Yoshihara. Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República. P.7-10.

¹⁰¹ Ibid. P.11.

Novembro e reproduzida tempos depois no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. Maria Coelho apontava os presos como os líderes de um ato criminoso, atentatório da ordem pública e da autoridade constituída que visava alarmar a população de Cuiabá. Segundo ele, os republicanos constantemente espalhavam a notícia de que o governador seria deposto, boato que teria sido publicado pelo *O Mato Grosso*, que ainda acusava o governador de ter sido comunicado da demissão por telegrama enviado pelo Governo provisório e de ter ocultado o fato. No dia 10 de dezembro, espalhou-se o boato de que um pacote vindo do Rio de Janeiro confirmara a deposição do governador e que novo governador chegaria naquele mesmo dia. A população foi convidada para se reunir na casa do capitão José Magno da Silva Pereira para ir recebê-lo. Foguetes teriam sido comprados por Manuel Murtinho e distribuídos por diversas partes da cidade com o fim de anunciar a chegada do novo governador.¹⁰²

Sendo verdade ou não a notícia da ocultação do telegrama de sua demissão por parte de Maria Coelho, fato é que ele foi mesmo exonerado, no dia 31 de dezembro de 1890. Sendo nomeado para o seu lugar o Coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro. A ausência do telégrafo, no entanto, não permitiu a chegada da notícia antes da eleição para a Constituinte Estadual, na qual venceram os candidatos do Partido Nacional. O Cel. Sólton chegou em Cuiabá no dia 15 de fevereiro. Antônio Maria Coelho não opôs resistência e entregou pacificamente o cargo. Porém, nos bastidores, tramou e colocou em prática seus planos para retomar o cargo perdido. Sólton convocou novas eleições para a Assembleia Constituinte, marcadas para 28 de Maio. Desta vez foram vencedores os candidatos do Partido Republicano. As atividades iniciadas pelos constituintes eleitos em janeiro pelo PRN, no entanto, continuaram normalmente. Daí em diante, os trabalhos para a elaboração da Constituição Estadual seguiram sendo feitos por dois grupos de constituintes: um do Partido Nacional outro do Republicano.¹⁰³

Poucos meses após assumir o governo, Sólton renunciou alegando razões de saúde e foi substituído pelo também Coronel João Nepomuceno de Medeiros Mallet. A ele coube tentar acalmar os ânimos das lideranças mato-grossenses, reunindo Antônio Maria Coelho e os membros dos diretórios dos Partidos Republicano e Nacional, para tentar pôr fim à duplicidade de Assembleias Constituintes e encaminhar a sucessão ao governo do estado.¹⁰⁴

¹⁰² Política de Mato Grosso. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. 27.01.1891. p.4.

¹⁰³ FRANCO, Gilmara Yoshihara. Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República. P.69-70.

¹⁰⁴ Ibid., p. 71.

O ministro da Justiça Manoel de Campos Salles anulou a Assembleia Constituinte eleita em 03 de janeiro de 1891. Na sequência, na eleição realizada em 15 de agosto de 1891, foram eleitos, por voto indireto, Manoel José Murтинho, Generoso Ponce, José da Silva Rondon e Pedro Celestino, para governador, 1º, 2º e 3º vices, respectivamente. Murтинho presidiu até o fevereiro do ano seguinte, quando irrompe a primeira revolução armada que resultou em deposição do poder estadual em Mato Grosso. Iniciada em Corumbá, foi liderada por Antônio Aníbal da Mota, sobrinho de Maria Coelho, que tomou o controle da intendência de Corumbá e em seguida seguiu para Cuiabá, na intenção de depor o governo estadual.¹⁰⁵

No dia 9 de fevereiro de 1892. O jornal *O Matto Grosso* anunciou que fecharia suas oficinas e suspenderia sua publicação em razão do movimento sedicioso iniciado em Corumbá. Na segunda página daquela edição o usineiro José Marques Fontes assinava um informe convidando a população da capital para receber o 21º batalhão de infantaria que vinha de Corumbá para Cuiabá e endossando um manifesto que comemorava a volta do partido nacional ao poder. Neste segundo, consta que José Marques, referido como um dos prestigiosos chefes do partido nacional, faria parte de uma junta governativa composta por Luiz Benedicto e do major Annibal. A junta tinha como objetivos iniciais manter a ordem pública e garantir a propriedade e a liberdade individual. A junta ficaria no poder até que os candidatos eleitos a 3 de janeiro do ano anterior reassumissem seus cargos.¹⁰⁶ O próprio José Marques era um dos deputados eleitos para a primeira constituinte anulada, pelo P.N.

Ainda em fevereiro, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem na qual detalhou os fatos ocorridos nos atos preparatórios da revolução. Um plano de assassinato de José Marques por parte do Partido Republicano e o recrutamento feito a força pelo mesmo partido diante da notícia de que de Santo Antonio partiam homens armados em direção a Cuiabá para depor o presidente do estado. Publica-se ainda o manifesto do Partido Nacional ao tomar o poder.¹⁰⁷ Nesse mesmo mês, o periódico *O paiz*, do Rio de Janeiro, relata que, a convite da intendência municipal, organizou-se em Cuiabá um batalhão patriótico, chamado Maria Coelho, para a manutenção da ordem pública e defesa da autonomia do Estado. José Marques de Fontes, o presidente da Câmara, foi aclamado como seu comandante.¹⁰⁸ Pouco tempo depois, José

¹⁰⁵ FRANCO, Gilmara Yoshihara. Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República. P.73-74.

¹⁰⁶ O Partido Republicano. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 09.02.1892.p.1.; Concidadãos. O Matto Grosso. Cuiabá. 09.02.1892.p.2.; Manifesto. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 09.02.1892.p.2.

¹⁰⁷ Matto-Grosso. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 24.02.1892.p.2.

¹⁰⁸ Matto Grosso. O PAIZ. Rio de Janeiro. 08.04.1892.p.2.

Marques chegou até mesmo a desempenhar as funções de presidente do estado, por um curto período, após terem designado ao cargo o coronel Luiz Benedicto e o intendente de Cuiabá.¹⁰⁹ Após meses de combates pelo controle político do estado, que se estenderam de abril a maio, os republicanos retomam o poder. O comandante das forças republicanas, Generoso Ponce, se firma como liderança a nível regional no estado.¹¹⁰ Após a retomada do poder a nível estadual, o Partido Republicano se manteria hegemônico no estado até 1899.

Nesta primeira “revolução” do estado não foi possível encontrar relatos sobre a participação de trabalhadores das usinas, mas é possível supor que esta participação tivesse ocorrido em função da escolha de José Marques Fontes como o comandante do “batalhão patriótico” que deveria assegurar a vitória das forças que representavam o Partido Nacional sobre as do Partido Republicano. Em outras épocas, como em 1899 e em 1916 sempre que havia uma “revolução” no estado eram arregimentadas forças nas usinas. De qualquer forma, o episódio mostra o prestígio e a influência política dos usineiros. Marques Fontes, além de ter sido o comandante do batalhão patriótico, foi também eleito deputado e exerceu as funções de presidente do estado, ainda que a legitimidade do cargo de deputado e de presidente possam ser questionadas, por ter sido a eleição para o primeiro cancelada e o segundo exercido à margem do processo eleitoral.

Nesse intervalo, que vai da vitória do Partido Republicano, na primeira revolução do estado, até a formação de uma dissidência no partido que inicia uma nova conflagração no estado, em 1899, certos acontecimentos relacionados a usina açucareira dignos de nota. Em primeiro lugar as mortes de dois dos fundadores dessa indústria na região de Rio-Abaixo, a do comendador Joaquim José Paes de Barros, ocorrida em 1893 e a de José Marques de Fontes, ocorrida em 1898.

Joaquim José faleceu aos 63 anos, e sua morte foi atribuída a uma “congestão cerebral”. O jornal *O Matto Grosso* comenta que o finado estava indissolúvelmente ligado à história do progresso industrial do estado, por ter sido o primeiro lavrador a romper com a “inveterada rotina” introduzindo aparelhos a vapor no processamento da cana de açúcar e aperfeiçoando seus produtos. A usina *Conceição* é mencionada por ter servido de incentivo e modelo para o estabelecimento de outras fábricas do gênero. Em sua atuação política, é lembrado como chefe do partido Republicano na freguesia de Santo Antonio do Rio-

¹⁰⁹ Matto Grosso. DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 09.05.1892.p.1.

¹¹⁰ FRANCO, Gilmar Yoshihara. Pelas páginas dos jornais. P.11-12.

abaixo.¹¹¹ Após falecimento de Joaquim José, foi desfeita a sociedade *Barros & Filhos* que administrou a Conceição entre 1889 a 1893. Em 1893, uma outra empresa denominada *Barros & filhos* passa a administra-la, tendo como sócios os irmãos João Paes de Barros, Henrique Paes de Barros, José Paes de Barros Pedro Paes de Barros e Joaquim Paes de Barros. Em 30 de novembro de 1896, após a morte de um dos irmãos e sócio, Joaquim Paes de Barros, a sociedade foi dissolvida e a viúva, Rozalina de Carvalho Barros, paga pelos lucros verificados. Uma outra empresa de mesmo nome é então criada em 12 de fevereiro de 1897.¹¹² Rozalina, posteriormente se retira da mesma em 5 de agosto de 1897, foi novamente paga pelos lucros.¹¹³ No início de janeiro de 1899, Henrique Paes de Barros, José Paes de Barros e Pedro Paes de Barros se retiram da sociedade ficando com a posse da fazenda do Pindahyval, compostas de gado e todas as terras situadas no S. Lourenço, bem como do ativo e passivo da mesma fazenda. João Paes de Barros torna-se desta forma o único dono da usina Conceição, de seus pertences e das terras às margens do rio Cuiabá, sendo também o responsável por seus ativos e passivos.¹¹⁴

O jornal *O Republicano*, ao comunicar a morte de José Marques se refere a ele como um "abastado industrial", estabelecido com fábrica de aguardente e fazenda de criação de gado à margem direita do Cuiabá, no distrito do Melgaço e representante de uma *ilustre família* mato-grossense. Ele é também lembrado por ter desempenhado saliente papel na política no regime monárquico, militando nas fileiras do partido liberal, do qual foi chefe no seu distrito. Já no período republicano, na fase de reorganização do estado, é lembrado por ter tomado parte ativa nas lutas partidárias que então se travavam, tendo estado à frente da administração estadual, na qualidade de presidente da Assembleia, durante os "amargos e lutosos" dias que terminaram pela vitória das forças populares que assediaram a capital.¹¹⁵

Por ocasião do falecimento, a família de José Marques publicou na *Gazeta oficial* um agradecimento às pessoas que acompanharam o enterro e um convite para a missa de sétimo dia. Entre os familiares mencionados no comunicado estão os filhos de José Marques, Maria Leopoldina da Silva Fontes, Luiz da Costa Ribeiro Fontes e Virgílio Marques de Fontes. Maria Leopoldina, como já mencionado, administrava a usina *Aricá*, quando o pai ainda era

¹¹¹ Commendador Joaquim José Paes de Barros. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 15.10.1893. p.2.

¹¹² Coluna "A Pedidos". REPUBLICANO. Cuiabá. 21.02.1897. p.4.

¹¹³ Ao publico. REPUBLICANO. Cuiabá. 08.08.1897. p.3.

¹¹⁴ Sem título. REPUBLICANO. Cuiabá. 15.01.1899. p.4.

¹¹⁵ Sem título. O MATTO GROSSO. Cuiabá.21.07.1898. P.1.

vivo. Luiz da Costa Ribeiro Fontes, o coronel Macinhô, viria a ser o dono da usina *São José*. Os dois se tornariam usineiros importantes participando e envolvendo familiares nas futuras “revoluções” do estado.¹¹⁶

Ainda neste intervalo que vai de 1892 a 1899 foram também montadas novas usinas açucareiras. Como é o caso da usina Ressaca, fundada em fins de 1895. Diferentemente da maioria das usinas de Mato Grosso, esta foi fundada no vale do rio Paraguai, a dez quilômetros ao sul do município de São Luiz de Cáceres. Seu fundador foi o espanhol dom Francisco Villanova que formou uma sociedade comercial com o italiano José Dulce e fechou contrato para compra do maquinário necessário, com a firma Otto Franke, de Buenos Aires, e o encomendou da Alemanha. Em 1892 a sociedade foi desfeita e pouco tempo depois Francisco Villanova veio a falecer. Em 1895 a viúva casou-se com Joaquim Augusto da Costa Marques, natural de Poconé e que havia se estabelecido em Cáceres com escritório de advocacia. Costa Marques revalidou o contrato com aquela firma alemã para comprar o maquinário.¹¹⁷ Joaquim Augusto da Costa Marques que viria a ocupar o cargo de presidente do estado a partir de 1911, sendo o primeiro a cumprir integralmente seu mandato. *O Republicano*, por ocasião da instalação da usina, comentou que o açúcar produzido no estabelecimento era de excelente qualidade e que seu maquinismo, que teve um custo de instalação de 2000:000\$ réis, era um dos melhores do estado.¹¹⁸

Em meados de 1897, o jornal também comunica a chegada de novas máquinas a *Itaicy*, usina de propriedade do Coronel Antonio Paes de Barros e que sua futura fábrica de açúcar, prestes a ser inaugurada, seria maior e mais aperfeiçoada do estado. Na mesma reportagem, consta terem recebido motores a vapor para moagem da cana João Francisco de Arruda, Emiliano Angelo de Oliveira Pinto e Antonio Francisco de Arruda Pinto, todos residentes em Santo Antonio do Rio-Abaixo. Sobre a região, a reportagem afirma:

Centro industrial do Estado, vae-se transformando essa região, pela inteligência e amor ao progresso de seus habitantes, em verdadeira escola donde se irradiarão proveitosos ensinamentos aos nossos lavradores, que definham agarrados á rotina dos nossos antepassados. Parabéns aos *obreiros do progresso*. [grifo meu]¹¹⁹

¹¹⁶ Solicitada. GAZETA OFICIAL. Cuiabá. 21.07.1898. p.2.

¹¹⁷ PÓVOAS, Lenine de Campos. O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso. Cuiabá, MT: Entrelinhas Editora, 2022. p.47-48.

¹¹⁸ Seção “Correspondência”. O REPUBLICANO. Cuiabá.12.12.1895. p.4.

¹¹⁹ Sem título. O REPUBLICANO. Cuiabá.06.05.1897. P.1.

Antônio Francisco de Arruda Pinto era o proprietário da usina *Tamandaré*.¹²⁰ Emiliano Angelo aparece nas colunas sociais naquele ano vinculado a um lugar chamado *Maravilha*, sendo razoável supor que ele foi o fundador da usina de mesmo nome, que depois seria adquirida por Virgínio Nunes Ferraz.¹²¹ Dentro de pouco tempo, João Francisco de Arruda se associaria a Maria Antonia de Carvalho para formar uma sociedade industria para exploração agrícola da usina *Porto Urbano*. Em consequência da morte da sócia, ocorrida em por volta de 1899, João Francisco se associaria a Roza Gil de Arruda, sua irmã, e Antonio Gomes de Campos Vidal, seu cunhado, para formar uma nova sociedade industrial com o mesmo fim. Sediada na paróquia do Melgaço, a nova firma adotou a razão Arruda & Vidal.¹²² João Francisco permaneceria como dono do *Porto Urbano* até o dia de sua morte. Ocorrida em 14 de outubro de 1921.¹²³

Neste período a situação da dificuldade de aquisição de mão-de-obra continuava motivando reclamações por parte dos empregadores que reclamavam providências do governo para regular o assunto. O *Republicano* comenta que todos os ramos industriais do município estavam em situação aflitiva devido à falta de trabalhadores, que estava se tornando cada vez mais difícil. Entre as atividades que empregavam camaradas e que estariam sendo “vítimas” de “avultados prejuízos” por não encontrarem segurança para os capitais que empregavam na aquisição desses trabalhadores citam-se os poaieiros, os fazendeiros, os lavradores, os criadores e outros industriais. Os camaradas, segundo a reportagem geralmente deviam altas quantias aos patrões sendo raro o camarada que devia só 500\$000 ao patrão, pois em geral deviam 1:000\$000 ou mais.¹²⁴

Os patrões teriam que lidar também com a fuga de trabalhadores, que eram muito frequentes. O redator da reportagem afirma que anteriormente os camaradas fugiam individualmente, mas que naquela época já o faziam em grupos. Muitos se dirigiam para a fronteira da Bolívia, onde ficavam a salvo dos patrões e das autoridades locais, o que resultaria em “sérios prejuízos” aos patrões que adiantavam grandes quantias aos camaradas.

¹²⁰ Sem título. REPUBLICANO. Cuiabá. 26.11.1896.p.2.

¹²¹ Sem título. REPUBLICANO. Cuiabá. 20.12.1896.p.2

¹²² Ao Commercio. GAZETA OFICIAL. Cuiabá. 25.03.1899.p.4

¹²³ Fallecimento. CORREIO DO ESTADO. Corumbá. 30.10.1921.p.3.

¹²⁴ Correspondencia. O REPUBLICANO. Cuiabá. 12.12.1895. p.4.

Na mencionada fronteira, estariam abrigados “mais de trezentos camaradas” fugidos, todos supostamente devedores de altas quantias, “porque os que devem pouco não fogem”.¹²⁵

A reportagem repele as queixas de maus tratos feita pelos camaradas, afirmando serem inexatas, argumentando que por conta do receio de fugas, os patrões os tratariam “muito bem” com boa alimentação, roupa, dinheiro, morada, curativo e até a permissão para plantar nos sítios em que eram empregados e para utilizar em suas plantações as ferramentas dos patrões. Afirmado em seguida que os trabalhadores não se agradavam nem davam valor a nada e que só queriam “gastar dinheiro e não trabalhar”. No fim da reportagem pedem-se medidas que regulamentem este serviço e que atenuem as “condições precárias” das industriais.¹²⁶

O acontecimento de maior destaque da indústria açucareira no período foi, sem dúvidas, a inauguração da usina *Itaicy*, em 22 de setembro de 1897. Foram colocadas duas lanchas a vapor a disposição dos convidados para levá-los de Cuiabá ao porto da usina. Entre os convidados estava o 2º vice-presidente do estado, Antônio Cesario de Figueiredo, Alfredo Vieira, Intendente geral do município e Otto Frank, engenheiro responsável pela montagem da usina. As lanchas partiram de Cuiabá no dia 20 e chegaram a *Itaicy* no dia seguinte. A festa de inauguração ocorreu na manhã do dia 22, às 9 da manhã. A casa de Antônio Paes de Barros e a casa do engenho dos novos motores estavam adornadas de flores e bandeiras. A banda do arsenal de Guerra tocou diversas músicas de seu repertório, um padre benzeu o novo estabelecimento. À noite, foi realizado um grande banquete com duzentos talheres compondo a mesa, a qual seguiu-se um baile iluminado pela luz elétrica da usina que era inaugurada naquela noite. A iluminação pública só seria inaugurada em Cuiabá, a capital do estado em 1919, por D. Aquino, em comemoração ao bicentenário da cidade.¹²⁷ A reportagem chama atenção para o efeito que este fato produziu nos presentes.:

Ao profuxo banquete seguio-se o baile e ahi toilets riquissimos derão coragem ás nossas gentis senhoritas a partilharem do entusiasmo que se havia apoderado de toda aquella sociedade, e que sob a influencia dos raios da luz electrica, que cominava todo aquelle viveiro de festivas creaturas, parecião verdadeiras nymphas. Que esplendido effeito produzio a luz electrica!
Que espectacular e verdadeira surpresa não foi essa inauguração da luz electrica em Itaicy!¹²⁸

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ SILVA, Cristina Dos Santos. Mãos negras em solo hostil: a luta do trabalhador negro representada pelos escritos de Feliciano Galdino de Barros nos jornais de Cuiabá na Primeira República.2020. P.10.

¹²⁸ Festa Industrial. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 30.09.1897. p.2.

Em razão da primazia que teve diante das demais usinas de seu tempo e da proeminência política que viria a ter seu proprietário, que desempenharia de 1903 a 1906 o cargo de presidente do estado, a usina do *Itaicy* é uma das mais conhecidas e comentadas pelos pesquisadores que abordam o setor açucareiro de Rio-Abaixo.

Sobre as condições de construção da usina, Gilberto de Mattos afirma que sem dispor de recursos para construí-la, Antônio Paes de Barros viajou para Buenos Aires, onde fez contato com o chefe de uma firma comercial, o alemão Otto Franke, mencionado na reportagem d'*O Mato Grosso* como um dos convidados presentes na festa. Juntos Antônio Paes e Otto Frank teriam visitado as modernas usinas de açúcar nas regiões de Tucumã e Jujui. De volta à capital argentina, Totó Paes aceitou a oferta que lhe fez Otto Franke, firmando com o mesmo um contrato que lhe abriu o crédito necessário para o financiamento da construção de uma fábrica de açúcar e álcool, devendo o pagamento ser feito com a própria produção.

No campo político, a morte de Joaquim José Paes de Barros, maior liderança do Partido Republicano em Santo Antonio do Rio Abaixo, provocou a reorganização do diretório local. No dia 22 de outubro de 1893 procedeu-se uma reunião na qual organizou-se um diretório provisório para dirigir os eleitores da localidade na próxima eleição. Era ele formado por Antonio Paes de Barros, tenente Manoel Francisco d'Amorim, tenente coronel Joaquim Paes de Barros, capitão Antonio Francisco de Arruda Pinto, João Pedro de Arruda, Emiliano Angelo de Oliveira Pinto o major Severo José da Costa e Silva. Percebe-se que além do prestígio social advindo dos sucessos econômicos os usineiros da região tinham também prestígio político, compondo a quase totalidade do diretório do partido situacionista na região.

2. DAS LUZES DA ITAICY ÀS SOMBRAS DA BAHIA DOS GARCEZ: ASCENSÃO E QUEDA DE TOTÓ PAES

Ao encerrar o capítulo anterior, mencionamos que após a morte de Joaquim José Paes de Barros, maior liderança política do partido Republicano em Rio Abaixo, seu filho Antônio Paes de Barros passou a constituir o diretório do mesmo partido naquela região. Em breve seu prestígio político excederia e muito o conquistado pelo pai, se estendendo por todo o estado, primeiro na condição de comandante de um “batalhão patriótico” durante a “revolução” de 1899 e depois como presidente do estado, cargo para o qual foi eleito em 1902 em função do prestígio adquirido por sua atuação revertendo o resultado das eleições de 1899 a favor dos irmãos murtinhos. Ele se manteve no poder até 1906 quando se afastou da influência política dos murtinhos, lideranças políticas nacionais que lhe davam sustentação. Em consequência desse afastamento deu-se mais uma “revolução” violenta no estado, que resultou no assassinato de Antônio Paes de Barros. Durante todo esse período que vai de 1899 a 1906, em função da relevância política que adquiriu e dos ódios que despertou nos inimigos de sua facção, Antônio Paes de Barros lidaria com críticas veiculadas na imprensa local e nacional, muitas delas envolviam a situação dos trabalhadores que ele mantinha em sua usina do *Itaicy*, cuja pomposa inauguração mencionamos no capítulo anterior. São estas denúncias que examinaremos neste capítulo.

Como foi dito anteriormente, a liderança de Ponce a nível estadual predominou até o ano de 1899, quando houve um desgaste entre ele e os irmãos Murtinho às vésperas da eleição estadual daquele ano. Esse desgaste gerou uma dissidência dentro do partido Republicano e que originaria o Partido Republicano Constitucional.

O jornal *A cidade do rio* publicou correspondência, datada de 14 de setembro de 1899, atribuída a uma pessoa que assistiu os acontecimentos que se deram em Cuiabá naquele período e que elucidaria a situação política e os processos postos em prática ali "em nome do Presidente da República".¹²⁹

Segundo a reportagem, após a posse de Campos Salles da Presidência da República e de ter nomeado Joaquim Murtinho para Ministro da fazenda, constituiu-se em Cuiabá o *Partido da Dissidência*, a mando de Manoel Murtinho que transmitiu a ordem a seu genro, Benedicto de Souza, a quem coube a direção do novo partido. A dissidência deu-se em razão

¹²⁹ Matto Grosso. A CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro. 06.12.1899. p.2.

da indicação de João Felix Peixoto de Azevedo para presidência do estado por parte do Partido Republicano, desagradando Manoel Murtinho, que indicou José Maria Metello pela dissidência. Após a vitória de João Felix na eleição de 1º de março de 1899, Benedicto de Souza e Manoel Murtinho declaravam que as eleições eram fraudadas e teriam contado com a proteção de Joaquim Murtinho e do próprio presidente da República para reverter, à força, seu resultado, obrigando a Assembleia Legislativa a reconhecer como eleitos os candidatos da chapa derrotada.¹³⁰

Manoel Murtinho teria espalhado boatos de que a União estaria do lado do movimento revolucionário, porque quem governava, de fato, era Joaquim Murtinho, a quem todos obedeciam, inclusive o presidente da República. O Presidente teria garantido a Ponce que os poderes constituídos do Estado não seriam desacatados. Tranquilizado, Ponce foi pego de surpresa e não teve tempo de reunir forças para combater as reunidas pelo Coronel Antonio Paes de Barros, coligadas com as de seus vizinhos de Santo Antonio.¹³¹ Sobre o cerco à Assembleia o informante relata:

De todas as localidades do Estado, é esta a de população mais densa, aglomerada na facha das duas margens do rio Cuyabá. Ahi estão as usinas mais importantes de fabricação de assucar pertencentes ao coronel Antonio Paes, ao coronel João Paes e a D. Maria Marques de Fontes. Os proprietarios destes tres estabelecimentos, pela sua fortuna e influencia, dominam todo o districto, podendo reunir em um dia, entre camaradas e aggregados, mais de mil homens.¹³²

Ainda segundo a reportagem, teriam antecedido ao cerco de Cuiabá, repetidos e infrutíferos pedidos de auxílio à União, feitos entre os dias 10 e 17 de abril daquele ano. A força federal teria se mantido neutra, obedecendo a ordens do presidente da República, assistindo impassível a luta, os crimes e atentados contra autoridades locais e a destruição de linha telegráficas nas imediações da capital.¹³³

Diante do aumento das forças rebeldes, que já reuniam mais de 3 mil homens, e da diminuta força governista que defendia a Assembleia Legislativa, composta de 100 praças de polícia e de 50 cidadãos, a resistência ao golpe, comandada por Ponce e pelo coronel Cesário, capitulou em 16 de abril de 1899, consentindo com a anulação da eleição.¹³⁴

¹³⁰ Ibid.

¹³¹ Ibid.

¹³² Ibid.

¹³³ Ibid.

¹³⁴ Matto Grosso. A CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro. 07.02.1899. p.2.

O general Câmara, comandante do distrito, que até então teria se mantido neutro, exigia do presidente a dispersão de suas forças e a destruição das trincheiras que impediam o assalto à cidade. O batalhão federal aquartelado no porto teria promovido uma despedida ruidosa das forças revoltosas, com música militar e bandeiras. O que comprovaria que a força federal protegeu a ação dos revoltosos, secundando o ataque contra a autonomia do estado. A reportagem afirma que essa ação é caracterizada como como um crime perante a Constituição, um falseamento completo da sua missão: a garantia dos seus poderes constituídos. Sob ordens do presidente da República, a força federal teria agido como "guarda pretoriana dos seus ministros de Estado"¹³⁵

Joaquim Murтинho é acusado de colocar as "vantagens incalculáveis" propiciadas a companhia Matte Larangeira e ao Banco Rio e Matto Grosso à frente dos interesses do estado de Mato Grosso.¹³⁶ A família Murтинho era proprietária do mencionado banco e por meio de uma manobra adquiriu as ações da companhia. O contrato de arrendamento dos ervais impedia a venda da concessão a terceiros. Para driblar essa proibição, foi fundada uma nova companhia de mesmo nome, cuja maioria das ações era controlada pelo banco da família.¹³⁷ Como vimos na introdução, a companhia também se utilizava do trabalho forçado por meio da dívida. Assim como os proprietários das usinas açucareiras a empresa estaria envolvida em quase todas as "revoluções do estado", por muitas vezes prestando apoio às autoridades constituídas na preservação da situação com seus bandos armados e por meio de auxílio material.¹³⁸ Em outras, como mostraremos ao analisar os eventos ocorridos durante a caetanada, prestou apoio aos revolucionários.

Após a retiradas das forças revoltosas de Cuiabá, estas se reuniram na usina *Itaicy*, de propriedade do chefe da revolta, o coronel Antonio Paes de Barros, onde se organizou o quartel-general dessas forças. Dali partiram bandos para perseguir adversários em diversas localidades do estado para impedir sua participação nas eleições. O Presidente do estado, Antonio Cesario, reconhecendo a impossibilidade de realizar nova eleição, prevista para 20 de julho de 1899, retirou-se do cargo e o entregou a Antonio Leite, "um agente da confiança do ministro da Fazenda", escolhido "entre os vereadores menos votados".¹³⁹ Sendo

¹³⁵ Ibid.

¹³⁶ Ibid.

¹³⁷ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso 1890- 1945). 1991. p.190-195.

¹³⁸ Ibid.

¹³⁹ Matto Grosso. A CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro. 11.12.1899. p.1-2.

imediatamente colocada em seu auxílio a força federal, tantas vezes negada ao antigo presidente do estado. Os vereadores que repeliram o novo governo do estado foram submetidos a processos por crime de desobediência à autoridade.

Nos eventos de 1899 tomaram parte pelo menos três novas lideranças políticas pertencentes as famílias Paes de Barros e Marques, surgidas após a morte dos patriarcas das mesmas. Pelo lado dos Marques, Maria Leopoldina, mencionada como “Maria Marques”, proprietária da usina *Aricá*, ajudou a compor as forças de Antonio Paes de Barros. É evidente que na época não poderia ter esse poder político reconhecido de forma institucional, fazendo parte de diretórios políticos ou pleiteando cargos, o que era vedado às mulheres. Mas pela reportagem d’*A Cidade do Rio* fica claro sua participação política na deposição do presidente. Também entram em cena duas novas lideranças pelo lado dos Paes de Barros, os irmãos João e Antônio, os proprietários da *Conceição* e da *Itaicy*. Os dois voltariam a protagonizar outra disputa política em 1902, dessa vez em lados opostos. Em 1906 na condição de presidente do estado, Antônio Paes seria deposto e assassinado.

Em outro depoimento, datado do fim de 1899, Generoso Ponce, chefe do partido derrotado dá seu testemunho sobre os fatos ocorridos na “revolução” de 1899. Corroborando diversos elementos do relato que acabamos de reproduzir. Dentre eles a omissão e partidarismo por parte do presidente da República.

Ponce inicia o texto afirmando que o estado vinha passando por uma grande evolução desde a proclamação da República, mas que esta evolução tinha sido interrompida pela sede de poder de Manoel Murinho e pela “intervenção indébita” do presidente da República, a quem caberia a “glória” de restaurar os velhos moldes da compressão eleitoral da qual abusou o velho regime. Ele inicia o manifesto lembrando de sua liderança à frente do Partido Republicano desde sua fundação, a trajetória do partido e sua chegada ao poder estadual com a eleição de Manoel Murinho, em 28 de maio de 1891, sufragado pela Assembleia Constituinte, passando pela deposição violenta da qual Murinho foi vítima em 1.º de fevereiro de 1892, por haver aderido ao golpe do Estado, e por sua recondução ao poder, ocorrida em 7 de maio de 1892, quando ele, Ponce, comandou as tropas que entraram na capital. Afirma em seguida que durante o período de sete anos a vida do partido republicano teve por norma a prática democrática federativa sob cujos princípios se expandia a

prosperidade do estado, assegurada pela paz, pela tranquilidade pública e pela garantia de todos os direitos.¹⁴⁰

Este edifício, construído à custa de tanta dedicação e sacrifícios dos “verdadeiros matto-grossenses”, teria sido profundamente abalado pelo “orgulho e ambição desmedidos” de Manoel Murтинho, que, unido no próprio partido que o depusera em 1892 e de mãos dadas com seu irmão, Joaquim Murтинho ministro da fazenda, e com o próprio presidente da República, resolveu desvirtuar o novo regime praticando “os mais criminosos atentados” contra o sistema federativo, iniciados em 10 e concluídos em 17 de abril daquele ano e cujo epílogo foi a anulação da eleição procedida em 1º de março para presidente e vice-presidentes do estado, mesmo tendo sido obedecidos todos os trâmites legais e transcorrido o pleito sem perturbações da ordem pública. Ponce critica a atitude do presidente Campos Salles, que segundo ele teria cruzado propositalmente os braços, arvorando-se em juiz da oportunidade ou não do auxílio requerido pelo governo e pela assembleia do Estado nos termos do art. 6.º da Constituição da República. Ele termina afirmando que não concorrerá a nova eleição, marcada para 30 de junho e depois adiada para 20 de julho e aconselha que os correligionários o acompanhem na abstenção, deixando o caminho livre ao Partido da dissidência, que a época já chamava-se Partido Republicano Constitucional (P.R.C), pois estes seriam “protegidos do governo federal” que estariam andando pelas ruas da capital “ostensivamente armados”, impedindo o trânsito nas estradas, violando o sigilo da correspondência e cometendo diversos atentados contra particulares e até contra a força pública estadual, o que impediria a segurança e confiabilidade do pleito e colocaria em risco seus correligionários que estariam sujeitos a perseguições e violências.¹⁴¹

Nas eleições de 20 de julho compareceu um número diminuto de eleitores, Pedro Alves de Barros recebeu apenas 4.116 votos, número inferior a metade do eleitorado total do estado, que era mais de 9.000. E só atingido após terem sido somados os votos nas eleições de 30 de junho e de 20 de julho.¹⁴² Mesmo diante das denúncias, Antonio Pedro Alves de Barros foi eleito presidente e governou até 1902.¹⁴³

¹⁴⁰ MATTO GROSSO - Manifesto do senador Generoso Ponce. Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro.02.06.1899. p.1.

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² Matto Grosso. A CIDADE DO RIO. Rio de Janeiro. 11.12.1899. p.1-2.

¹⁴³ CORRÊA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943. Campo Grande: Editora UFMS, 1995. p.77-93.

Durante seu governo, Pedro Alves de Barros empreendeu uma intensa perseguição política a seus antigos aliados e enfrentou oposição armada. Oposicionistas, buscando escapar das perseguições, abrigaram-se na usina *Conceição*, propriedade de João Paes de Barros, irmão de Antonio Paes de Barros, e 1º vice-presidente do estado à época. O presidente Pedro Alves de Barros criou uma divisão patriótica nos moldes da divisão Campos Salles, tendo à frente o coronel Totó Paes, que ordenou a invasão da usina, seguida do assassinato de diversos líderes oposicionistas, no episódio que ficou conhecido na historiografia mato-grossense como o “Massacre da Baía do Garcez”.¹⁴⁴

João Paes de Barros publicou no Rio de Janeiro um longo manifesto, no qual narra sua versão sobre os "graves acontecimentos" que se desenrolaram no estado naquele período e que culminaram com a invasão de sua usina. Segundo João, foram cometidos “os crimes mais atrozes sem paralelo nem mesmo na época colonial”. O autor expõe o que qualifica como uma tentativa de deturpar a verdade dos fatos por parte dos adversários, com o uso de documentos conseguidos coagindo as vítimas e sob ameaça de morte. Na capital, livre de coação e constrangimentos presta seu depoimento ao *Correio da Manhã*, publicado no dia 2 de fevereiro de 1902, e pede justiça para que outros não sofram as violências e torturas que sofreu.¹⁴⁵ João afirma ter sido vítima de um atentado e que os "horrorosos assassinatos" foram praticados por ordem do governo do Estado e com assentimento e cumplicidade do Governo Federal, a quem competia zelar pela ordem, garantir os direitos, a segurança de vida e de propriedade.

Sua narrativa inicia-se no ano de 1900, identificado como o prelúdio para a tragédia da Bahia do Garcez, do morticínio e devastação da fazenda S. Manoel e do incêndio, arrasamento e saque da vila de Diamantino. Pedro Alves de Barros, então presidente do estado retirou-se da capital, em abril, para tratar de seus negócios. João Paes de Barros assumiu o posto na condição de 1º vice-presidente do estado.

Nos meses em que ocupou a presidência, chegou a Cuiabá a notícia de que o capitão José Faustino fora assassinado em Sant'Anna de Paranahyba. Sua casa teria sido atacada e queimada e nela perecendo sua mulher e filhos, cujos corpos teriam sido abandonados sobre as ruínas.

Ao saber da cumplicidade de autoridades do município no crime, João Paes de Barros as teria afastado e nomeado cidadãos "isentos de suspeita" e "idôneos" para seus cargos. Ao

¹⁴⁴ Ibid. p.97.

¹⁴⁵ Ao paiz e aos meus concidadãos. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 22.02.1902. p.3-4.

reassumir a presidência, uma das primeiras medidas Pedro Alves de Barros teria sido demitir esses cidadãos e nomear as mesmas autoridades implicadas no caso para substituí-los.

João Paes de Barros afirma que estas nomeações colocavam na função de autoridades os que eram réus e que provocaram perturbações no município. Essa atitude qualificada como incompreensível lhe parecia uma manifestação de solidariedade por parte do presidente do estado, cuja integridade moral passou a questionar.

Convocou então uma reunião do Diretório do Partido Constitucional do município de Santo Antonio, no dia 28 de outubro de 1900, na qual expôs as razões para deixar de apoiar o governo e renunciou ao cargo de presidente do diretório, tendo sido acompanhado pelos outros membros do diretório, que também se exoneraram de seus cargos. A ata da reunião não teria sido publicada por intervenção pessoal de Antonio Paes de Barros, seu irmão e líder do Partido Constitucional, mas alguns exemplares teriam sido divulgados. João afirma, no entanto, que procurou retrair-se e abster-se da direção política no município.

Em Sant'Anna de Paranahyba, o major Luiz do Nascimento teria tomado à força o controle da cidade, repondo as autoridades anteriormente nomeadas e enviado o coronel Dyonisio Benites, à frente de uma coluna, para se juntar ao coronel Mascarenhas, 2º vice-presidente do Estado, à frente de uma "revolução" no sul do estado, dominando as cidades de Miranda e Nioac. No extremo norte do estado, os diamantinenses teriam se oposto à prisão ilegal de "prestimosos patricios" acusados de um crime que não haviam cometido. Em resumo, o estado estava conflagrado e um movimento revolucionário que tomava forma.

Este seria o contexto da nomeação de Antonio Paes de Barros para a chefia das forças governistas. Diversas escoltas teriam percorrido Santo Antonio, Livramento, Poconé e Corumbá fazendo o recrutamento para os bandos armados, que devastavam as zonas mais povoadas, praticando todos os abusos. Os ranchos dos pobres e os estabelecimentos dos ricos teriam sido abandonados por seus donos, que se embrenhavam pelas matas, fugindo da violência. Quando alcançados seriam obrigados a integrar as forças governistas.

Diante desta situação, João Paes de Barros publica um manifesto, em 20 de outubro, para externar sua reprovação sobre o que chamou de "atos ilegais do governo", que agora reprovava e retirava seu apoio. O manifesto narra sua contribuição para a "criação da política no estado", em Abril de 1899, defendendo ideias sãs e liberais e em nome da paz, da ordem, da tolerância e da moralidade; passa pela anulação das medidas por ele tomadas, de abril a novembro do ano anterior, como presidente do estado, por parte do presidente atual do estado. Na parte final informa sobre sua renúncia ao cargo de presidente do diretório do partido em Santo Antonio, ocorrida no ano anterior e denuncia os "desatinos políticos" ocorridos a partir

de então, que resultaram na falta de garantias individuais, perseguições políticas, perdas econômicas e miséria social.

Depois de reproduzir o manifesto, João Paes de Barros afirma que não há nele uma palavra de rompimento com o Partido Constitucional, que não está personificado no então presidente do estado, cujas atitudes condenava. Ele aponta ainda que após o assassinato do capitão Faustino, em Sant'Anna, e o falecimento do coronel Castro em Uberaba, o presidente adotou as mesmas medidas por ele tomadas reconhecendo as autoridades impostas pelos revolucionários. O fato de adotar neutralidade e negar apoio e sustentação ao presidente é apontado como o motivo de torná-lo suspeito, como um inimigo pronto a tomar alguma atitude ofensiva, e de desencadear a "vingança" ocorrida em 4 de novembro, da qual foram vítimas ele próprio, seus amigos e os adversários, membros do partido republicano, que se abrigavam em sua casa para escapar da violência promovida pelo presidente do estado.

João afirma que o golpe foi combinado e premeditado a partir do Rio de Janeiro, por Manoel Murinho, então ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele apresenta um telegrama cifrado, alegadamente enviado por Benedicto de Souza, genro de Manoel Murinho, ao presidente do estado, mandando atacar o estabelecimento de João Paes de Barros e insinuando o massacre dos que nele estavam. E outro, do próprio Manoel Murinho, subscrevendo o do primeiro. O telegrama de Bené afirma que o golpe "seria tacitamente aprovado". João Paes de Barros insinua a conivência do Governo Federal e lembra que o presidente da República recusou a dar explicações ao Senado sobre os assassinatos ocorridos.

Passa então a examinar uma troca de correspondências com seu irmão, Antonio Paes de Barros, chefe das forças governistas, por ocasião do boato de que teria sua usina invadida por um terceiro irmão, referido como "Juca", no contexto dessa correspondência entre irmãos, e que provavelmente trata-se do irmão geralmente referido como José Paes de Barros.

João afirma que nesse período oferecia asilo em sua usina a homens, mulheres, crianças e a famílias inteiras que fugiam do recrutamento ou de perseguições. Sabendo que esse trânsito de perseguidos à sua usina podia ser mal interpretado, tomou a iniciativa de esclarecer as coisas a seu irmão, ainda que não acreditasse no boato.

Na primeira correspondência, afirma a Antônio Paes ter ouvido que Juca pretendia invadir sua usina e que ainda que não acreditasse no boato, se admirava que ele consentisse com o plano. Lembra-o de ter pedido que não temesse hostilidades de sua parte e que só abrigava em sua casa amigos refugiados, esconderijos em vários pontos do distrito.

Em resposta Antonio afirma que é injusta a ideia que João tem de Juca, e de seu assentimento no plano, "como se os dois fossem bandidos". Diz que, embora disposto a

enfrentar em última análise a João “como a qualquer estranho”, aguarda ainda ulterior procedimento dele e que deseja que ele faça melhor juízo de Juca e dos demais irmãos, que o acompanham e prezam melhor pelo prestígio da família. Afirma ainda ter conhecimento dos convites espalhados por João para "aliciar gente" e que "custe o que custar" levará adiante o compromisso de "submeter os inimigos da ordem e prosperidade" de Mato Grosso.

Na tréplica, João diz estranhar a “acrimoniosidade” do irmão, uma vez que apenas buscava levar a seu conhecimento um boato que agora sabia ser "uma invenção" do seu informante, confirmando o juízo que fazia de seus irmãos. Sobre os convites que fazia reafirma que apenas recebia perseguidos até que a situação se arrefecesse e que não tinha planos de hostilizar a Antonio nem aos outros irmãos. Pede que o irmão reflita bem sobre a afirmação de que o enfrentaria como a qualquer estranho, o que o soou como uma ameaça, a qual seria obrigado a repelir.

Na carta que fecha o diálogo, Antonio afirma que o que João julga acrimoniosidade de linguagem é apenas franqueza e reafirma que o irmão pode se tranquilizar a respeito de qualquer boato de violência.

Tranquilizado pelo irmão, João diz ter prosseguido seu trabalho da safra normalmente, sendo surpreendido, no dia 3 de novembro, às sete da manhã, por um "cerrado tiroteio" que irrompeu em Volta-Grande, a pouca distância da usina, onde possuía diversos amigos e uma casa, alugada ao português Antonio Maria do Nascimento Figueira. Teria então enviado da usina o cunhado, Luiz Pedroso de Barros, e alguns camaradas para verificar a situação. Tão logo partiram, teria irrompido na outra margem do rio, em frente a usina, um outro tiroteio ferindo o camarada Antonio Martins, tendo os outros se refugiado atrás das casas.

Sem poder se aproximar da casa, que fora invadida por numerosa força e era saqueada, o cunhado teria enviado um dos camaradas investigar o que ocorria. Este teria retornado com uma mensagem do coronel Pedro Torquato Leite da Rocha, mandando dizer a João que se não se rendesse e entregasse o estabelecimento dentro de cinco minutos, seriam "passados pelas armas".

João teria então mandado o camarada regressar pedindo que o coronel fosse se entender com ele e avisando que nem ele nem seus amigos estavam armados. Ao que esse teria respondido que se quisesse saber de alguma coisa, que fosse à cancela dos fundos, onde encontraria seus irmãos, Henrique e José Paes de Barros. Após enviar o cunhado para convidá-los a entrar, estes teriam mandado que João se apresentasse onde estavam, dentro de cinco minutos, do contrário bombardeariam e arrasariam tudo com as peças de artilharia que dispunham.

João foi então a cavalo, passando pelo tiroteio, até o local. Ao chegar diz ter encontrado seus irmãos e o cunhado Severo da Costa e Silva, o capitão do corpo de engenheiros João Baptista Brandão Junior e outros indivíduos que depois se apresentaram como oficiais patriotas.

Henrique teria entregado a João um ofício, sem data, assinado pelo próprio Henrique, informando que estavam ali por ordem de Antonio Paes de Barros e à frente de mil homens armados devido a deslealdade de João com o governo, com o partido e que ele e seu pessoal deveriam se render dentro de 5 minutos, sendo garantidas suas vidas. Acrescentando ainda que estavam ali por ordem também do Governo Federal, e que se João não se entregasse, arrasariam tudo com a artilharia que haviam trazido e que estava sob o comando de Brandão Junior.

João afirma ter respondido que ele e seus camaradas não estavam armados e que não os pretendia armar contra o irmão, Antonio Paes, cuja entrada lhe franqueava conquanto que garantisse a sua vida, as de seus amigos e as dos adversários políticos que ali se refugiavam, todos os presentes teriam confirmado verbalmente a garantia contida no ofício.

Ao entrar na usina, a força se prostrou em frente à residência de João Paes de Barros, sendo logo depois distribuída em linha para sitiar o estabelecimento. Depois prenderam todo o pessoal ali presente, servindo de cadeia o edifício da usina, onde havia grande quantidade de cana para o serviço no dia seguinte.

João enumera a prisão de diversos "asilados", nomeando-os. Sobre os camaradas, também afirma que foram presos "cento e quarenta e tantos", sem nomeá-los. Afirma estranhar as prisões em vista das garantias dadas e que lhe foi informado que tudo se fazia por ordem do Governo Federal.

Em seguida descreve a chegada na usina do chefe de polícia, Aquino Ribeiro na madrugada do dia 4, a bordo da lancha *Corumbá*. Às 7 da manhã do mesmo dia, Manoel Benedicto Carneiro, Francisco Aureliano da Costa e Antonio Fernandes de Souza teriam entrado no edifício da usina e registrado os nomes de todos os presos. Por volta das duas da tarde, teriam entrado no edifício Henrique e José Paes de Barros, Severo José da Costa e Silva e outros oficiais das forças do governo. Em seguida, Manoel Benedicto Carneiro teria feito a chamada dos presos por uma lista trazida de Cuiabá pelo chefe de polícia. Sendo os presos separados em três grupos.

O primeiro teria seguido por terra escoltado por um contingente de cavalaria, supostamente a mando de Viriato Rondon de Arruda, capataz de Henrique Paes. O grupo seria composto, entre outros, por membros do diretório do Partido Republicano, pelo intendente da

Vila de Santo Antonio, pelo tabelião da mesma vila e pelo suplente de juiz de direito; um outro grupo, bem mais numeroso, composto por cerca de uma centena de pessoas, teria seguido por via fluvial com o chefe de polícia, D. Aquino. Cerca de sessenta deles teriam sido obrigados a assentar praça no corpo de polícia, sendo outros enviados para *Itaicy*. João afirma que deste grupo foram liberados o juiz de direito da comarca, João Carlos, e o major Antonio Xavier d'Oliveira, concunhado de José da Silva Costa Netto, secretário do governo do Estado e amigo íntimo de Aquino. O terceiro grupo teria permanecido detido na usina, sendo João intimado nessa ocasião a renunciar a vice-presidência do estado, sob pena de não se responsabilizarem pelo que viesse a acontecer em caso contrário. João diz ter assentido e assinado por não poder objetar e fazer respeitar seus direitos constitucionais diante da numerosa força.

Seguiu-se uma busca meticulosa na casa à procura de Antonio Cezario, que supunham estar escondido ali. Nesta busca teriam se apoderado de arreios, armamentos e “o que pudesse lhes ser útil”, inclusive de quarenta carabinas Winchester, que João afirma terem sido dadas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Manoel Murinho em 1899, segundo João, como uma recordação dos esforços que empregou à frente de numerosa força, arriscando a vida, sacrificando interesses pessoais e rompendo amizades para levantar a atual situação política, que obedece às orientações do ministro.

Os presos que deviam seguir por terra a Cuiabá teriam sido amarrados com os braços para trás e executados na bahia do Garcêz. João afirma que os tiros foram ouvidos da usina, que em linha reta fica a pouca distância dessa bahia, situada na mesma margem após a grande curva que forma o rio Cuiabá. Ao anoitecer a guarda responsável pela escolta dos presos teria regressado narrando em detalhes a carnificina. Os presos teriam sido fuzilados, saqueados e seus cadáveres lançados na água com os ventres partidos em cruz para despertar a voracidade das piranhas. Tendo sido posto um guarda até que desaparecessem. fonte

João segue seu relato afirmando que, após a partida das comitivas, continuou o estado de sítio, permanecendo o cerco a usina e diversos indivíduos presos. Relata ter chegado no dia 23 de novembro, um ofício do presidente do estado, acompanhado de uma cópia de um telegrama do presidente do Supremo Tribunal Federal informando a concessão de habeas-corpus a João Paes de Barros e a outros presos na sessão de 20 de novembro, e convocando-lhes para comparecer à sessão de 21 de dezembro para prestar informações sobre constrangimentos e prisões ilegais que os ameaçavam.

No ofício, o presidente Alves de Barros pedia que informasse sobre o fato denunciado e junto ao mesmo haveria uma minuta escrita à mão, atribuída por João ao chefe de polícia,

com as informações que deveria dar. Ao receber os papéis das mãos de seu cunhado, este lhe teria transmitido um recado de seu irmão Henrique mandando lhe dizer que assinasse o papel, pois do contrário sabia o que podia acontecer.

De posse dos papéis, João afirma ter feito regressar o cunhado para que Henrique esclarecesse o recado e nesse ínterim ter copiado a minuta que lhe mandavam assinar. Nela deveria informar que não solicitou nem autorizou que solicitassem ao Supremo Tribunal Federal nenhum *habeas-corporis* em seu nome. Confessar que se envolveu nos acontecimentos revolucionários e que aceitava as consequências de seu ato, sem implorar a proteção das autoridades federais ou de quaisquer outras. Que permanecia na usina após a derrota de suas forças, em completa liberdade e sem constrangimento de nenhuma espécie.

Ele afirma ter assinado o documento por conta da triste situação em que se encontrava. Sem garantias, em um estado “anarquizado”, sem leis ou respeito “aos direitos mais sagrados” e para não ser sacrificado ou vítima de “tão patriótica legião”.

A força prosseguiu até 25 de novembro na usina, onde seus chefes haviam instalado seu estado-maior desde o dia 3. Na véspera, chegaram a Cuiabá diversas lanchas, conduzindo Antonio Paes de Barros e seu genro, o chefe de polícia, Dr. Aquino, entre outras pessoas.

Ao amanhecer, tomando ciência de que seus camaradas e suas famílias estavam sendo embarcados em lanchas, sendo “espadeirados” os que se recusavam, João Paes de Barros diz ter pedido para falar com seu irmão Antonio e explicou que aquilo não tinha razão de ser, que as famílias dos camaradas não tinham nenhuma responsabilidade sobre a arena política, tendo obtido como resposta da parte de Antonio que ele nada podia fazer em seu favor desde quando João rompera solidariedade com ele.

João expressa o descontentamento do juízo que dele faz o irmão, e reitera que se mantinha fiel ao partido constitucional, para cuja formação tomou parte e se sacrificou. protesta também contra a retirada dos camaradas, o que lhe tirava o direito de reclamar com eles as dívidas com ele contraídas e lhe impedia de pagar os ordenados daqueles que com ele porventura tivessem saldo. Com os camaradas teriam embarcado também os presos restantes até o *Itaicy*, onde ficaram estes, seguindo aqueles para o Pindahybal, sítio administrado por Henrique Paes.

Diante do exposto, João pede para que se avalie com toda a justiça a postura do então presidente do estado, acusado de adulterar em documentos oficiais fatos de notoriedade pública. Como exemplo, reproduz o telegrama enviado pelo mesmo ao Senador Metello e lido em 4 de dezembro no Senado, no qual teria inventado combates e trincheiras e dando como

mortos nelas os presos assassinados. Inventando mortes de sujeitos que nunca existiram e que integrariam a legião patriótica, para encenar um combate que nunca aconteceu.

O jornal opositorista *A reação*, publicado no Paraguai por perseguidos do regime situacionista, e que tinha entre seus redatores Generoso Ponce e Antonio Corrêa da Costa, endossa a versão de João Paes de Barros. Narrando a invasão da usina, ocorrida no dia 2 de novembro de 1902, e confirmando a participação dos dois irmãos e do genro de Antonio Paes, o bacharel Aquino, chefe de polícia à época. A matéria também afirma que as “forças legais” eram mantidas por meio de roubos de gado e de cavalos das fazendas de adversários e que eram armadas e municionadas às custas da união. Campos Salles teria mandado abrir o Arsenal de Guerra e pôr à disposição do presidente do Estado todo armamento e munição ali existentes.¹⁴⁶

O jornal também denunciava a forma com que os trabalhadores da usina *Itaicy*, de propriedade de Antonio Paes, eram tratados, caracterizando a usina como “uma vasta senzala”. Afirmando que a situação é conhecida há muito, tanto em Mato Grosso como na capital federal, onde a imprensa vinha fazendo revelações dos bárbaros castigos, postos em prática naquela usina, e do “escravizamento” ao qual o seu proprietário reduziu o numeroso pessoal daquele estabelecimento. Que além do trabalho obrigado, “com o qual se enriquece o novo senhor feudal”, é também “um corpo militarizado para defesa e garantia do nefasto poderio que ostenta o Coronel Antonio Paes”.¹⁴⁷

A menção as “revelações” publicadas pela imprensa carioca procede. Em uma série de reportagens, o *Jornal do Brasil* comentou a luta política no estado e destacou a perseguição aos adversários da situação, dando especial destaque para a situação dos trabalhadores no *Itaicy*.

Em dois registros publicados no *Jornal do Brasil*, consta o depoimento de Adolpho Barbosa, que afirma ter trabalhado, por cerca de oito meses como fiscal dos trabalhos da lavoura, na usina *Itaicy*, e como soldado, quando irrompeu a revolução, no batalhão patriótico, como capitão do 6.º batalhão da 1.ª companhia, da arma de infantaria.¹⁴⁸

Barbosa menciona que, na época em que trabalhou na usina, João Pedro de Arruda era o administrador geral da usina, aplicando castigos físicos aos camaradas, com o conhecimento de Antonio Paes. Ele distingue os trabalhadores graduados dos camaradas: "Na usina há

¹⁴⁶ Aere Perennius - Notas á posteridade. A REAÇÃO. Assunção; Paraguai. 30.08.1902. p.2-3.

¹⁴⁷ Matança no Itaicy A REAÇÃO. Assunção; Paraguai. 20.08.1902. p.7.

¹⁴⁸ Scena de horrores. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 05.01.1902. p.1.

empregados e camaradas. Os empregados são de categoria mais elevada e, portanto, mais bem tratados; quanto aos outros, o coronel Antonio Paes deu-nos ordens de matá-los, em número de quinze ou vinte, caso se revoltassem." A usina tinha cerca de duzentos camaradas, que trabalhavam "de sol a sol" sem receber ordenados e sem direito a descanso, nem aos domingos e feriados. Sendo "pessimamente tratados", estariam em "verdadeira escravidão" e não tinham nenhum direito na usina, "a não ser a solitária e o açoite, a estaca o fuzil".¹⁴⁹ Tinham aspecto maltrapilho, dormiam em ranchos de palha, espalhados pelo chão, alimentavam-se pouco e mal e sofriam castigos corporais, como o porrete, o facão e o quarto escuro. Não podiam sair da usina, sendo vigiados por encarregados à noite. Caso não se apresentem ao eito às 5 da manhã, ainda que por motivo de doença ou fraqueza, eram considerados preguiçosos ou manhosos e conduzidos a uma solitária, de um metro de largura sobre um e meio de comprimento, ficando neste local mau cheiroso, que nunca era limpo, por vários dias, quase sem alimento e sem ar.

Narra-se um episódio de um trabalhador negro, apelidado de Gibú, que, ao ser encontrado, às 9 horas da noite, fora da cancela, foi conduzido a esse cárcere e lá permaneceu 3 meses, de julho a agosto, sendo depois "dado de presente pelo coronel Antonio Paes ao seu irmão Henrique".

Afirma-se que na usina havia muitos estrangeiros, mas os brasileiros eram maioria, vindos dos estados do Norte e do Sul, com exceção do Paraná. Menciona-se que entre estes camaradas, reduzidos à escravidão, muitos pertencem às "famílias distintas". Entre eles, cita-se os nomes de Alfredo Werneck, pertencente à família do barão de Werneck e João Domingos da Cruz, primo de Epitácio Pessoa, ministro do Supremo Tribunal.

Segregados da família, não se revoltavam por não ter para onde fugir e por temerem ser degolados caso fracassasse uma eventual revolta. Quando requisitados a combater nos batalhões patrióticos também não recebiam vencimento algum.

O relato de Adolpho Barbosa cita o nome de João Pedro de Arruda como administrador geral da usina na época. Em um período posterior João Pedro seria o proprietário da usina das Flechas. Uma das primeiras do estado.

Sobre a situação política geral no estado, afirma ter tomado parte no episódio da invasão de João Paes de Barros por seus irmãos e confirma a transferência dos prisioneiros para a fazenda do Pindahybal, mencionada como de propriedade de Henrique, José e Pedro Paes de Barros. Ainda segundo Adolpho Barbosa, o presidente do estado, amedrontado pelo

¹⁴⁹ Em nome da lei. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 05.01.1902. p.9.

terror imposto por Antonio Paes de Barros, aprova todos os atos deste, e o chefe de polícia, Dr. Aquino Ribeiro, genro de Antonio Paes, é conivente com suas ações. Paes de Barros não se submeteria a ninguém, nem mesmo a Manoel Murтинho, cujo irmão, ministro da fazenda, emprestava seu prestígio para a situação dominante do estado. Acreditando que todos os seus atos serão aprovados pelos irmãos Murтинhos e pelo Governo Federal. Ele conta ainda com o apoio do Senador Metello, que procurou justificar os assassinatos cometidos na bahia do Garcez. Declara que são comuns assassinatos de opositores e o roubo. Em um só saque, praticado na fazenda do coronel Antonio Cesário, teriam desaparecido mais de oito mil cabeças de gado vaccum, retiradas pelos coronéis Antonio, Henrique e José Paes de Barros e levados para suas fazendas. Diz também que a invasão da usina não deu fim a agitação política e que a revolução continuaria no estado, tendo ele testemunhado, em Corumbá, trincheiras e de canhões em diversas ruas. Os adversários do governo estariam "todos foragidos e suas propriedades abandonadas, entregues ao saque e a pilhagem". Inclusive os principais chefes do partido contrário, "todos foragidos nas Repúblicas vizinhas".¹⁵⁰

Ainda sobre a situação dos trabalhadores na usina do *Itaicy* no período, um outro relato chama a atenção. Nele informa-se sobre um julgamento procedido pelo Supremo Tribunal Militar do soldado do 8º de infantaria, Martin Francisco de Paula, acusado de tentativa de suicídio. Antes de assentar praça no 8º, o soldado trabalhava na usina do *Itaicy* de onde saiu para não ser tratado como camarada. Após intimação do Dr. Alves de Barros, ele foi liberado, em 13 de novembro, para que voltasse a usina. Motivo pelo qual teria tentado o suicídio. Essa não foi a primeira vez que os Barros requeriam a anulação de um camarada, em 1891, foi publicado na Gazeta Oficial uma solicitação da empresa Barros & filhos requerendo a anulação da praça de um camarada seu, de nome Francisco da Costa Lopes.¹⁵¹ Em relatos futuros a prática volta a ser demonstrada, o que parece indicar que este era um hábito destes usineiros, que tinham a influência necessária para ter seus requerimentos atendidos.

Outra forma de recrutamento utilizada no período pode ser enxergada nas entrelinhas do depoimento de Adolpho Barbosa ao *Jornal do Brasil* mencionada anteriormente. Nesta reportagem ele afirma que além dos nacionais, que eram maioria, empregavam-se também "estrangeiros" na usina. Outras reportagens do mesmo jornal esclarecem como acontecia o recrutamento destes estrangeiros e as condições por eles encontradas nas usinas. Em meados do ano anterior havia sido noticiado que o jornal recebeu cartas que denunciavam os maus

¹⁵⁰ Scena de horrores. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 05.01.1902. p.1.

¹⁵¹ Sem título. GAZETA OFFICIAL. Cuiabá. 07.03.1891.p.4.,

tratos que os imigrantes *contratados* vinham tendo no estado de Mato Grosso. A reportagem afirma que estes imigrantes, que partiram no vapor *Santos* em direção ao estado, foram atraídos por “anúncios pomposos”, que lhes ofereciam “toda a sorte de garantias”.¹⁵²

Novamente um jornal da capital vinculava o regime de trabalho implementado nas usinas mato-grossenses e a escravidão. As cartas diziam que ao chegar, nada do que lhes fora prometido havia sido cumprido, ficando os imigrantes abandonados e com fome. O jornal afirma ter noticiado várias vezes a prática de tais abusos, pedindo providências ao governo, a fim de cessarem as violências contra aqueles “infelizes”, chamados de “escravos brancos”. A última carta que teriam recebido narrava imposições feitas aos imigrantes “à faca, à revolver e a páo, castigos a bacalhão e prisões no tronco”. O jornal por fim comentava sobre a situação:

Voltamos á escravidão, no regimen democrático”; “voltamos ás scenas vergonhosas do escravismo, sem que as autoridades providenciem, no sentido de punir os culpados e libertar as victimas dos maus tratos.
A lei é letra morta, quando se trata de potentados, políticos de influencia, cabos eleitoraes e mandões de aldeia.
Um novo meio de escravisar homens livres, contratando imigrantes para Matto Grosso!¹⁵³

A reportagem esclarece que a estratégia do *contrato* com colonos estrangeiro, que já havia sido mencionada no período anterior, continuava sendo, neste período, um dos expedientes aos quais recorriam os patrões para obter mão de obra barata, ainda que de maneira minoritária.

Meses depois de seu primeiro depoimento ao *Jornal do Brasil*, ao tomar conhecimento dos ataques a ele feitos pelo jornal *o Estado*, cujos redatores chama de “caninos do Nero mato-grossense”, Adolpho Borges reafirma o que depôs meses antes ao *Jornal do Brasil*. Ele contesta as alegações publicadas no jornal *o Estado*, órgão situacionista publicado em Cuiabá, de que teria sido sugestionado a prestar seu testemunho. Ele afirma que não há interesse algum no mundo que o obrigasse a vender ou a alugar sua consciência e que não imaginava que houvesse “um miserável tão cínico que pretendesse negar a veracidade das informações [...] prestadas”. Afirma ser “um homem do trabalho”, nascido na Bahia, e pertencente a família pobre, porém honrada. Diz ter ido a Matto Grosso para se empregar na lavoura, levando consigo uma carta de recomendação de “seu patrício” José Gonçalves da Silva Júnior, pessoa

¹⁵² Escravos Brancos. Jornal do Commercio. RIO DE JANEIRO. 18.07.1901.p.5.

¹⁵³ Ibid.

bastante conhecida em seu Estado. A carta era dirigida a outro patricio, o dr. Terencio Gomes Ferreira Velloso, juiz de direito em Corumbá e genro do presidente de Matto-Grosso.¹⁵⁴

Prossegue o relato afirmando que tendo chegado em Cuiabá no dia 7 de maio do ano anterior, foi apresentado a Totó Paes, em razão da carta de recomendação que levava. Este teria o convidado para prestar seus serviços na *Itaicy*, onde afirma ter trabalhado por sete meses, como “diretor do pessoal de trabalho”, até o dia em que foi a usina “transformada em praça de guerra, o seu proprietário nomeado comandante em chefe das praças” e os camaradas que obedeciam a sua direção, “arvorados em valentes e disciplinados soldados napoleônicos”. A partir de então, relata, a tristeza tomou seu espírito, pois se dirigiu a Mato Grosso na esperança de buscar um trabalho que lhe proporcionasse dias felizes ao lado de sua mulher e filhos no futuro e não para jurar a bandeira na Legião Totó Paes e para assistir as cenas sangrentas “que todo o país conhece”.¹⁵⁵

Em seguida comenta um trecho da reportagem d’*O Estado* no qual afirma-se que Adolpho chegou ao ponto de “confessar-se ladrão para fazer-se passar como testemunha do saque imaginário do engenho da *Conceição*”. Ele então reafirma ter tomado parte no ataque a Usina da *Conceição*, onde não encontraram nenhuma resistência e que, terminada a carnificina, o saque, a destruição dos canaviais e os atos da mais requintada selvageria contra as famílias dos camaradas do coronel João Paes, tornou-se comandante da lancha *Manduvirá*, transformada em aviso de guerra para transportar à usina do *Itaicy* parte dos prisioneiros feitos no engenho da *Conceição*. Feita a entrega, afirma ter solicitado a Totó Paes sua retirada da usina para ir à Bahia buscar sua família, prometendo retornar em três meses. Em seguida afirma que “ladrão não é quem, sob a pressão de um tirano munido de poder discricionário, cumpre ordens, mas sim, aquelle que ordena” e que quando, chefiando cinquenta e tantos homens, conduziu o gado das fazendas do coronel A. Cesario, do capitão Sabino, do coronel João Paes e de outros obedecia a uma ordem, que se não fosse cumprida poderia lhe custar a vida como tinha visto praticar-se com as vítimas da Bahia do Garces.

Por fim, sob as acusações de que teria ido ao rio às custas de Totó Paes, afirma que este pagou-lhe “miseráveis trezentos mil réis” pelos sete meses de serviço de sol a sol em sua usina e do um mês e tanto em suas forças. Contra o que não teria protestado porque ansiava retirar-se de Matto Grosso para não mais assistir as barbaridades que ali continuavam a ser praticadas.

¹⁵⁴ Matto-Grosso. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 11.05.1902.p.5.

¹⁵⁵ Ibid

Acompanhavam as denúncias contra Antônio Paes de Barros as contra seus parentes, que ancorando-se no prestígio do mesmo cometiam violências da mesma natureza. No fim do ano de 1902, o *Jornal do Brasil* noticia que um de seus irmãos, Henrique Paes de Barros, que “tantas proezas” vinha praticando contra a vida e a propriedade dos seus infelizes vizinhos, “espalhando o terror” na região em que habitava, havia mandado uma escolta comandada pelo “facínora” Joaquim Rodrigues efetuar o rapto de uma família que se compunha de muitas moças — para conduzi-las “ao seu harém do Pindahyval”.¹⁵⁶

No período subsequente, outras denúncias da mesma natureza voltariam a circular por ocasião da invasão de uma outra propriedade de Henrique Paes em mais uma das “revoluções” do estado. Somadas às denúncias feitas contra o filho do coronel Virgínio Nunes Ferraz expostas n’*O Globo* no ano de 1931, torna-se razoável afirmar que a prática de exploração sexual das mulheres capturadas e mantidas nas usinas era um fenômeno relativamente comum, se não generalizado.

Após o episódio da *Bahia do Garcez*, a despeito das denúncias vinculadas por adversários políticos e ex-funcionários Antônio Paes, o Totó Paes, se firmou como o mais influente político a nível local, se tornou chefe do Partido Republicano Constitucional e se elegeu para presidente do estado, governando a partir de 15 de agosto de 1903. Neste período, alguns jornais do Rio de Janeiro veicularam matérias elogiosas, retratos e notas biográficas de Totó Paes.

No dia da investidura do cargo, a *Gazeta de notícias* estampou seu retrato na primeira página e publica algumas informações biográficas e um pequeno resumo de sua atuação na política do estado. Antonio Paes é referido como o maior industrial do estado. A usina *Itaicy* é mencionada como a primeira levantada no estado, capaz de rivalizar com as melhores da América do Sul, dispendo de oficinas, escolas, sociedade literária, biblioteca, bandas marciais de adultos e menores e outros institutos para “aproveitamento ou diversão do operariado”. A “revolução de 1899” por ele comandada é apresentada como um “movimento reivindicador das liberdades eleitorais”. A matéria reproduz um trecho de uma circular emitida por ocasião do anúncio de sua candidatura. Nela Antonio Paes declarava que se como político e chefe de partido sempre fora “respeitador dos direitos e franquias dos seus adversários”, como presidente do Estado, escusava de dizer que onde poderia ir a sua tolerância.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Matto-grosso. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 11.12.1902. p.2.

¹⁵⁷ Coronel Antonio Paes de Barros. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 15.08.1903.p.1.

Em seu governo, Totó afastou-se da influência dos Murtinho, após a saída de Joaquim Murtinho da pasta da fazenda. Os irmãos Murtinho, em retaliação ao ato de insubordinação de Totó Paes, passaram a articular sua derrubada. Neste contexto, formou-se em 1906 a *Coligação*. O Partido, de vida curta, foi formado a partir da reconciliação dos antigos inimigos, os irmãos Murtinho e Generoso Ponce, e contava ainda com Pedro Celestino, importante liderança política emergente, entre outros. O termo foi inspirado na *Coligação Federal*, que apoiou Afonso Pena contra Bernardino Campos. O partido articulou lideranças mais diplomáticas e próximas das autoridades legislativas e executivas na capital federal, como os irmãos Murtinho e Antônio Azeredo e Generoso Ponce e Pedro Celestino, importantes lideranças no âmbito local. Apesar de não ser mais ministro da fazenda, Joaquim Murtinho era senador à época, assim como Azeredo.

A *Coligação* foi derrotada nas eleições para a câmara federal, intendentess, vice-intendentess e Juizes de Paz em 1º e 2º de novembro pelo *Partido Republicano Constitucional*. No ato de reconhecimento pela Câmara Federal, no entanto, saíram vitoriosos os seus candidatos. Com essa prova de força, a articulação para a deposição do presidente do estado, pelas armas, ganhou força e foi posto em prática. Rodrigues Alves chegou a enviar o general Dantas Barreto com numerosa força para sufocar o levante, mas antes de sua chegada as forças oposicionistas já haviam matado Totó Paes, tendo assumido o governo o vice-presidente Pedro Leite de Osório.¹⁵⁸

No dia 6 de setembro de 1906 o *Jornal do Brasil* publicou uma extensa reportagem relatando a chegada ao rio, a bordo do vapor *Cordillere*, da família e de amigos do ex-presidente Antonio Paes de Barros, assassinado à pouco tempo pelas forças da *Colligação*. Entre eles estavam: D. Ursulla Angela Paes de Barros, viúva do Presidente Coronel Antonio Paes de Barros, suas filhinhas Anna e Ida e duas sobrinhas, o Coronel Manuel Antonio Paes de Barros, irmão do falecido Presidente e chefe das forças que operavam no sul do Estado.¹⁵⁹

Tratados como exilados pela reportagem, eles traziam notícias de como se deu o conflito e os narraram à reportagem. O início da revolta teria sido na noite de 9 para 10 de maio, quando grupos de partidários da *colligação* se reuniram na farmácia de Pedro Celestino, onde reuniram uns 300 homens armados. No dia 16, avisado do que se tramava, o Presidente deixou o palácio e foi para a sua usina em *Itaicy*.

¹⁵⁸ CORRÊA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943. Campo Grande: Editora UFMS, 1995. p.99-100.

¹⁵⁹ A bordo do "Cordillere". A família do presidente paes. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 06.09.1906. p.3.

Em 29 de maio as forças revoltosas se instalaram nos fortes de morros próximos. Os morros de *Cuyabá*, *Bom Despacho*, *Prainha* e os fronteiros ao *Coxipó da Ponte*. O Presidente tinha consigo o Capitão Luiz Narciso de Barros Cavalcanti com cerca de 2.000 homens. As forças do Coronel Ponce eram divididas em duas brigadas, uma comandada por ele mesmo com 1.800 homens, outra comandada pelo farmacêutico Pedro Celestino, com 1.600 homens.

O Tenente-Coronel Fontoura teria aconselhado o Presidente que não desse combate em campo e que fosse à cidade. E depois consentido, no dia 22 de maio, que as forças revoltosas fizessem trincheiras a 200 metros do seu quartel, impedindo dessa forma que as forças legais se comunicassem com as forças federais que estavam no porto. Ele também teria privado as forças legais de receber munições de guerra no Arsenal que teriam sido fornecidas ao inimigo. Depois do Presidente estar sitiado teria também lhe negado munições, enquanto armava os revoltosos, havendo deserções de praças para as fileiras destes. O ataque dos revoltosos que se iniciou no dia 21 de maio teria se arrastado até o dia 1 de junho.

Depois de conseguir fugir da cidade, o presidente do estado, Antonio Paes de Barros teria se refugiado com alguns amigos na fábrica de pólvora, em *Coxipó do Ouro*, onde foi encontrado e assassinado barbaramente por volta de uma hora da madrugada do dia 6 de julho pelas forças comandadas por Sulpício Caldas que eram compostas por cerca de 35 homens. Sua morte teria sido seguida por saques e perseguições a amigos, familiares e partidários.

Duas semanas depois, nova reportagem do *Jornal do Brasil* noticiou que, durante o movimento que depôs e assassinou Totó Paes, uma partida revolucionária seguiu, por água, para a fazenda *Pyndahyval*, situada na margem esquerda do rio *Taguary*, e de propriedade do Coronel Henrique Paes de Barros, do Tenente-Coronel José Paes de Barros e de Pedro Paes de Barros, irmãos do Presidente do Estado, que se conservavam alheios à luta fratricida. Sendo avisados de que a fazenda ia ser assaltada, quando os atacantes já se achavam nas proximidades dela, os irmãos Paes, que não estavam preparados para repelir o ataque, pois não o esperavam, retiraram-se apressadamente, para não cair em poder dos revolucionários. Estes apossaram-se da fazenda e da xarqueada anexa, *prenderam sessenta camaradas que encontraram*[grifos meus], apreenderam a lancha *Conceição*, todo o xarque depositado e mais gêneros que encontraram, seguindo depois águas abaixo. Do mesmo modo que a força do Tenente Paraná, a do Coronel Ponce ia recrutando os moradores das margens dos rios, e apoderando-se das embarcações que encontrava.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Matto grosso. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 21.09.1906. p.3.

Assim como na ocasião da invasão da *Conceição*, quatro anos antes, na “revolução” de 1906 os camaradas também foram tratados como espólio de guerra, sendo presos e levados para outro lugar como coisas, sem que se respeitasse seus direitos.

No início da derrocada de Antonio Paes de Barros, seu rompimento com os Murtinhos, o jornal *Gazeta de notícias* do Rio de Janeiro, entrevistou o general de divisão Abreu Lima, que exerceu o cargo de comandante militar por dois meses em Mato Grosso. O general deu detalhes da situação política atravessada pelo estado naquele momento, relatou suas impressões sobre a postura de Antonio Paes de Barros e detalhou o regime de trabalho praticado na usina *Itaicy*.

O general afirmou ter sido alvo de investigação unicamente por não consentir que a força federal se prestasse ao papel de capanga do presidente, a quem qualifica como “régulo e déspota”.¹⁶¹ Afirma que os atos de barbárie se tornaram comuns após sucessivas “revoluções”. O Presidente da República, informado da situação, resolveu não tomar nenhuma providência e deixar as coisas correrem como estavam. Entre os crimes que o general enumera estão o de mandar assassinar o deputado estadual José Torquato, e as testemunhas que depuseram contra ele em um processo de disputas de terras. Além dos desembargadores que deram a sentença a favor da dona do terreno. Também o acusa de utilizar do tesouro estadual para pagar despesas pessoais.

Sobre as violências contra os empregados em sua usina, o General mencionou o caso de uma “escravizada” em sua usina. Virginia lavava roupa no rio e comentou com uma companheira que torcia pela vitória de Generoso Ponce para que pudessem sair da usina. Levada à casa de Totó Paes, ela teria sido vestida com as melhores roupas, sendo estas encharcadas de querosene e incendiadas. O general relata que enquanto a mulher se debatia em dores, os assistentes do coronel riam e faziam chacotas.¹⁶²

Antônio Paes de Barros, o Totó Paes, a despeito das atrocidades a ele atribuídas, tanto em relação à imposição do trabalho forçado e castigos físicos a seus trabalhadores quanto aos assassinatos de políticos adversários – ambos os fatos largamente documentados ao longo deste capítulo –, tem ocupado papel de destaque e de deferência entre pessoas influentes na sociedade mato-grossense e até mesmo entre alguns memorialistas e historiadores. Em alguns casos, a atitude assumida é de seletividade, escolhendo determinados feitos para serem

¹⁶¹ Os Horrores de Matto Grosso. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 22.01.1906. p.1.

¹⁶² Ibid.

lembrados e obscurecendo outros que a conveniência manda deixar de lado. Em outros casos a atitude é de relativizar as ações como algo corriqueiro e aceito naquele tempo.

Em 1997, a revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso publicou uma edição dedicada a homenagear o centenário da usina do *Itaicy*, em especial por seu papel no desenvolvimento da indústria no estado. Entre os artigos reproduz o discurso do então governador do estado, Dante de Oliveira, feito no contexto das solenidades promovidas pelo próprio Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso em homenagem ao centenário da usina.

O governador atribui o início do moderno processo de industrialização em Mato Grosso ao arrojo, ao pioneirismo e à “extraordinária visão empresarial do grande mato-grossense Antonio Paes de Barros”. Acrescentando que à época, pela sua dimensão e recursos técnicos incorporados, a usina era um dos grandes empreendimentos industriais no país, mesmo diante da defasagem em todos os setores produtivos de Mato Grosso em relação aos maiores centros econômicos do país. A *Itaicy* é descrita como “um sonho grande transformado em potentosa realidade pela coragem e desassombro de Totó Paes”.¹⁶³

Refletindo sobre o impacto do estabelecimento desta usina para a industrialização do estado e para a sociedade Mato-Grossense de maneira geral, ele afirma que a “*Itaicy* não morreu” e que sobrevive e sobreviverá como símbolo maior da industrialização do Estado. Afirma estar honrado de estar presente na solenidade e comprometido em resgatar e preservar a memória mato-grossense. Conclui afirmando que “um estado sem memória sempre será hesitante para escolher os caminhos do futuro, que história é lição, aprendizado, experiência transmitida a pavimentar com maior rapidez os caminhos do amanhã” e que sua presença no evento enquanto administrador público não foi determinada apenas para para emprestar prestígio oficial à solenidade, mas também para aprender, enquanto responsável pelas medidas governamentais tendentes ao processo de industrialização do estado, “as lições de arrojo e confiança no futuro” legadas pelo “grande empreendedor Totó Paes” creditado como “o homem que inventou a industrialização em Mato Grosso”.¹⁶⁴

Se a história é de fato lição e aprendizado e pavimenta os caminhos do amanhã, é preciso que se lembre que o início da industrialização do estado, atribuída a Antônio Paes de Barros, não foi feita apenas de máquinas a vapor ou da coragem de um homem arrojado e

¹⁶³ OLIVEIRA, Dante de. Discurso do Governador Dante de Oliveira por ocasião da solenidade de comemoração do centenário da Usina do Itaicy. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, n. 55, p. 13, 1997.

¹⁶⁴ Ibid.

confiante no futuro, mas também do sangue, do suor, das lágrimas de homens, mulheres e crianças forçados a trabalhar em jornadas extenuantes, castigados, torturados, perseguidos e assassinados quando se recusavam a trabalhar ou quando fugiam. É preciso também que se lembre que tais fatos não eram completamente desconhecidos, pelo contrário. Eram noticiados e discutidos na imprensa local e na capital federal e só foram possíveis graças a cumplicidade criminosa e do silêncio de autoridades e da sociedade como um todo. Silêncio que permitiu e permite a continuidade de práticas de trabalho forçado até os dias atuais.

Na mesma edição da revista, em texto intitulado *A verdade sobre Totó Paes*, Alfredo da Motta Menezes analisa as circunstâncias da morte de Antônio Paes de Barros pautando-se nas hipóteses levantadas por Zephyr Frank, pesquisador norte-americano que à época estava em Cuiabá estudando o período de 1880 a 1937 e com quem mantinha conversas.

Alfredo da Motta afirma que o ponto de vista de Zephyr Frank pode contribuir para ir além dos aspectos já conhecidos da política local e nacional daquela época. Ele inicia afirmando que Totó foi morto em uma disputa entre oligarquias locais, que eram comuns na época, mas que, até aquele momento, “os vencedores não mandavam matar lideranças do lado vencido” pondo em xeque a veracidade do massacre da baía do Garcez, afirmando se tratar de um fato muito discutido, porém não provado até aquele momento. Afirma ainda que a acusação foi feita por Antonio de Paula Corrêa, promotor público pertencente a uma das famílias mais poderosas da época, os Corrêa da Costa, ligados a outros usineiros e chefes de outra facção política, que rivalizavam com Totó Paes no campo político e no econômico.¹⁶⁵

De fato, os chefes da facção política adversária tiveram papel importante ao denunciar práticas violentas adotadas por Antônio Paes de Barros contra opositores e contra funcionários e não só na mencionada denúncia do promotor público. Ao longo deste capítulo vimos que o jornal *A Reação*, que tinha entre seus redatores Antônio Corrêa da Costa e Generoso Ponce, fez diversas denúncias durante os anos em que foi publicado. Entre as acusações estão uma suposta ordem de invasão da usina *Conceição* e o posterior assassinato de diversos adversários, denúncias sobre o regime de trabalho na usina *Itaicy*, caracterizada como “uma vasta senzala” e o uso dos trabalhadores como “um corpo militarizado para defesa e garantia do nefasto poderio que ostenta o Coronel Antonio Paes”.

Essas acusações, no entanto, não foram feitas apenas a partir de órgãos oposicionistas. Ao longo do capítulo foram apresentadas denúncias e informes partidos dos mais diferentes

¹⁶⁵ MENEZES, Alfredo da Motta. *A verdade sobre Totó Paes*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, Cuiabá, n. 55, p. 19, 1997.

órgãos e atores sociais que apontavam nesse mesmo sentido. Ainda em 1899, a primeira “Revolução” em que Antônio Paes de Barros tomou parte, o jornal *A cidade do rio* publicou uma carta enviada por um informante, que alegava ser testemunha ocular dos eventos narrados, testemunhando que Totó Paes havia formado um batalhão patriótico formado por empregados e agregados e junto com outros usineiros da região de Rio-Abaixo possibilitou a inversão do resultado eleitoral, após um rápido cerco à Assembleia. O próprio irmão de Antônio Paes, João Paes de Barros, testemunhou o cerco e a invasão de sua usina e o posterior assassinato de opositores e sequestro de trabalhadores em manifesto publicado no *Correio da Manhã*, apresentando inclusive cartas e telegramas.

O relato de João Paes de Barros é corroborado por Adolpho Barbosa, que afirmou ter trabalhado como fiscal dos trabalhos da lavoura na *Itaicy* e posteriormente como comandante da lancha *Manduvirá*, que transportou à usina do *Itaicy* parte dos que foram feitos prisioneiros na *Conceição*. O relato, publicado no *Jornal do Brasil*, também é esclarecedor no que diz respeito a condição dos cerca de 200 “escravizados” na usina, detalhando que sofriam restrição de mobilidade, não eram pagos, sofriam ameaças de morte e de punições severas constantemente, não tinham condições higiênicas, acomodações dignas ou acesso a cuidados médicos e trabalhavam em jornadas exaustivas. Também foram mencionados diversos métodos e instrumentos de tortura utilizados, a origem dos trabalhadores “escravizados” e a utilização dos mesmos como soldados nos batalhões patrióticos. Adolpho disse ainda que eles eram capturados em batalha e dados de presente e mencionou a participação de João Pedro de Arruda, que viria a ser o proprietário da *flechas*, como administrador geral da usina. Este último ponto contribui para demonstrar a veracidade do depoimento, já que a época João Pedro não tinha cargo político de relevância e nem sequer era proprietário de usina. Caso a denúncia fosse uma farsa, encomendada por políticos ou por usineiros rivais não teria sentido incriminar alguém com pouca importância política ou econômica até aquele momento. O general de divisão, Abreu Lima, comandante militar em Mato Grosso por um curto período também corroborou as violências praticadas por Totó Paes contra inimigos políticos e contra os trabalhadores da *Conceição*, em depoimento dado ao *Jornal do Brasil* em setembro de 1906.

As narrativas supracitadas além de demonstrarem a violência contra opositores esclarecem as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores empregados na usina *Conceição* e servem para contrastar algumas das afirmações contidas em recente publicação de João Ernesto Paes de Barros, que tem o mérito de lastrear a origem dos Paes de Barros, remetendo a origem da ocupação do território que viria a ser Mato Grosso. O autor afirma que

no aspecto político Totó Paes assemelhava-se com os senhores de engenho desde o recôncavo bahiano até os centros produtores de açúcar, como os de Mato Grosso. Sendo comuns, entre outros elementos, os títulos militares, o status social e a existência da casa-grande e da senzala.¹⁶⁶

Apesar de mencionar estes dois últimos elementos, o autor não entra em detalhes sobre as condições de vida destes trabalhadores, afirmando em seguida que a realidade social da população era pouco explorada nas cartas e jornais desse tempo, que se dedicavam mais aos interesses e ao jogo do poder. Para sustentar sua argumentação é a um estudo de Alfredo da Mota Menezes, sobre a morte de Totó Paes, que o autor recorre. Comentando as correspondências dos líderes desse momento Alfredo da Mota afirma que elas informavam sobre aspectos econômicos e políticos, mas não sobre as condições sociais e sobre a forma de vida da população. O interessante é que na sequência João Esnesto informa sobre supostas benesses propiciadas por Totó Paes aos seus trabalhadores. Entre elas são elencadas o ensino de música, de instrumentos musicais e dos idiomas alemão e português, além das demais disciplinas do currículo oficial. O que seriam fatos pouco conhecidos.

Não é verdade que as cartas e jornais desta época não tratassem das condições de vida ou de trabalho das populações submetidas ao jugo dos usineiros, como esperamos que este capítulo tenha demonstrado. A situação dos trabalhadores foi narrada com alguma frequência, em especial nas épocas de maior agitação política ou durante a ocorrência de combates pelo poder a nível local ou estadual, nos jornais da capital federal e nos jornais locais, embora a temática seja ignorada ou tratada marginalmente por historiadores que se dedicam a questão. Foi com este interesse principal que revisitamos esta documentação que em certos aspectos pode ser considerada como uma documentação de caráter mais oficial e elitista, mas que nos oferece informações importantes para a compreensão das reais condições dos trabalhadores e de sua importância no âmbito do desenvolvimento industrial do estado e do papel desempenhado pelos mesmos, ainda que de maneira forçosa, nos principais eventos políticos disruptivos do período.

¹⁶⁶ BARROS, João Ernesto Paes de. Genealogia de Antônio Paes de Barros - Totó Paes: o governador de Mato Grosso. Lisboa: [Editora não informada], 2016. p.10-11.

3. SÓ NÃO É ESCRAVO QUEM É SENHOR: O PREDOMÍNIO POLÍTICO DOS USINEIROS NO NORTE DO ESTADO

3.1. Perrengues, perrecistas e a oligarquia marquista

Depois da deposição e do assassinato de Antonio Paes, as disputas dentro da *Coligação* levaram a uma nova cisão política entre Generoso Ponce e Joaquim Murtinho. Com o fim do mandato de Pedro Leite Osório, Manoel Murtinho queria indicar José Maria Metelo para presidente do estado. O nome não foi aceito por Ponce, que concorreu às eleições procedidas em 1.º de Março de 1907 e saiu vitorioso. Tomou posse do cargo em 15 de agosto. Além da disputa pela sucessão no governo estadual, os interesses de Ponce e dos Murtinho se chocavam em relação a disputa por terras no Sul do estado. Joaquim Murtinho se posicionava de maneira contrária a migração gaúcha para Mato Grosso, essa posição se devia à intenção de garantir o latifúndio possuído pela empresa Matte Larangeira, com a qual tinha ligações, ameaçado pela luta dos sem terras pela posse. A luta contra a empresa teria continuidade no governo Pedro Celestino, que por ser o vice-presidente assumiu em 12 de outubro do ano seguinte, quando Ponce renunciou por motivos de saúde.¹⁶⁷

Após a morte de Joaquim Murtinho e de Generoso Ponce, ambos falecidos em 1911, novas figuras ganharam destaque e inauguraram uma nova fase da política mato-grossense. Com Antônio Azeredo e Pedro Celestino em disputa por quase dez anos à frente dos novos partidos surgidos no período: O *Partido Republicano Conservador (P.R.C.)*, surgido em 1911, e o *Partido Republicano Mato Grossense (P.R.M.G.)*, surgido em 1913. O *P.R.C.*, surge da antiga *Coligação* e teve como figuras de liderança Antônio Azeredo e Pinheiro Machado, seus partidários eram chamados “*perrecistas*” ou “*azeredistas*”. O *P.R.M.G.*, surge com o rompimento de Pedro Celestino com o *P.R.C.*, seus partidários eram referidos como “*perrengues*” ou “*celestinistas*”.¹⁶⁸

A primeira eleição para presidente do estado disputada entre os dois partidos foi vencida por Joaquim Augusto da Costa Marques, partidário do *P.R.C.* Ele já havia sido deputado estadual por duas vezes consecutivas, a partir de 1898. Foi aliado de Ponce nas duas

¹⁶⁷ CORRÊA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943. Campo Grande: Editora UFMS, 1995. p.101-102.; Mensagem. Gazeta Oficial. Cuiabá. 14.05.1908. p.2.; Mensagens do Governador do Mato Grosso para Assembléia (MT). 1909. P.3.

¹⁶⁸ O Nosso Aparecimento. O REPUBLICANO. Cuyaba. 20.07.1916. p.1-2; A Primeira Reunião. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 27.09.1914. p.2.

“revoluções” narradas até aqui, a de 1899, contra os irmãos Murtinho, e a de 1906, contra Antônio Paes de Barros. Neste ano era deputado federal, cargo para o qual foi reeleito em 1909. Em 1911 renunciou ao cargo para assumir a presidência do estado pelo *Partido Republicano Conservador*, criado por Antônio Azeredo. Foi o primeiro governante republicano a completar integralmente o mandato sem interrupção ou afastamento. Em 1918, voltaria a ser eleito para exercer o cargo de deputado federal. Ele também era usineiro, o terceiro representante desta indústria a desempenhar o cargo, era proprietário da usina da *Ressaca* que, já sendo sua propriedade, funcionava desde o fim de 1895.¹⁶⁹ Seu irmão, Antonio João da Costa Marques, se torna sócio da usina e assume sua gerência em meados de 1909.¹⁷⁰ Em 1918 a usina foi vendida a Francisco Torres. Com mencionamos anteriormente, diferentemente da maioria das grandes usinas do estado, a usina de Costa Marques não se localizava às margens do Rio Cuiabá, como as de Rio Abaixo, mas nas proximidades da cidade de São Luiz de Cáceres, atual Cáceres, para onde sua produção era escoada.¹⁷¹

Apesar da relativa distância geográfica em relação aos usineiros de Rio-Abaixo, suas práticas em muito se assemelhavam. Tanto no que diz respeito a vinculação de interesses públicos e privados quanto na utilização de camaradas, inclusive empregando-os em funções de policiamento e em “revoluções”.

A partir de 1911, cresceu a participação política dos coronéis usineiros na política em ambos os lados em disputa, destacam-se, pelo lado do *P.R.C.*, o próprio Costa Marques, proprietário da *Ressaca* e presidente do estado de 1911 a 1915. Diversos deputados que assumiram em 1915, após vencerem as eleições de 1 e 2 de novembro do ano anterior, entre eles, Amarílio Alves de Almeida, proprietário da célebre usina de *Itaicy*; Luiz da Costa Ribeiro Fontes, filho de José Marques Fontes e proprietário da *São José*; Francisco Pinto de Oliveira, dono da *Itaicy de cima*. E os membros do diretório do partido em Rio-Abaixo, entre eles Virgínio Nunes Ferraz, proprietário da *Sant’Anna* e da *Maravilha* e delegado de polícia entre 1914 e 1916, e Henrique Paes de Barros, que apesar de não estar mais relacionado diretamente a nenhuma usina, ainda empregava “camaradas” e era membro da mais célebre família de usineiros da região de Rio Abaixo, onde ainda tinha grande influência política na região em função de sua atuação no episódio da *Bahia do Garcez*.

¹⁶⁹ Sem Título REPUBLICANO. Mato Grosso. 12.12.1895.p.4.

¹⁷⁰ Aviso. CORREIO DO ESTADO. Corumbá.28.07.1909. p.4.

¹⁷¹ A E.F. Norte de Matto-Grosso . A RUA. Rio de Janeiro. 09.05.1924.p.5.

Pelo lado dos *P.R.M.G.*, destacam-se os irmãos Palmyro e Armindo Paes de Barros, que entraram na política ao lado do tio, Henrique Paes de Barros, fazendo parte do diretório do *P.R.C* de Rio Abaixo, em 1914, mas depois mudaram de lado. Palmyro sucedeu Virgínio Nunes como delegado de polícia em Rio Abaixo. Eram também partidários do *P.R.M.G.*, João Celestino, mencionado como proprietário da *Conceição* na época das operações movidas por Mená Gonçalves e que nesse período iniciava sua carreira política e João Christião Carstens, também mencionado no contexto das operações de 1931 e que nesse período atuava pelo partido em Corumbá, onde também exercia a função de delegado de polícia.

A usina *Conceição* viveu um processo parecido com o ocorrido duas décadas antes por ocasião da morte do comendador Joaquim José Paes de Barros. Naquela ocasião, a usina passou a ser administrada por diversos filhos até ser controlada unicamente por João Paes de Barros, que após o rompimento da sociedade com os irmãos teria sua usina invadidas pelos mesmos. Três anos após este acontecimento, João Paes de Barros veio a falecer.¹⁷² Sua usina passou então a administração de sua esposa e de três dos seus filhos: Palmyro Paes de Barros, Armindo Paes de Barros e Henrique Paes de Barros sobrinho. Nesse período, diversas denúncias envolviam a usina e seus proprietários que, como na última “revolução”, se filiariam a lados opostos, Palmyro e Armindo pelo *P.R.M.G.* e Henrique sobrinho pelo *P.R.C.*, ao lado de seu tio homônimo.

A usina *Itaicy*, após a morte de Totó Paes, foi adquirida pela firma Almeida e Cia, da qual eram sócios Amarílio Alves de Almeida e Alberto Novis. Amarílio era casado com Anna Osorio, filha do Capitão Pedro Leite Osorio que sucedeu Totó Paes como presidente do estado.¹⁷³ No jornal *O Matto Grosso*, foram inseridos informes e notícias que visavam desvincular a usina das terríveis cenas narradas em periódicos locais e da capital da República no período de 1899 a 1906 e informar sobre as melhorias introduzidas no local, como a recém-inauguradas escola primária e banda de música infantil.

Em uma delas, afirma-se que as condições gerais na usina mudaram completamente, eliminando o “domínio do terror” que antes imperava, apavorando a “classe pobre” e causando estremecimento ao simples ouvir de seu nome, associado às mais terríveis narrativas sobre os fatos ali ocorridos. Alega-se que, com a mudança do regime, os trabalhadores passaram a ser estimulados com boas maneiras, não sendo mais forçados ao trabalho

¹⁷² Coronel João Paes de Barros. O MATTO GROSSO. 06.08.1905. P.1-2.

¹⁷³ Consórcio. MATTO GROSSO. Cuiabá. 22.05.1898.p.2.

exaustivo com o empenho de força, que os obrigava à deserção, ao assassinio e a prática de outros “atos improdutivos”.¹⁷⁴

Em outra, afirma-se que a usina não era propriamente um sítio, mas um povoado. Dispondo de casas próprias na qual residiam os trabalhadores, e de uma escola, que recebia diariamente cerca de 50 alunos de sítios e estabelecimentos vizinhos, era visitada também por outras pessoas que para lá se dirigiam em busca do pão ou de socorros médicos administrados aos moradores dos arredores, naquele tempo constantemente atacados de “moléstias palustres”, provindas das enchentes do rio. O dia a dia dos trabalhadores era retratado de maneira idílica: acordados pelo badalar da sineta, são chamados pelo encarregado, que lhes dá o pão e os direciona ao serviço do dia. Ao meio dia, badala novamente a sineta e os trabalhadores afluem para receber a refeição, “prodigamente distribuída”, deixando transparecer em suas feições “a alegria natural à volta do trabalho que nobilita e esparge a felicidade no lar”. Ao cair da tarde, se ouvia os trechos suaves da música que se faz ouvir e que apesar de ser feita pelos pequenos estudantes, nada deixa a desejar.¹⁷⁵

Assim como no período anterior são destacados os elementos “civilizatórios” das usinas e o progresso que traziam para a região. Aponta-se que as melhorias introduzidas se destinavam não somente aos trabalhadores, mas também a população local que a elas afluíam para saciar necessidades básicas como a alimentação, a saúde, a educação e o trabalho. Dispondo de portos e embarcações próprios, as usinas eram também pontos nos quais faziam escalas as embarcações que vinham da capital descendo “Rio Abaixo” e aos quais recorriam viajantes e tripulantes quando as embarcações encalhavam ou quebravam ou quando não podiam seguir viagem pelo anoitecer ou por qualquer outro motivo. O que demonstra que os usineiros tinham influência não só sobre os numerosos empregados, mas também sobre um grande número de agregados.

A *outra face* das usinas, contudo, continuaria a ser denunciada nos periódicos, em especial nos períodos de maior agitação política. As acusações entre os grupos, em especial envolvendo eventos ocorridos no município de Rio Abaixo, se avolumam nos períodos eleitorais, com destaque para o período subsequente à eleição de Caetano de Albuquerque, que chegou ao poder pelo *P.R.C.*, mas que depois de eleito, em 15 de agosto de 1915, passou para o lado do *P.R.M.G.*¹⁷⁶ Ao que se seguiu a ocupação da Assembleia Legislativa, a

¹⁷⁴ Sem título. O MATTO GROSSO. Cuiabá.08.12.1912.p.2.

¹⁷⁵ Itaicy. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 07.04.1912.p.2.

¹⁷⁶ O Nosso Aparecimento. O REPUBLICANO. Cuyaba. 20.07.1916. p.1-2

tentativa de deposição de Caetano, por parte dos perrecistas, pedidos de habeas corpus ao STF para garantir ambas as instituições e diversos combates pelo estado, que culminaram na Intervenção Federal. Outras notícias, no entanto, antecedem esse período. A maioria das notícias são veiculadas nos órgãos oficiais dos partidos, com destaque para o *Debate* e *O Republicano*, vinculados aos perrecistas e o *Correio da Manhã* e *O Matto Grosso*, pelo lado dos perrengues.

Como mencionado anteriormente, *O Matto Grosso* foi um dos jornais mais longevos de Mato Grosso, sendo publicado desde o Império. O jornal entra em circulação em 1879, com o nome de "A província de Matto-Grosso", e direção de Joaquim José Rodrigues Calháo. Foi órgão oficial do Partido Republicano, nos primeiros anos da República, quando Emílio Calháo, filho de Joaquim José Rodrigues Calháo tornou-se o novo proprietário do jornal. Em 1905, teve sua publicação interrompida, porque Emílio Calháo passou a publicar o jornal *A Coligação*.¹⁷⁷ A partir de 1916, João Celestino passa a ser o diretor político da folha. O *Correio da Manhã* era o jornal que representava o partido na cidade portuária de Corumbá.

A primeira edição do jornal *O Republicano*, o órgão do *Partido Republicano Conservador* foi publicado em 20 de julho de 1916. Sob a direção de Gustavo Kuhlmann, tinha publicação semanal e sua redação, ironicamente, localizava-se na Rua Pedro Celestino. O jornal circulou até o ano de 1926. Quando o *P.R.C.* deixou de existir para dar lugar ao Partido Democrata.¹⁷⁸ *O Debate* antecedeu o *Republicano* como órgão oficial do *P.R.C.* e circulou de 1911 até 1915. Seu proprietário era João da Costa Marques, primo de Joaquim Augusto da Costa Marques e deputado estadual.

Joaquim Augusto da Costa Marques é constantemente atacado, durante todo o seu governo, nas colunas d'*O Matto Grosso* e acusado de tentar instalar uma oligarquia em Mato Grosso. Seu irmão, João da Costa Marques, o já mencionado proprietário do jornal *O Debate*, deputado estadual e superintendente do departamento de obras era acusado de favorecer empreiteiros dos quais era ele o fornecedor.¹⁷⁹ Seu primo, Oscar da Costa Marques, foi eleito deputado estadual em 1911 e em 1913 se tornou deputado federal, cargo para o qual o jornal insinua que não seria eleito caso não fosse primo do presidente.¹⁸⁰ O desembargador Martins

¹⁷⁷ 9 de Janeiro. MATTO-GROSSO. Cuiabá. 09.01.1929 p.2; O Matto Grosso. MATTO-GROSSO. Cuiabá. 31.10.1920. p.1.

¹⁷⁸ Os Pródromos da Organização do Partido Democrata. O REPUBLICANO. Cuyaba. 20/05/1926 p.1-3.

¹⁷⁹ A psychologia dos dirigentes. O MATTO GROSSO. Cuiabá.05.08.1913.p.2-3.

¹⁸⁰ Resultado das eleições de 1 e 2 de novembro de 1911. O CORREIO DO ESTADO. Corumbá. 09.11.1911. p.3.; Coluna telegrammas. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 24.03.1912.p.2.

de Almeida, cunhado do presidente do estado e que havia deixado de ser desembargador efetivo para voltar a exercer o cargo de juiz de direito de Poconé, cidade natal de Joaquim Augusto da Costa Marques, teria nomeado camaradas para exercerem funções policiais no município e acobertado a morte de um cidadão, causada pelo emprego de um desses camaradas como guarda pessoal de Alfredo da Costa Marques em uma festa. Alfredo era também irmão do presidente do estado.¹⁸¹

Costa Marques também foi acusado nesta época por deixar de punir os crimes cometidos por Henrique Paes de Barros Sobrinho, à época gerente e coproprietário da usina *Conceição*, em razão de ser este sobrinho de Henrique Paes, liderança do *P.R.C.* em Rio Abaixo. O crime foi relatado por jornais de ambos os partidos, tamanha a ousadia de Henrique Paes Sobrinho em atacar autoridades constituídas que foram a usina *Conceição* investigar um outro crime ali praticado.

No dia 9 de agosto de 1914, o *Debate* narra uma cena grotesca: um corpo crivado de balas, com o ventre aberto e vísceras expostas foi encontrado boiando nas proximidades da vila de Santo Antônio do Rio-Abaixo, apesar dos visíveis esforços de ocultação do crime, pois suas pernas estavam atadas e com uma pedra amarrada a elas, constatou-se se tratar do despachante geral da usina *Conceição*, Jeronymo Sant'Anna.¹⁸²

Procedido em segredo de justiça, o inquérito apontou como executor o turco Egydio Alatife a mando de Henrique Paes de Barros Sobrinho, co-proprietário e gerente da referida usina. Egydio já tinha aberto contra ele um mandado de prisão, por ter sido o autor do assassinato ocorrido em *Porto Urbano* de um empregado da *Conceição*, que havia fugido da usina, “por motivos ignorados”. Ambos foram intimados a depor pelo chefe de polícia, que se dirigiu a usina. Foi também enviada a usina, no dia 7 de agosto, uma força de 6 praças, comandada pelo sargento Humberto para efetuar a prisão de Egydio.¹⁸³

Segundo a reportagem, essas informações foram repassadas por telefone ao jornal pelas autoridades de Santo Antonio. No entanto, às 16 horas, a linha telefônica foi cortada. Tendo partido o comandante Paraná e 3 praças para entender o que tinha acontecido e conserta-la, antes de chegar à vila, encontrou o amanuense do chefe de polícia que vinha a seu pedido relatar o que aconteceu após a saída da escolta. Ele teria narrado que às 16 horas funcionava uma audiência, na casa da câmara, quando um grande grupo de empregados da

¹⁸¹ Oligarchy em Poconé. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 22.06.1913.p.3.

¹⁸²Facto Gravíssimo - As Providencias do Governo. O DEBATE. Cuiabá. 09.08.1914.p.1.

¹⁸³ Ibid.

usina *Conceição* atacou a sala das audiências, havendo fortíssimo tiroteio. Ele teria relatado ainda que os 7 homens que levaram o mandado de prisão para a usina *Conceição* não retornaram e estariam presos ou mortos. O tenente Paraná comunicou os fatos ao presidente do estado ainda naquela madrugada, por meio de um telefone portátil que levou. Ao retornar a capital, onde chegou às 2:30, o tenente fez seguir para Santo Antonio uma força de cavalaria composta por 20 praças, comandada pelo alferes Thomas de Aquino. No dia seguinte, também seguiu para a localidade uma força de infantaria, comandada pelo capitão Carvalho e composta por 80 homens, levando inclusive duas metralhadoras. O Tenente Paraná acompanhou a força.

Ainda segundo a reportagem, era a quinta vez que Henrique Paes Sobrinho desrespeitava as autoridades de Santo Antonio, tendo, desta vez, a ousadia de praticar uma agressão. Henrique, então com 22 anos de idade, dispunha de um grande número de “empregados sem responsabilidade” e de armamento aperfeiçoado. Informa-se ainda que ele expulsou da usina os seus irmãos, “que sempre procuraram lhe tolher os passos nas suas investidas, que eram verdadeiras afrontas à justiça”.¹⁸⁴

O Matto Grosso também repercute o assassinato, atribuindo a impunidade do crime à influência dos assassinos sobre a situação política de então, que teria estimulado a pretensão de domínio em Santo Antonio do Rio abaixo em Henrique Paes e que teria trocado a proteção à vida de um cidadão por “um punhado de votos”. Menciona-se ainda que o caso era a reprodução do que ocorrera a cerca de um mês na mesma usina, quando foi assassinado outro camarada por motivo desconhecido e de muitos outros delitos que vinham ocorrendo naquele município.¹⁸⁵

Além de acusar Henrique Paes de Barros Sobrinho pelo cometimento do crime a reportagem acusa-o de ter tentado, por meios violentos, impedir o inquérito policial que se estava realizando, fazendo com que seus *camaradas* atacassem o chefe de polícia, o promotor público e outras autoridades que ficaram, por mais de 24 horas, cercadas. A situação só foi contornada quando a usina foi ocupada por forças, comandadas pelo Tenente-coronel Paraná, que colocaram em fuga e perseguiram Henrique e seus camaradas. As reportagens cobravam providencias para que o crime não ficasse impune e para que novos crimes dessa natureza não voltassem a acontecer.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Crime Hediondo. MATTO-GROSSO. Cuiabá. 09.08.1914. p.3; Sem título MATTO-GROSSO. Cuiabá. 16.08.1914. p.1.; O Caso da Conceição MATTO-GROSSO. Cuiabá. 16.08.1914. p.2.

No Rio de Janeiro, o periódico *A Noite* também repercutiu o assunto, dada a gravidade dos fatos. Afirmava-se nesta notícia que telegramas vindos de Cuiabá noticiavam graves ocorrências em Santo Antonio. O chefe de polícia do estado, ao seguir para a localidade, teria sido assassinado. A esse respeito, o jornal entrevista o deputado federal conservador por Mato Grosso, e futuro presidente do estado, Annibal Toledo. O deputado afirmou que recebeu dois telegramas do presidente do estado, que garantiam que "as occorencias de Santo Antonio são puramente policiaes e não têm nenhuma significação política".¹⁸⁶ O deputado afirma ainda que vinham ocorrendo "alguns tiroteios" entre a polícia e os capangas dos Barros, sobrinhos do ex-presidente Totó Paes mas que não acreditava que os acontecimentos tomassem um caráter mais grave por confiar nas providencias tomadas por Costa Marques e que não tinha informações sobre ter sido assassinado o chefe de Polícia, Deocleciano de Canto Menezes.

O desembargador João Carlos Pereira Leite, também ouvido pela reportagem, diz não ter ficado surpreso com as ocorrências. Sobre Henrique Paes de Barros Sobrinho afirma:

Esse menino Barros é de muita força. Bom coração, mas horrivelmente genioso e impulsivo. Ha tempos, deu uma bofetada no alferes commandante do destacamento policial de um municipio visinho de Santo Antonio, e expulsou seus irmãos mais velhos, Joaquim e Palmyro Paes de Barros da usina de que ficou director. Eu mesmo, de uma feita, tive de dar-lhe conselhos em questão séria em que elle esteve envolvido. A sua usina tem, seguramente, 200 homens que, por exquisito habito dos usineiros de Matto Grosso, pódem ser armados de um momento para outro. É uma das usinas mais importantes do Estado.¹⁸⁷

Afirma ainda não ter detalhes do ocorrido, mas não acreditar que o chefe de polícia tenha de fato sido assassinado, uma vez que o coronel Virgínio Nunes Ferraz, proprietário da usina *Maravilha*, contígua à *Conceição*, dispoendo de muitos homens armados, certamente prestaria socorro se fosse o caso.

Por ocasião das eleições de 1915, acusa-se Costa Marques, que seria eleito presidente, e Caracciolo, 1º vice-presidente e presidente do Diretório Central do P.R.C., de terem praticado "todos os excessos, todas as violências" e de ter lançado "todos os embustes, perfidias, corrupções, fraudes e violências para sufocar a livre manifestação do eleitorado".¹⁸⁸ Destaca-se a região de Santo Antonio do Rio Abaixo, na qual Henrique Paes e seus capangas ameaçavam a todos os adversários. O partido Conservador teve uma vitória estrondosa, 387 votos contra 7, os quais a matéria afirma terem sido dados "de mão beijada", para fazer crer

¹⁸⁶ Graves Ocorrencias em Matto Grosso. A NOITE. Rio de Janeiro. 09.08.1914. p.2.

¹⁸⁷ Graves Ocorrencias em Matto Grosso. A NOITE. Rio de Janeiro. 09.08.1914. p.2.

¹⁸⁸ A Bacharel de 1ª do Corrente. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 07.03.1915. p.1-2

na idoneidade do processo.¹⁸⁹ Em outra reportagem, que analisa, no pronunciamento de Costa Marques, já eleito, a parte destinada à questão da ordem e da força pública, afirma-se que o presidente comentou, “apenas por alto”, as ocorrências na usina *Conceição*, em Santo Antônio do Rio Abaixo, quando foi sitiado o chefe de polícia, o promotor e um destacamento da força pública, sendo mortas seis ou sete pessoas sem que nenhuma providência fosse tomada, por ser Henrique Paes de Barros sobrinho do coronel Henrique Paes e um dos mais fortes baluartes da sua política.¹⁹⁰

Na referida mensagem o presidente Costa Marques afirmou:

Conforme ja vos disse no começo deste relatório, depois da malograda tentativa de sedição, que se manifestou em Ponta Porã e que foi abafada logo no seu inicio, a ordem publica tem se conservado inalterada, não se tendo registrado, no correr do anno passado, senão alguns conflictos locais e uma pequena sedição, na villa de Santo Antonio do Rio Abaixo, em Agosto, dirigida pelo gerente da Usina da Conceição, Henrique Paes de Barros Sobrinho, que mandou um grupo de 80 ou de 100 homens armados atacar as auctoridades policiaes que se achavam naquella villa, procedendo a inquerito por crimes de homicidio imputados ao dito gerente. Depois de algumas horas de cerrado tiroteio, entre os atacantes e atacados, aquelles se retiraram com algumas perdas, não tendo as auctoridades nem o pequeno destacamento policial soffrido perda alguma, apesar do inesperado da aggressão e da grande superioridade numerica dos atacantes.

Sciende desse criminoso acontecimento, fiz logo seguir para ali um contingente do Batalhão Policial e uma companhia de metralhadoras, sob o commando do Tenente Coronel Clementino Paraná, que, no dia 10 do mesmo mez, occupou a dita Usina com as forças legaes, prendendo alguns dos rebeldes; tendo porem, conseguido evadir-se o principal responsavel, que hoje se acha processado por esse crime e pelos homicidios.¹⁹¹

Nas vésperas das eleições para a sucessão presidencial no estado, que ocorreriam dentro de três dias, dando vitória a Caetano de Albuquerque pelo P.R.C., o jornal *O Matto Grosso*, no dia 28 de fevereiro de 1915, lembrou as eleições “vergonhosas” para deputados estaduais, procedidas no ano anterior. denuncia-se a montagem de uma “máquina compressora de direitos” por parte da oligarquia Marques e de seu partido, que em 26 de janeiro reuniu ilegalmente uma junta apuradora para conferir poderes aos “eleitos da violência e da fraude”.¹⁹²

Na mesma edição, afirma-se que outra junta apuradora se reuniu “legalmente” em 15 de fevereiro e publica-se uma lista de candidatos supostamente eleitos. Ao comparar-se as

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ A Mensagem. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 06.06.1915. P.1.

¹⁹¹ Mensagens do Governador do Mato Grosso para Assembléia (MT). 1915. P.19.

¹⁹² Eleição. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 28.02.1915. p.1.; O terror governista. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 28.02.1915. p.2.

duas listas, verifica-se grande discrepância, coincidindo apenas 6 nomes. Essa divergência e o amplo domínio dos candidatos conservadores entre os que de fato tomaram posse explicam a denúncia oferecida pela Assembleia por ocasião do distanciamento entre Caetano de Albuquerque e o *P.R.C.*¹⁹³

3.2. A Caetanada

Eleito em primeiro de março, Caetano Manuel de Faria e Albuquerque foi reconhecido e proclamado presidente em 15 de maio de 1915, tomando posse em 15 de agosto do mesmo ano. Com menos de um ano de governo Caetano se tornou alvo de um processo por crime de responsabilidade movido pela Assembleia e enfrentou movimentações de tropas “revolucionárias” no norte e no sul do estado. Enquanto tanto a Assembleia, quanto o presidente do estado buscaram por meios legais, recorrendo ao Supremo Tribunal Federal para a concessão de *Habeas corpus*, garantir suas prerrogativas constitucionais, nos interiores eram organizadas as forças revolucionárias do *P.R.C.* e os *batalhões patrióticos* à serviço da situação.

Nos primeiros meses do governo Caetano o jornal *O Matto Grosso* elogiou o serviço prestado pelo novo chefe de polícia, Benito Esteves, no "saneamento da polícia" que promovia nos municípios do sul do estado nos quais expurgou delegados e subdelegados cujos antecedentes e idoneidade eram incompatíveis com os cargos de mantenedores da ordem e da segurança individual. A reportagem sugere que sua atuação também seria bem vinda no vizinho município do Rio Abaixo, onde Virgínio Nunes Ferraz, o “coronel Vivi”, armado com o cargo de delegado de polícia e “revestido com as insígnias de chefe político” vinha promovendo “atos de despotismo”. Como exemplo cita-se um caso em que um camarada do tenente coronel Francisco Pinto, genro de Virgínio, matou a pau um outro camarada. Francisco Pinto prendeu o criminoso e o encaminhou com um ofício ao delegado, que ao invés de o prender, o fez embarcar como marinheiro em sua lancha que estava de partida para S. Lourenço, lá pelos lados dos domínios do “seu amigo” Henrique Paes.¹⁹⁴

Novamente relata-se a estratégia empregada por todo o período estudado de utilizar-se da autoridade policial para recrutar trabalhadores para as usinas em meio aos supostos

¹⁹³ Apuração. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 28.02.1915. p.3.

¹⁹⁴ Sem título. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 19.03.1916. p.2.

criminosos, que ao invés de serem conduzidos para a cadeia pública eram de lá desviados para serem “empregados” como camaradas dos usineiros.

Menos de um mês depois, o jornal *A Cruz*, informava e lamentava a exoneração de Benito Esteves do cargo de chefe de polícia. A reportagem afirmava que ele era prestigiado pelo governo e amparado pela opinião pública e que combateu o banditismo no sul e tentou enfrentar a “escravidão” no norte do estado (os termos são esses), como antes tentara Candido Rondon, como diretor do serviço de proteção aos trabalhadores nacionais. Sua ação é definida como “platônica”, por se resumir a passar uma circular às autoridades dos municípios recomendando que tivessem em vista as garantias outorgadas aos nacionais e estrangeiros nos parágrafos 1.º e 13º do art. 72 da Constituição Federal e 180 a 183 do Código Penal. Em outras palavras, ele proibia aos subordinados que auxiliassem os “escravocratas” (de novo palavras da reportagem) no tráfico de “escravos”. Seja os prendendo por ocasião de fugas e entregando-os aos senhores, ou auxiliando a venda dos mesmos de um patrão a outro. Virgínio é citado nesse contexto, por ser o primeiro a desrespeitar a circular. Na condição de sub-delegado de polícia, ele teria ido pessoalmente a Cuiabá capturar um camarada que fugira dos maus tratos que lhe eram infligidos na usina *Maravilha*, verificando praça no Batalhão de Polícia Militar. Virgínio exigiu a anulação da praça e fez com que o camarada fosse escoltado imediatamente para a referida usina. Diante disto, Benito Esteves exonerou-se e deixou o cargo.¹⁹⁵

Duas semanas depois em outro relato *O Matto Grosso* denuncia “mais uma das muitas prepotências do sr. Vivi” que teria separado “uma pobre mulher” chamada Joanna Evangelista de seus filhos. Segundo a reportagem, Joanna era “amásia” do camarada José Gonçalves, da usina *Sant’Anna*. Este camarada teria sido “vendido” ou transferido para a usina da *Maravilha*, também de propriedade de Virgínio. Em sua ausência, a mulher se viu privada de recursos e por isso se retirou da usina com os filhos, indo se refugiar na casa do capitão Protogenes. Passados alguns dias, o sr. Vivi conseguiu que Joanna Evangelista regressasse à sua usina onde a detinha sob o pretexto de ser ela responsável pela dívida do amante, não obstante a intervenção do dr. Armando de Souza, juiz de direito da comarca, para fazer cessar esse constrangimento. A reportagem afirma que a prepotência e o poderio do sr. Vivi eram de tal ordem no Rio abaixo, que todos ali esperavam que a qualquer hora a casa de Protogenes fosse cercada pela “capangada” do sr. Vivi e que dela fossem “arrancadas” as crianças da

¹⁹⁵ Dr. Benito Esteves. A CRUZ. Cuiabá. 16.04.1916.p.1

“pobre mulher”, que, apesar de voltar a ser “escravizada” pelo sr. Vivi, implorou a Protogenes que não entregasse os seus filhos ao “violento delegado de policia de Santo Antonio”.¹⁹⁶

A mudança de orientação política de Caetano de Albuquerque implicaria na troca do comando da delegacia de Santo Antonio do Rio Abaixo, que passaria a ser ocupada por Palmyro Paes de Barros. Apesar da alteração da cor partidária, as práticas seguiram sendo as mesmas e passariam a ser denunciadas pelo órgão adverso.

Em princípios de agosto de 1916, *O Matto Grosso* noticia movimentos revoltosos no sul do estado, era o início das agitações que objetivavam a derrubada do general Caetano. Dentre estes movimentos cita-se a revolta do regimento misto em Bella Vista, comandada pelo ex-major Gomes, que em sua marcha até Nioac teria arrebatado cavalos e bois e feito prisioneiros. Ele teria também telegrafado a comandantes dos destacamentos locais incitando-os à revolta, dizendo que se punha em campo em apoio a Assembleia e declarando o governo ilegal. A reportagem relata que dois comandantes que não aderiram a revolta teriam denunciado o apoio da companhia Mate Larangeira, apontada como a maior interessada na inversão política do estado. A companhia teria fornecido “elementos revolucionários” aos revoltosos. Também se relata a atuação de tais elementos na região do rio São Lourenço e em Poconé.¹⁹⁷

Na mesma edição, o jornal repercute telegramas do *Jornal do Commercio* (RJ), noticiando a chegada do deputado federal Annibal de Toledo em Mato Grosso e uma entrevista por ele concedida. Nesta entrevista o deputado afirma que Armindo Paes de Barros teria relatado a ele que, ao chegar em sua usina, a *Conceição*, encontrou a mesma tomada por paisanos armados e os abrigou a se retirarem, tendo os mesmos se instalado no povoado de Santo Antonio, do outro lado do rio. Ainda segundo Annibal, nas usinas de propriedade dos conservadores reinava a ordem, com os proprietários se dedicando a safra.¹⁹⁸

Dias antes, o jornal *O Republicano* comentava a apresentação de um requerimento lido na Assembleia Legislativa, no dia 27 daquele mês pelo deputado estadual Pylade Rebuá e assinado pelos usineiros Virginio Nunes Ferraz, proprietário da *Sant’anna* e da *Maravilha*, Manoel da Silva Fontes, filho de Maria Leopoldina e coproprietário da *Aricá*, Miguel Angelo de Oliveira Pinto, dono da *Tamandaré*, e Luiz da Costa Ribeiro Fontes, da *S. Miguel*. Eles questionavam o presidente do estado se ele havia dado ordens a Protogenes Francisco da Silva

¹⁹⁶ As proesas do Sr. Vivi. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 30.04.1916. p.3.

¹⁹⁷ A Revolução. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 06.08.1916.p.4.

¹⁹⁸ Sem título. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 06.08.1916. p.2.; Seção Telegrammas - Matto Grosso. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro.02.08.1916.p.2.

e a João Bem Dias de Moura para organizarem forças que seriam enviadas a Rio Abaixo. Eles afirmam que a princípio não acreditaram em tais notícias, mas que depois tiveram ciência por uma testemunha vindo do Mimoso que lá já estavam sendo reunidas “cavalladas”, tendo sido presos mais de 40 cavalos com este fim. Afirmam que esta notícia inesperada os alarmou e os deixou sobressaltados já que se conservavam “na maior calma” cuidando dos serviços da safra, não havendo justificativa para a agressão, que caso levada a cabo estariam unidos para repelir, defendendo seus lares.¹⁹⁹

Eles concluem afirmando que nesta época, de safra, qualquer movimento de força obrigaria as usinas a paralisarem o serviço ocasionando “prejuízos incalculáveis”. Em resposta, também lida na Câmara, o general Caetano afirmava que tendo chegado a seu conhecimento que bandos armados percorriam o município de Santo Antônio do Rio-Abaixo efetuando prisões, apreendendo gado e cavalos e perturbando a população “ordeira e laboriosa” do município, resolveu enviar a expedição a que se referem no pedido de informações, usando as atribuições que lhe conferiam a constituição estadual.²⁰⁰

Enquanto o General Carlos Campos chegava à Cuiabá em meio ao aumento das tensões e diante da iminência de um conflito, diversos jornais do Rio de Janeiro comunicavam que Antônio Marques, irmão do ex-presidente do estado, Costa Marques, estaria tentando envolver a usina *Ressaca*, de sua propriedade, no movimento revolucionário e sublevar o destacamento policial de Cáceres, como fizeram com o de Barra dos Bugres, que era composto por três praças de polícia.²⁰¹

Em meados de setembro, o jornal *A noite* noticia um combate no *Aricá*, que resultou na debandada do grosso das forças rebeldes acampadas em *Itaicy*, de cerca de 800 homens, tomadas pelo pânico. Bem Rondon e Henrique Paes teriam atravessado o rio Cuiabá na altura da usina *Tamandaré*, com cerca de 200 homens, dirigindo-se para Correntes, atravessando o Mimoso, onde teriam levado bois e cavalos que encontravam pelo caminho, arrombado casas e cometendo outras depredações. O piquete de Bate Copos teria fugido em direção a Poconé. O resto teria se dispersado em diferentes direções, numa “debandada louca”. Segundo a

¹⁹⁹ Um Facto Grave. O REPUBLICANO. Cuiabá. 30.07.1916. P.2-3.

²⁰⁰ Ibid.

²⁰¹ A Situação em Matto Grosso. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 27.08.1916. p.2;

Matto Grosso Político - O general Carlos Campos em Cuyabá. A NOITE. Rio de Janeiro.26.08.1916. p.4.;

A Situação Em Matto Grosso. A RUA. Rio de Janeiro. 26.08.1916. p.1.;

A Revolução em Matto Grosso. JORNAL DO COMMERCIO, edição da tarde. Rio de Janeiro. 26.08.1916. p.5.

reportagem, só restavam no Estado, como forças revolucionárias, a companhia isolada de Sant'Anna e o regimento mixto.²⁰²

Dias depois *O Matto Grosso* detalhou o mencionado combate ocorrido no *Aricá*. Comandadas por Miguel Mello e Lycerio Pereira, as forças legais impuseram uma retumbante derrota a um forte contingente composto da elite das tropas rebeldes. Estas, acampadas na *Itaicy* fizeram atravessar o rio, na tarde do dia oito, uma força de 360 homens, sob o comando direto de Olympio Ribeiro, da qual faziam parte os contingentes de Antenor, Hildebrando e Alfredo da Costa Marques. Essa força devia bater a coluna Mello-Lycerio, tomar uma metralhadora que tinham em seu poder e depois seguir para Cuiabá. No dia seguinte, 9, a força de Miguel Mello composta de 350 homens se dirigiu para a passagem do *Aricá* marchando pela margem esquerda, ao invés da direita, que tinha a estrada mais frequentada. O combate iniciou-se por volta das 14 e terminou por volta das 20 horas, com a debandada total das forças rebeldes. Diversos elementos que as compunham teriam se apresentado às forças legalistas. Foram feitos 120 prisioneiros e apreendidas 136 carabinas, muita munição e 230 cavalos arreitados, esporas, botas, malas, roupas, etc.²⁰³

Ainda segundo a reportagem, a debandada do *Aricá* teria disseminado o pânico e determinado a debandada geral das forças acampadas no *Itaicy*, no dia seguinte, 10, os coronéis Henrique Paes, Bem Rondon, tenente Paraná, João da Costa e outros atravessaram o rio Cuiabá com 200 homens, dizendo pretender se reorganizar com o auxílio do coronel Carlos, de Santa Rita do Araguaya. O resto dos rebeldes se dispersou em diversas direções. A reportagem cita também o importante papel desempenhado pela marcha ousada da coluna Morbeck que ameaçava o grosso dos rebeldes pela retaguarda, o que impediu que eles empregassem toda a sua força contra uma das colunas isoladamente.²⁰⁴ Na mesma edição afirma-se que em outro combate, no Piavoré foi esfacelada a força armada por Amarílio de Almeida.²⁰⁵

Além de ser um dos donos da usina do *Itaicy*, como mencionado anteriormente, Amarílio de Almeida tinha participação também em alguns seringais na mencionada região do Piavoré, o que parece ser um indício da utilização também dos seringueiros como soldados nos “batalhões patrióticos”.

²⁰² A situação em Matto Grosso. A NOITE. Rio de Janeiro. 14.09.1916. p.3.

²⁰³ O Combate do Aricá. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 17.09.1916. p.2.

²⁰⁴ Ibid.

²⁰⁵ A debandada. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 17.09.1916. p.3.

Após o combate do *Aricá* começam a circular, em especial nos jornais cariocas, notícias detalhando a preparação do mesmo e suas principais consequências. Alguns versavam sobre a participação dos usineiros na “revolução”, fornecendo abrigo, armas ou homens. Outros detalhavam a libertação de trabalhadores “escravizados” nas usinas. Alguns, em especial os mais simpáticos a causa *azeredista*, denunciavam depredações nas propriedades e perseguições às famílias de seus líderes rebeldes após a debandada das forças por eles comandadas.

O jornal *O Paiz* informa que pessoas chegadas de Rio-Abaixo confirmaram que forças governistas, a mando de Morbeck, incendiaram canaviais na usina *Aricá*, depredaram o maquinário e praticaram “malfeitorias de toda a sorte” nas casas de proprietários e operários. Estariam também ameaçadas de vandalismo as usinas do *Itaicy*, de João Baptista de Almeida; *Itaicy de Cima*, de Francisco Pinto Oliveira; *Santa'Anna*, de de Virgínio Nunes Ferraz; *S. José* de Massinhô, como era chamado Luiz da Costa Ribeiro Fontes. Todos eles adversários do governo.²⁰⁶

Em outra reportagem, o mesmo jornal informa que D. Maria Leopoldina Fontes, proprietária da usina *Aricá*, cuja venda tinha combinado fazer a seu filho, o deputado Manoel da Silva Fontes, procurou, no dia 19, o general Carlos Campos para relatar as depredações praticadas pelas forças governistas em sua usina e para pedir providências ao general, que teria ouvido horrorizado, condenando as cenas que D. Maria lhe descrevia. Afirma-se que a sanha das forças do governo “não poupou a honestidade das donzelas, mulheres e empregados que ali encontraram”. Um irmão do deputado Silva Fontes, administrador da usina, teria sido reduzido à condição de criado pelos invasores de sua propriedade, que, armados com as *Mauser* da polícia, fizeram alvo de seus tiros os depósitos de aguardente, máquinas da usina, animais domésticos, gados de raça adquiridos por altos preços. O general Carlos Campos teria feito um oficial de seu estado-maior acompanhá-la até a casa do presidente do Estado, que, segundo a reportagem, nenhuma providência tomaria, por aprovar e aplaudir essas cenas de vandalismo por meio das quais pensava poder submeter o estado. Os prejuízos causados pela destruição na usina seriam superiores a 200:000\$.²⁰⁷

A *Gazeta de Notícias* informa que as forças revolucionárias de Henrique Paes e Bem Rondon, ao se aproximarem da usina *Itaicy*, foram acolhidas pelos proprietários das usinas, que lhes forneceram pessoal, armas, munições e recursos. D. Maria Fontes, proprietária do

²⁰⁶ A situação em Matto Grosso. O PAIZ. Rio de Janeiro. 19.09.1916. p.2

²⁰⁷ Política dos estados - Matto Grosso. O PAIZ. Rio de Janeiro. 21.09.1916. p.4.

Aricá, demonstrando aparente fidelidade ao governo, entregou o seu estabelecimento ao seu filho, o deputado revoltoso Manoel da Silva Fontes, antes de ir para a capital, levando consigo suas "mucamas". O que contrariava a versão comentada do desrespeito das forças legalistas às famílias existentes nesse estabelecimento. Com a vitória das forças legais, na passagem do *Aricá*, as forças rebeldes, concentradas em *Itaicy*, teriam debandado abandonando nas usinas diversos "escravizados", que tomaram rumos diversos, indo muitos para a capital.²⁰⁸

A noite dá detalhes do interrogatório feito com o pessoal liberto na usina do *Aricá*, procedido pelo major Valgas e pelo tenente Ribas, do 54º Batalhão. Na presença dos oficiais e do chefe de polícia, as mulheres declararam formalmente terem se ausentado livremente do estabelecimento e se queixaram de maus tratos e de falta de pagamento, afirmando jamais voltariam ao estabelecimento. Foram interrogados também diversos trabalhadores da usina, incorporados às forças legais, após o combate do *Aricá*, que corroboraram as queixas das mulheres. No fim da matéria afirma-se ser este "um caso típico de escravidão de trabalhadores que aproveitaram a convulsão revolucionária para se libertarem".²⁰⁹

N' *O Matto Grosso*, critica-se a atitude de usineiros que prestaram seu apoio aos azeredistas e que, após a derrota para as forças legalistas, reclamavam de supostas violências e depredações. Atitude qualificada como uma tentativa de garantir indenizações, de manipular a opinião pública de fora do estado contra os governistas e de provocar intervenções do Supremo Tribunal Federal.²¹⁰

Afirma-se na mesma reportagem que o general Carlos de Campos é testemunha de que tais violências e depredações não ocorreram, nem sequer antes de ter chegado a Cuiabá. Quando ele esteve nas usinas, as forças legais já estavam lá, a fim de evitar uma invasão da capital. Apenas duas ou três teriam sido alvo de operações da capital, não tendo sido retirado um *camarada* sequer, nem exigidas as armas das demais usinas, que se dedicavam a safra. Nenhum ato de violência teria sido narrado nem mesmo pelo "jornal de oposição", provavelmente se referindo ao *O Republicano*. Mesmo com todas as garantias, ao aproximarem-se as forças de Henrique Paes e de Bem Rondon, muitos proprietários uniram forças a elas, fornecendo pessoal, armas e munições. Destacando-se a "opulenta" usina do *Aricá*, que até então aparentava ser aliada do governo mas que teria sido a que mais contribuiu com os revolucionários.

²⁰⁸ A Situação em Matto Grosso. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 22.09.1916. p.4.

²⁰⁹ Écos do Combate de Aricá. A NOITE. Rio de Janeiro. 23.09.1916. p.4

²¹⁰ Veritas Super Omnia. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 24.09.1916.p.4.

Com a derrota na *passagem do Aricá*, que sucedeu a debandada do *Itaicy*, onde estavam os proprietários das usinas insurretas, que também fugiram, os camaradas, antes compelidos a hostilizar o governo, sentiram-se “libertos da opressão em que viviam”. Quando as forças legais passaram por elas, encontraram-nas quase vazias, habitadas apenas pelas mulheres e “amazias” dos camaradas. A paralisação das safras e a dispersão dos trabalhadores são referidas como fatos decorrentes da atitude subversiva dos próprios patrões, a quem cabia a responsabilidade pelos prejuízos que tiveram e pelo que causaram a milhares de cidadãos saqueados pelo estado, por seus comparsas revolucionários. Com um tom um tanto elitista, a reportagem se encerra com a afirmação de que as forças legais eram formadas por homens de responsabilidade política, industriais, capitalistas, negociantes, fazendeiros, gente de representação firmada, “moços da melhor sociedade da capital e dos municípios” e que “gente dessa arte, não se podem atribuir as infâmias assacadas pelos adversários”.²¹¹

Por ocasião da já mencionada denúncia da Assembleia Legislativa contra o presidente do estado, Caetano de Albuquerque, então presidente do estado, incentivada pelos deputados azeredistas, com o objetivo de iniciar um processo de crime de responsabilidade, o jornal tenta desqualificar os deputados partidários do *P.R.C.*, responsáveis pela denúncia, pelo fato deles terem tentado uma revolução violenta no estado, atentando contra a autoridade constituída. A reportagem chama atenção para o fato de que a Constituição Estadual determina que para que haja condenação é necessário reunir 2/3 dos votos dos deputados presentes na sessão, o que não seria viável, já que cinco deputados se declararam suspeitos por laços de parentesco e muitas suspeições ainda estariam prestes a vir à tona. Entre elas, algumas envolviam deputados usineiros.²¹²

O deputado Marques Fontes teria fornecido armas e pessoal, provenientes de sua usina Aricá, para os revolucionários acampados em Sacco Grande. Os presos no combate que se sucedeu na usina eram, em grande parte, camaradas de Marques Fontes. O deputado Amarílio de Almeida também é apontado como um dos instigadores da revolução no norte do Estado. Os seringueiros da Almeida e Cia., da qual Amarílio era sócio, tomaram parte na revolução. Na *Itaicy*, também de propriedade da Almeida & Cia., os revolucionários foram “pacificamente acolhidos” e estiveram acampados por dias, com a satisfação de seus proprietários, dos quais alguns eram oficiais revolucionários.²¹³

²¹¹ Ibid.

²¹² O processo. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 24.09.1916. p.2

²¹³ Ibid.

A reportagem declara suspeitos os deputados e afirma que não é crível que aqueles que diretamente promoveram, insuflaram e organizaram a rebelião no Estado, tentando investir a mão armada contra o presidente possam agora ser juízes frente ao mesmo. Após analisar a suspeição desses deputados e de outros deputados, a reportagem afirma que suprimidos os incompatíveis, 11 deputados não poderiam votar, sendo impossível condenar o presidente, já que a assembleia é composta por vinte e dois membros. E que, ainda que tivesse mais membros aptos a votar, o julgamento não seria isento, por se tratar de uma assembleia revolucionária.²¹⁴

À pouco mais de um mês, um dos citados, Amarílio de Almeida, dava outra versão para os eventos políticos recentes acontecidos em Mato Grosso. Iniciando pelo que ele se refere como “ato irrefletido do presidente do estado” que teria armado seus antigos inimigos contra o partido que o elegeu. Afirma que desde a noite de 1º de julho, a cidade tinha um movimento incomum de policiais pelas ruas; a estação telefônica era guardada por praças de policiais, impedindo que seus assinantes atendessem chamadas até o dia seguinte; armas e munições teriam saído do quartel de polícia, com escoltas armadas, para diversos pontos da cidade; o quartel que abrigava a 2ª companhia do 33º batalhão teria recebido inclusive uma metralhadora; correligionários do *P.R.C.* que saíram às ruas teriam sido presos, espancados, e recolhidos à solitárias no Batalhão de Polícia.²¹⁵

Ainda segundo o deputado Amarílio, no dia seguinte, 2 de julho, o governo teria organizado batalhões patrióticos e a cidade entrado em estado de sítio, sendo vedado o livre trânsito após as 20 horas e a intendência teve que ser fechada, ele também relata que, nos dias seguintes, deputados sofreram coações e houve duas invasões a Assembleia. O que seria exemplificado com a recente prisão, em sua usina, do industrial Hermenegildo Amaro de Souza, conduzido com seus camaradas para Rio abaixo. Batalhões patrióticos, a serviço do governo, teriam se espalhado também pelo interior do estado. Por fim, denuncia ainda o alto valor gasto pelo governo para patrocinar transmissões telegráficas e jornais cariocas que apoiem o governo, valor que excederia 60.000\$000 e afirma considerar desinformados os deputados federais Mauricio Lacerda, Nicanor Nascimento e João Carlos, que defenderam o situacionismo e elogia o deputado Mavignier, que defende a Assembleia.²¹⁶

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ Assembleia Legislativa. O REPUBLICANO. Cuiabá. 09.08.1916. p.2-3.

²¹⁶ Ibid.

Este último trecho dá a medida da repercussão que teve no Congresso Nacional a grave situação na qual se encontrava o estado. A *Gazeta de notícias*, no contexto de uma dessas discussões, reproduz um discurso do deputado federal João Carlos Pereira Leite, do *P.R.M.G.*, no qual se opõe a posição defendida por seu colega de bancada, Annibal de Toledo, vinculado ao *P.R.C.*, que teria asseverado certos fatos que não estavam de acordo com a verdade dos acontecimentos que se davam em Mato Grosso. Pereira Leite afirmava: "toda a opinião sensata e razoável está ao lado do presidente de Mato Grosso. Os factos estão nos annaes da imprensa para o demonstrarem".²¹⁷

Annibal de Toledo, desgostoso com esse consenso formado teria tentado despertar antipatia e desafeição a figura do presidente, mencionando os fatos ocorridos na noite de 24 de setembro, no dia em que a Assembleia ofereceu a denúncia contra o presidente do estado, sem conseguir provar que seus amigos, os detratores do presidente, tivessem sofrido qualquer ofensa em Mato Grosso naquela noite.²¹⁸

Pereira Leite também contesta a afirmação de Annibal de Toledo, feita perante a Câmara, de que devido à intervenção do presidente da República, os seus amigos se desarmaram, sustentando que na verdade as armas lhes foram tomadas.

Rememorando os fatos recentes ocorridos no estado, ele afirma que no dia em que a Supremo Tribunal Federal emitiu o *habeas-corpus* para que os membros da Assembleia pudessem entrar e sair livremente no edifício no qual se reuniam, revoltaram-se o regimento misto de Bela Vista e os destacamentos pertencentes a esse regimento, estacionados em Nioac, Campo Grande e Aquidauana, e a companhia isolada de Santa'Anna do Paranahyba. Posteriormente esses destacamentos revoltosos reuniram-se todos em Nioac. Pereira Leite defende que se tratou de um movimento combinado. Esta força revoltosa teria se armado por ordem da Assembleia para depor, pelas armas, o presidente do estado.

Tendo ocorrido a revolta no dia 15, no dia 16 ou 17 o general Caetano solicitou ao Presidente o auxílio constitucional para debelar a mesma. O que foi atendido pelo Presidente, que enviou uma expedição a Mato Grosso. Antes da chegada da dita expedição à Corumbá, teria surgido, em Porto Murtinho, outro movimento sedicioso. Recrutando gente, tomando animais a força e causando depredações. Era chefiado por Bonifácio Gomes e foi reunir-se junto aos outros, em Nioac. Nesse mesmo período teriam surgido outros focos de revolta, no Arroz Sem Sal, na Barra do Rio dos Bagres, em Piavoré, e nos municípios de Rio-abaiixo e

²¹⁷ A Situação em Matto-Grosso. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 10.11.1916.p.5.

²¹⁸ Ibid.

Poconé. As forças reunidas nestes dois últimos lugares eram chefiadas pelo coronel Henrique Paes de Barros e pelos parentes do ex-presidente do Estado, Costa Marques. Estas forças reuniram-se e foram concentrar-se na usina de *Itaicy*, que pertence à firma Almeida & C., da qual faz parte o deputado revolucionário capitão Amarílio de Almeida. O que teria sido confessado pelo próprio Aninibal em seu discurso.²¹⁹

Nessa época tentava-se costurar um acordo entre as facções em luta. Pereira Leite afirma ter trabalhado nesse sentido mas que as duas fórmulas apresentadas não foram aceitas e que com a demora na concretização do acordo e com o aumento da força revolucionária, receava que, mais tarde, Caetano de Albuquerque não pudesse, debelar os grupos revolucionários, caso estes se concentrassem e fossem para a capital, afim de, junto à Assembleia, levar a cabo a sua deposição. Ele teria então enviado um telegrama ao presidente do Estado, dizendo que o senador Azeredo havia declarado duas vezes, pelos jornais, que não havia solicitado nem pedido acordo.

Foi então que o presidente do estado teria dado ordem para debelar os bandos armados. Ainda segundo o deputado, em S. Luiz de Cáceres, havia na usina do ex-presidente Costa Marques um grande número de pessoas armadas. Sua narrativa sobre o combate ocorrido em Rio-Abaixo confirma, em linhas gerais, o que fora narrado pelo *O Matto Grosso*. Teriam sido mandadas duas brigadas para a *Itaicy*, uma por cada lado do rio Cuiabá. A que ia pelo lado esquerdo encontrou no *Aricá* uma grande coluna, de cerca de quatrocentos a seiscentos homens, que se deslocava de *Itaicy* para Cuiabá, com a intenção de em um momento oportuno depor o presidente. A coluna legal conseguiu dispersá-la após cerca de dez horas. Foram apreendidos mais de duzentos animais e presos entre cem e duzentos homens. Em *Itaicy* não teriam sido encontradas forças rebeldes, o que ele atribui a derrota imposta pelas forças legais àquelas encontradas em *Aricá*, ao que teria se seguido uma dispersão das forças revoltosas do norte do estado. Henrique, João da Costa Marques e outros revoltosos fugiram então em direção ao Pindahival e a Correntes. Ele informa ainda que nesse período a mulher de Henrique Paes telegrafou ao General Caetano pedindo garantias por saber que havia uma força no encalço do marido.²²⁰

A preocupação da mulher se mostraria justificada, dentro de pouco tempo a propriedade de Henrique foi de fato invadida. Ao que se seguiu nova disputa de narrativas entre os lados em conflito. No dia primeiro de dezembro, o *Correio Paulistano* (SP) informa

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Ibid.

que as forças governistas invadiram a fazenda Santo Antonio do Paraíso, de propriedade do coronel Henrique Paes e localizada em Coxim, levando para sua família para um lugar ignorado, transportando uns a pé e outros em carretas. A reportagem também informa que o general Barbedo pediu garantias ao general Caetano de Albuquerque para essa gente indefesa, o que o presidente do Estado garantiu.²²¹

Nos dias seguintes, o *Jornal do Commercio* e *O Paiz* publicariam duas reportagens com o mesmo título e com textos praticamente idênticos nos quais repercutiam dois telegramas recebidos pelo senador Antonio Azeredo, Vice-Presidente do Senado. No primeiro, Henrique Paes de Barros narra ao Coronel Gurgel do Amaral, comandante superior da Guarda Nacional, o ataque a sua fazenda, em resposta a um primeiro telegrama do mesmo coronel lhe pedindo informações. Henrique narra que o "banditismo elevado ao mais alto expoente pela força civil sob o comando reconhecido de sequazes celestinistas" atacaram sua fazenda em Santo Antonio do Paraíso, no município de Coxim, desrespeitando sua família, composta de muitos filhos maiores e menores, netos e criados, todos amarrados, injuriados e conduzidos para paradeiro ignorado.²²²

No segundo telegrama, diversos "chefes de família cuiabanos" que o assinam, confirmam a versão de Henrique quanto a invasão da fazenda e o sequestro de sua família que teria sido alvo de diversos "vexames" e afirmam que o "monstruoso atentado" demonstra "a ferocidade dos desclassificados agentes da política governista" que persegue seus desafetos mesmo sacrificando a "dignidade da mulher cuiabana", se referindo a mulher de Henrique Paes. Encerram o telegrama pedindo providências para que a família do coronel tenha restituído o carinho de seu chefe, referido como o mais desgraçado entre todos os pais mato-grossenses.²²³

Essa mesma reportagem do jornal *O Paiz* traz em sua primeira parte algumas informações não publicadas no *Jornal do Commercio*. Em primeiro lugar, informa que Henrique Paes deu entrada em um *habeas-corpus* em favor de sua família. Em seguida publica-se um outro telegrama atribuído a Henrique Paes, no qual o mesmo afirma que em novembro estava em Corumbá quando soube que forças civis, a mando de Chico Garcia e Reis Coelho, pretendiam seguir para sua fazenda, em Santo Antonio do Paraíso, com o fim de cometer roubo e depredações. Ele teria então se dirigido ao general Barbedo, expondo o fato e

²²¹ Matto Grosso - A situação no estado. CORREIO PAULISTANO. São Paulo. 01.12.1916.p.6.

²²² A situação em Matto Grosso. JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro. 03.12.1916.p.3.; A situação em Matto Grosso. O PAIZ. Rio de Janeiro. 04.12.1916.p.4.

²²³ Ibid.

manifestando o desejo de seguir para a fazenda afim de retirar sua família. O general designou duas praças, comandadas por um sargento para acompanhá-lo. Quando estavam a cerca de 20 léguas da fazenda, encontraram um enviado de sua esposa, levando notícias das “mais revoltantes” ocorrências. Ele acusa Chico Garcia e José Theodoro Carvalho, a mando Pedro Celestino e “com criminosa aquiescência do general Caetano” de cometerem “as mais infamantes violações que jamais se perpetraram em Matto Grosso”, dando curso ao mais alto grau de banditismo, o que qualificou como um “ato virgem na história das revoluções”.²²⁴

No mesmo dia da publicação da reportagem do *Jornal do Commercio*, reproduzida depois no *O Paiz*, a *Gazeta de notícias* reproduz diversas notas sobre a situação política de Mato Grosso que contradizem as informações publicadas nesses jornais. Na primeira delas, informa-se que Christião Carstens, então delegado de polícia de Corumbá, recebeu de Coxim um telegrama informando que em uma rigorosa busca na casa de Henrique Paes, foram apenas encontradas três armas e 600 tiros "comblain", tendo sido encontrado ainda regular número de cavalos que não eram de sua propriedade. A força libertou ainda trinta pessoas de ambos os sexos detidas na fazenda de Henrique Paes, informando os camaradas dali que o resto do armamento ficou escondido em S. Lourenço.²²⁵

Na nota seguinte, comenta-se o mencionado protesto assinado pelos “chefes de família cuiabanos” em defesa da família de Henrique Paes. Afirma-se que o protesto foi uma resposta dos *azeredistas* contra a operação movida contra um de seus líderes. Os *azeredistas* de Corumbá, em cumprimento das ordens do vice-presidente do Senado, Antônio Azeredo, teriam angariado assinaturas para o protesto que o mesmo mandou que seus correligionários dirigissem ao presidente da República, alegando falta de respeito para com a família Henrique Paes. O "embuste" teria a intenção de impressionar a opinião pública na capital da República as vésperas do julgamento do *habeas corpus* impetrado pelo coronel Escolástico.²²⁶

Na terceira nota, fiando-se em informações de um juiz de nome Ranoya (não se menciona que tipo de juiz nem de que estado ou cidade) e do ex-promotor de justiça do estado, Loula Gomes, afirma-se que a Companhia Matte Laranjeira forneceria ao ex-major Gomes mil homens, armas e munições adquiridas no Paraguai para dar combate as forças legais.²²⁷ Isabel Guillen menciona que no período a empresa estava no processo de requerer

²²⁴ Ibid.

²²⁵ A situação em Matto Grosso. GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro. 03.12.1916.p.2.

²²⁶ Ibid.

²²⁷ Ibid.

uma nova concessão para a exploração dos ervais, já que a antiga estava prestes a vencer. Após a venda da Companhia à Francisco Mendes & Cia., em 1902, foi assinado um contrato de arrendamento dos ervais que vigoraria até 1916. No entanto, o monopólio da companhia passou a ser fortemente criticado, principalmente diante do aumento da migração gaúcha para o sul do estado. Em 1912 a Companhia enviou um memorial à Assembleia pedindo a renovação do contrato até 1935. Tendo obtido um parecer favorável da comissão que analisou a proposta, a Companhia foi surpreendida por uma forte oposição liderada por Pedro Celestino Correa da Costa, chefe do P.R.M.G., no que ficou conhecido como a "Questão Mate".

A menção ao coronel Escolástico, feita na segunda nota, também merece um esclarecimento. Após conceder um *habeas-corpus* para garantir o funcionamento da Assembleia e outro para garantir o exercício do cargo ao presidente Caetano, o Supremo Tribunal Federal estava às vésperas de julgar um outro *habeas corpus*, impetrado por Manoel Escolastico Virginio, 2º vice-presidente do estado que, amparado por decisão do juiz federal Aprigio dos Santos, declarou-se presidente do estado após a Assembleia ter cassado o mandato de Caetano. O pedido foi de fato deferido pelo Supremo Tribunal Federal, o que segundo o entendimento de alguns gerou uma duplicidade de poder.

A respeito dessa situação, o deputado Pereira Leite em entrevista ao jornal *A noite* afirma que a decisão contraditória do Supremo poderia tratar-se de uma tentativa de estabelecer um acordo entre as facções. O que seria um resultado honroso, se não fossem os meios utilizados, que ao estabelecer uma dualidade no governo poderiam provocar uma revolução no estado, visto que a população se encontrava ao lado de Caetano.²²⁸

Em princípios do ano de 1917 o caso da invasão da fazenda de Henrique Paes ainda repercutia na imprensa local. N' *O Matto Grosso* criticava-se a exploração feita pelos adversários, no estado e no Rio de Janeiro, acerca do suposto caso de desrespeito à família de Henrique Paes, por meio de “telegramas espalhafatosos”, “artigos encenatórios” e “boatos horripilantes” com os quais se visava antipatizar e desprestigiar o governo do general Caetano. A esses "embustes" e "perfidias", afirma o redator, foram opostos diversos desmentidos na imprensa local e da capital.²²⁹

O jornal reproduz em seguida o que qualifica como "a última pá de cal" sobre o assunto. A transcrição de um telegrama do comandante do destacamento federal de Coxim,

²²⁸ O que se pensa e o que se diz do acto do governo destituindo o general Caetano da presidencia do Estado. A NOITE. Rio de Janeiro. 11.12.1916.p.1.

²²⁹ Manejo Desfeito. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 14.01.1917. p.4.,

dando conta, oficialmente, do inquérito mandado abrir por seu chefe, o general Barbedo. Nesse telegrama, o 1º tenente Pedro de Carvalho informa a Barbedo que ouviu quatorze mulheres e cinco homens e, terminado o inquérito, concluiu que todas as mulheres e os homens que saíram da fazenda do coronel Henrique Paes o fizeram por livre e espontânea vontade, ficando satisfeitos com a chegada da força civil que os protegeu e libertou de “cruel cativoiro”. Nenhum deles quis voltar a referida fazenda e nem tão pouco seguir para Corumbá, onde estava Henrique. As mulheres Maria Joanna Pinto Guedes, Adelaide Maria Escandelaria e Miguelina Ferreira, declaram que os filhos que tiveram com o coronel Henrique Paes, de nomes Anna, Pedro, Eurindo, de seis e oito anos de idade, foram deixados na fazenda aos cuidados da esposa do coronel, declarando as demais pessoas não terem nenhum parentesco com o mesmo.²³⁰

Lembremos aqui que no período anterior, após a tentativa de “revolução” de 1902, o *Jornal do Brasil* narrou um episódio em que diversas mulheres teriam sido raptadas a mando de Henrique Paes e conduzidas a uma outra propriedade sua, o Pindahyval, onde ele teria “um harém”.²³¹ É possível supor que algumas dessas mulheres sejam aquelas raptadas em 1902.

Para dar fim à duplicidade de poder anteriormente mencionada, foi decretada a Intervenção Federal no estado, no dia 10 de janeiro de 1917. Um mês depois, no dia 9 de fevereiro, Caetano transferiu o governo para o interventor Camillo Soares. O ato foi realizado em frente ao Palácio do Governo onde estava postada uma guarda de honra do 38.º de infantaria e a banda de música do batalhão da Polícia Militar. Na ocasião Caetano Albuquerque leu uma sucinta exposição dirigida a Interventor e publicada na "Gazeta Official". Em seguida transferiu o cargo de chefe de governo do Estado, cujo futuro, disse ele, ficava dependendo e entregue nas mãos de Camilo. Ao tomar posse, o Interventor Federal pronunciou um discurso, que se iniciou por dizer que o futuro de Mato Grosso não estava em suas mãos mas sim nas dos seus filhos e dos seus habitantes, aos quais concitou a contribuírem para a paz e a prosperidade do seu grande Estado que, pelas suas proporções, pela feracidade de seus campos, estava destinado a ser o futuro celeiro de todo o Brasil e da Europa. Também falou sobre a necessidade dos deixarem de dar aos filhos o "pernicioso exemplo" das contínuas "revoluções" armadas que prejudicavam, desorganizavam e empobreciam o Estado. Por fim afirmou que vinha em nome do Presidente da República para ser juiz, garantir a ordem e a liberdade do pleito a se realizar para a escolha do novo governo

²³⁰ Ibid.

²³¹ Matto-grosso. JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. 11.12.1902. p.2.

e dos legisladores de Mato Grosso, no qual quem tivesse maioria seria eleito; quem fosse eleito seria reconhecido e quem fosse reconhecido tomaria posse.²³²

Na mesma edição em que *O Matto Grosso* noticiava a posse do interventor e seu discurso, no qual conclamava os cidadãos a contribuírem para a paz, denunciava também um espancamento ocorrido na usina *Aricá*. O praça de polícia Cyro Eduardo Nunes, tripulante da prancha "florinda", pertencente aos sírios Nagib Bardauil e Abrahão Kalex, que se encontrava no porto da referida usina foi reconhecido, por ter participado da invasão da usina no ano anterior, em meio a caetanada. Cyro foi arrancado da dita prancha, conduzido ao terreiro da usina por camaradas e apoiadores do ex-deputado Manoel da Silva Fontes e barbaramente espancado.²³³

A diligência comandada pelo cabo Aragão e composta por praças de polícia, enviada para intimar os envolvidos e as testemunhas no inquérito aberto, foi recebida com provocações por parte dos camaradas e demais empregados, não se dando nenhum conflito pela prudência e critério de Aragão, que fez as devidas intimações a Manoel da Silva Fontes, João Arthur Lesko, João Rodrigues, Manoel Cardozo, Abrahão Kalex, Florencio da Cunha e Cyro Eduardo. A reportagem relata ainda que dois ou três dias antes, no mesmo terreiro da usina, um camarada matou um companheiro por conta de uma rixa e se escondeu dentro da residência do coronel Silva Fontes, sendo de lá arrancado pelos outros peões e executado no terraço pelo capataz Ernesto Rodrigues.²³⁴

O período iniciado pela Intervenção Federal marcaria um arrefecimento das “revoluções” do estado e com ele uma diminuição do protagonismo dos coronéis guerreiros, entre eles os grupos de usineiros, de ambas as filiações partidárias, mas as acusações mútuas e denúncias sobre violências cometidas contra os *camaradas*, adversários políticos e simples cidadãos continuariam ocupando os periódicos, em especial os órgãos oficiais dos partidos, até pelos menos o início da década de 1920.

Respondendo acusações feitas pelo *Republicano*, que elencavam fatos passados contra os correligionários do *P.R.M.G.*, adulterando-os, segundo os redatores do *O Matto Grosso*, “para que estes fossem mal-vistos pelo Brasil”, que naquele momento observava a situação do

²³² A Posse do Interventor. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 15.02.1917. p.1.

²³³ Sem título. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 15.02.1917.p.4.

²³⁴ Ibid.

estado por intermédio da figura de Camillo de Moura, o jornal faz um "passeio pela cronica local, em revide às acusações".²³⁵

No âmbito da análise aqui empreendida, nos interessa o episódio da morte de Esmeraldo Fontes. Feito prisioneiro das forças legais no combate do *Aricá*, no ano anterior foi cercado, segundo a matéria, de todas as garantias, com guarda reforçada, resguardando-o de qualquer vingança. Após cometer diversas violências contra os camaradas, no entanto, a maioria deles o considerava inimigo. O jornal afirma que era "natural" portanto, que cessadas as prerrogativas de patrão e de autoridade, apoiadas no domínio armado sobre eles ficasse Esmeraldo exposto aos "odios rancorosos" dos seus inimigos.²³⁶

O jornal relembra um dos episódios nos quais esteve envolvido o finado. Uma cena trágica, ocorrida no Rio Abaixo, que estaria ainda presente na lembrança dos cuiabanos. Em um terreno denominado *Couro da Onça*, habitava uma família de gente pobre, honesta e laboriosa que se dedicava à indústria da pesca. O terreno era cobiçado pelo coronel Macinhô, apelido de Luiz da Costa Ribeiro Fontes, proprietário da usina *S. José*, e por seu genro Olympio Ribeiro, lembrado por sacrificar "as hostes azeredistas" na debandada do *Aricá*.²³⁷

O chefe da família a qual pertencia o terreno, José Marques, recusou uma proposta irrisória pelo terreno, ofertada por Macinhô, que junto com Olympio lhe jurou vingança. Na noite de 19 de março de 1913, José Marques e sua família, foram emboscados por doze homens armados enquanto dormiam. Sendo mortos José Marques e seu filho de mesmo nome e ficando outro filho ferido, vindo a falecer dias depois. Sete dos criminosos foram a julgamento sendo absolvidos mediante o pagamento de cinco contos de reis, "pagos por quem podia", os outros encontravam-se foragidos. O ataque teria sido comandado pelo mesmo Esmeraldo, cunhado de Olympio Ribeiro e filho do Coronel Macinhô, a quem passou a pertencer o terreno *Couro de Onça*, e que era um dos chefes do Azeredismo no Rio abaixo.²³⁸

Cabe aqui um esclarecimento porque a menção a José Marques pode ser confusa. Afinal esse era também o nome do pai do coronel Luiz da Costa Ribeiro Fontes, o Macinhô. Mas obviamente se trata de uma outra família, já que o pai de Luiz da Costa Ribeiro faleceu em 1898.

²³⁵ Correndo o Véio. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 04.03.1917. p.2-3.

²³⁶ Ibid.

²³⁷ Ibid.

²³⁸ Ibid.

No mês seguinte, foi a vez do *Republicano* fazer acusações contra os chefes *perrengues* no Rio-Abaixo. A notícia versa sobre a concessão de um *habeas corpus*, concedido pelo tribunal da relação a uma família de lavradores, residente no sítio denominado "S. João do bebojo", em Santo Antonio do Rio-abaiixo, que se achava em cárcere privado, a muitos meses na usina *Conceição*, cujo proprietário à época era Armindo Paes de Barros, apontado como autor do crime. Em operação ordenada pelo Interventor Federal e requisitada pelo Tribunal da Relação, uma força do 53º Batalhão sob o comando do tenente Alipio se deslocou para a região, levando doze membros da família ao Tribunal, sendo alguns deles ouvidos pelos desembargadores, contando as atrocidades sofridas na usina.²³⁹

Segundo a reportagem, um dos membros da família era uma senhora de mais de oitenta anos cujo aspecto seria desolador. Narra-se que mal podendo falar e balbuciando, com medo, as respostas que dava, a senhora contou que fora trazida da sua cozinha por capangas da usina *Conceição*, que tivera seus bens alguns inutilizados, outros vendidos, restando dos bens da família apenas um velho tacho. Contou ainda que passou fome no tempo em que estava na usina. Também foi ouvido um rapaz de 16 anos, que era explorado na lavoura.

A reportagem informa que o Tribunal concedeu, por unanimidade, a ordem impetrada, tendo os desembargadores mandado fazer cópia dos autos para que, por intermédio do dr. Juiz de Direito daquela comarca, fosse remetida ao Promotor de Justiça, para que este oferecesse denúncia contra o autor ou autores do crime.

A matéria relata ainda que o paciente Raymundo Manoel da Cruz estava preso no "tronco" na hora da chegada àquela usina do transporte *Matto-Grosso*, e fora posto em liberdade por Armindo, que lhe dera ordem para fugir. O Tribunal reiterou ao Interventor, as ordens de que o mesmo fosse apresentado ao mesmo Tribunal com a máxima urgência. Por fim a reportagem critica o delegado de polícia do município, Palmyro Paes de Barros, irmão de Armindo e co-proprietario da usina. Afirma-se que Palmyro não poderia desconhecer os fatos narrados e que era admirável e cínico o fato dele se manter no exercício do cargo de delegado de polícia daquele município.²⁴⁰

Rebatendo as acusações publicadas no *Republicano* a respeito das denúncias envolvendo a usina *Conceição*, *O Matto grosso* publica uma matéria relativizando a importância desses eventos e afirmando que a exploração dos fatos acontecidos tem como objetivo "mesquinho e odiento" ferir Armindo Paes de Barros, chamado de "patricio e

²³⁹ Tribunal da Relação. O REPUBLICANO. Cuiabá. 19.04.1917. p.1.

²⁴⁰ Ibid.

inteligente industrial" e seu irmão, referido como "nosso presado amigo", "moço criterioso e trabalhador, cujo único defeito é pertencer ao partido mattogrossense e ter concorrido com o prestígio e a sua reconhecida energia para pôr a termo a "anarchia", o "banditismo", o saque e o roubo que "os aventureiros de toda casta, ao serviço do azeredismo, haviam implantado nessa opulenta região do Rio abaixo". Afirma-se que Palmyro não tem envolvimento com a direção da Usina, residindo na villa do Santo Antonio do Rio abaixo, onde é "negociante próspero e ativo".²⁴¹

Afirma a matéria, de maneira irônica, que os "taes escravizados da *Conceição* já se acham na celeberrima Usina do *Aricá*, gosando da mais ampla liberdade e passando a champagne e biscouto araruta." Passa então ao contra-ataque, denunciando eventos recentes acontecidos na usina do *Aricá* e a forma com que o jornal adversário os relatara. "Barbaros assassinatos" ocorridos na usina, teriam sido atribuídos a uma luta travada entre dois indivíduos empregados na usina por conta de uma disputa pessoal. O *Matto Grosso* acusava o órgão de adulterar inteiramente a verdade, um duplo assassinato cometido pelo capataz da usina na época, "Ernesto de tal", individuo de péssimos precedentes a serviço de "Sinhosinho", seu actual proprietário. Afirma-se que Ernesto continua escondido na usina, a espera de outra ocasião repetir crimes da mesma natureza por iniciativa própria ou de seus patrões, como tem acontecido.²⁴²

"Sinhosinho" é como o órgão geralmente se referia a Manoel da Silva Fontes, filho de Maria Leopoldina da Silva Fontes e neto de José Marques Fontes. A reportagem indica que a venda da usina a seu filho, que Maria Leopoldina indicou, no ano anterior, ter a intenção de fazer de fato se concluiu. Assim como a *Conceição*, a *Aricá* era mais uma usina a passar pela administração de uma mesma família por três gerações.

Retomando a defesa de seus correligionários, a reportagem declara se resumir o caso ao ódio político para exercer uma torpe vingança, em nome da qual se empreendem "perseguições e barbaridades inenarráveis" para fazer crer o tribunal, se tratar mesmo de cativo ou "revoltante tirania", quando na verdade seriam os correligionários do Sr. Azeredo em Rio abaixo que aplicavam o tronco "a propósito de tudo, como calmante e, às vezes, como estimulante, também". Menciona-se ainda que os adversários movem um "jocosos processo de

²⁴¹ Explosão de odios. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 03.05.1917.p.1-2.

²⁴² Ibid.

responsabilidade" por esse "suposto crime" quando até hoje não foram punidos os responsáveis pelo acontecido no Couro de Onça.²⁴³

Na sequência, a matéria volta a acusar os usineiros aliados do *P.R.C.* Primeiro relatando um caso ocorrido a pouco tempo, um "doloroso espetáculo", presenciado, em um arrabalde próximo da Capital, a fuga de um grupo de trabalhadoras do *Aricá* que apresentavam sinais de tronco e de açoite, sendo tal fato motivo de sindicância procedida pelo Major Valgas, por determinação do General Carlos de Campos. Ocasão na qual foram ouvidas uma a uma. A que menos devia aos seus patrões, tinha um débito de quinhentos mil reis.²⁴⁴

Por fim, o foco da reportagem se volta para a usina da *Ressaca*, na qual relata-se a prática de "violências de todo tamanho", inclusive a de lesar o pessoal na remuneração que lhes é devida pelo seu trabalho. Denuncia-se que o armamento que lá estava "muito bem guardado" foi comprado com o dinheiro do Estado, na época em que o proprietário, Costa Marques, esteve no governo e que agora serviu para armar o pessoal da Usina, que seriam postos à disposição de Maneco Rondon ou do Bem Rondon, a quem também teriam sido destinadas "muitas armas do Estado".²⁴⁵

Um mês depois, o caso julgado no tribunal da relação voltava às páginas d'*O Republicano*, devido à repercussão no *Correio da Manhã*, jornal carioca, que, julgando que Palmyro era aliado de Antônio Azeredo, atacou o senador em suas páginas por conta do episódio. *O Republicano* então reproduz uma matéria publicada pelo *O Paiz*, também da capital federal, intitulada "Cuspindo para o ar". A reportagem narra o caso anteriormente citado e diz tratar-se de fato de um caso de arrepiar que existam "escravos" no coração do Brasil em 1917, mas que o jornal *Correio da manhã* ignorava que tinham sido os amigos do senador Azeredo a denunciar o caso. O autor da matéria afirma que os celestinistas, "que tanta cera gastaram com o ruim defunto" estavam perplexos pelo ataque do seu dileto amigo, que logo daria um jeito de dizer que os Barros eram na verdade vítima dos pretensos escravizados.²⁴⁶

A mencionada reportagem d'*O Correio da Manhã*, que foi citada também na introdução deste trabalho, confirmava em linhas gerais o que tinha sido anteriormente

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ Ibid.

²⁴⁵ Ibid.

²⁴⁶ Sem título. O REPUBLICANO. Cuiabá. 20.05.1917. p.2.

denunciado pelo *O Republicano* na matéria intitulada “Tribunal da Relação”. Diversos cidadãos e mulheres “escravos” da usina *Conceição*, teriam sido libertos na diligencia comandada pelo delegado Palmyro Pimenta. Eles estariam retidos em cárcere, “sem ar, sem luz e sem pão” e um dos homens inclusive teria sido encontrado “atado a um tronco”, suplício ao que era submetido há oito meses. A reportagem relembra também as operações movidas em setembro do ano anterior, das quais foi testemunha o major Valgas Neves, do 34º batalhão, quando as forças caetanistas libertaram na Usina de d. Maria Fontes, numerosas pessoas naquelas condições.²⁴⁷

Em alguns trechos da reportagem demonstra-se como era comum a ocorrência desta prática no estado e nas regiões próximas:

[...]A escravidão é a coisa mais corriqueira nos dominios do sr. Antonio Azeredo. Pelo norte do Estado, na zona de seringal, ella é peor que a do alto Amazonas, que é, positivamente, o cumulo. Nas usinas e engenhos de assucar, á margem do Cuyabá, só não é escravo quem é senhor ou alcaioite dos senhores. [...] Eis como se nos mostra, neste primeiro quartel do seculo XX, um Estado da Republica brasileira politicamente dirigido pelo 2º substituto do chefe da nação, republicano de quatro costados [...] Por que milagres luziu no cerraceiro da Arabia o santelmo daquelle habeas-corpus? É o que admira.[...]²⁴⁸

O assunto reverberou também no norte do país, o *Jornal do Comércio*, publicado no Amazonas, região citada pela reportagem do *Correio da Manhã*, republicou na íntegra a matéria, que já havia sido reproduzida em um telegramma estampado na *Folha do Norte*, de Belém.²⁴⁹ A região Amazonense era também afetada pelo regime de escravidão por dívidas, posto em prática principalmente nos seringais.

Três meses depois da denúncia trazida pelo *Republicano* a respeito do suposto cárcere privado de uma família inteira na usina da *Conceição* à mando de Palmyro, *O Matto Grosso*, noticia a chegada do mesmo a Cuiabá apresentando-o como “uma das prestigiosas influências políticas do nosso partido no município de Santo Antonio do Rio Abaixo, onde tem sido um inflexível elemento de ordem e de resistência contra a situação anarchica que ali pretendem implantar os nossos adversários”.²⁵⁰

²⁴⁷ Sem título. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro. 20.05.1917.p.1.

²⁴⁸ Ibid.

²⁴⁹ Coluna “jornal dos jornais”. JORNAL DO COMMERCIO. Manaus. 07.05.1917.p.2.

²⁵⁰ Sem título. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 12.07.1917. p.3.

No ano seguinte aproximava-se o fim da intervenção federal e as atenções estavam voltadas para a realização do novo pleito para presidente do estado. A atuação de Palmyro como delegado de polícia em Santo Antonio, no entanto, continuava em pauta.

O *Republicano* afirma que, durante o governo de Caetano, Pedro Celestino organizou uma verdadeira “máquina política”, nomeando célebres criminosos para o exercício dos cargos policiais com o objetivo de enfraquecer o *P.R.C.*. Movimento que teria perdido força diante da ação “imparcial e digna” do Interventor Federal e de seus auxiliares. O banditismo na zona sul estado, capitaneado pelo “celestinismo caetanizado”, teria sido controlado, imperando então a normalidade e as garantias, podendo os membros do *P.R.C.* voltar aos seus lares e ao convívio familiar.²⁵¹

Quando já se tranquilizavam os elementos *perrecistas*, surgiram “notícias alarmantes” de ocorrências em Santo Antonio do Rio Abaixo. Segundo a matéria, tratava-se de uma tentativa de Pedro Celestino para impedir a consolidação da supremacia do eleitorado conservador. Diante da anunciada visita de Henrique Paes à região, para alistar seus amigos no pleito e da suposta “forte influência” que exerceria no município. A matéria confirma a afirmação d’*O Matto Grosso* de que os *celestinistas* haviam alistado naquele município cerca de quinhentas pessoas, enquanto os conservadores não haviam alistado um eleitor sequer. O *Republicano* atribui o fato ao terror e ao medo instaurado nos moradores da região pelos irmãos Armindo e Palmyro Paes de Barros, somados aos antecedentes presentes na memória da população em relação à *Conceição* e ao aparato bélico ainda presente na usina.²⁵²

Na matéria afirma-se que os irmãos prometeram a Pedro Celestino que Henrique Paes não mais pisaria na vila. Para honrar a promessa, Palmyro teria solicitado por ofício ao chefe de polícia a remessa urgente de um destacamento policial para Santo Antonio, que ficasse à sua disposição, e a autorização para contratar civis e armá-los para a defesa da vila da presença de seu tio. A solicitação não foi atendida pelo chefe de polícia, Carneiro Lobato, que aguardou o desenrolar dos fatos. Após ter-se verificado que Palmyro reunia grande número de capangas e de ter o coronel Henrique comunicado a situação ao Interventor, o chefe de polícia deslocou-se para a região, acompanhado do 1º tenente da força pública estadual Severiano de Queiroz, o que provocou a debandada dos capangas de Palmyro. Diante da situação na vila, no dia seguinte teria sido determinado o afastamento de Palmyro Paes de Barros, assumindo as funções de delegado especial o 1º tenente Queiroz para garantir a liberdade de alistamento.

²⁵¹ O caso do Rio-abaixo - A ação do Chefe de Policia. REPUBLICANO. Cuiabá. 28.06.1917. p.2-3.

²⁵² Ibid.

Após a substituição, teria voltado a imperar a normalidade em Santo Antonio, começando a se inscrever no alistamento os amigos do coronel Henrique e reaparecendo os correligionários do *P.R.C.*, que antes estariam foragidos.²⁵³

Dois meses depois, *O Republicano* afirmava que, mesmo afastado do cargo, Palmyro continuava a exercer pressão sobre os eleitores de Rio-abaixo por meio da violência. São narrados três episódios: o espancamento de três cidadãos que estiveram na iminência de serem fuzilados; o espancamento de um homem com golpes de facão e revólver, praticado por um dos capangas de Palmyro após ter se ausentado da vila o delegado especial do município; o assassinato de Antonio Manoel, um jovem eleitor do *P.R.C.*, praticado por Jacintho Pinto Tapajoz, "um bandidaço covarde" que exercia o posto de "lugar tenente" de Palmyro. Após este praticar este último crime Jacintho Tapajoz teria fugido para a usina São Miguel, propriedade de Eduardo Soares de Carvalho, sogro de Palmyro, onde teria se escondido, não tendo as autoridades tomado nenhuma providência. Cobrando providências das autoridades, os redatores afirmam, em sentido contrário do que haviam afirmado na reportagem anterior, que nem durante o governo "Caetano-Celestino" a situação foi tão grave naquele município, nem houve mais crimes.²⁵⁴

No fim de setembro do mesmo ano, *O Republicano* denuncia a tentativa dos irmãos Paes de Barros de estabelecer domínio absoluto em Santo Antonio do Rio abaixo, tentando restituir Palmyro ao cargo de delegado de polícia e retirar o destacamento policial ou escolhe-lo a dedo "para perseguir eleitores e encampar os crimes que constantemente ali se verificam".²⁵⁵

Nessa mesma reportagem, o jornal *O Matto Grosso* é acusado de fazer campanha contra o tenente Machado, que fora nomeado para o cargo de delegado especial e que teria sempre agido com isenção. O sargento Raymundo Almeida também teria sido alvo dos ataques sendo-lhe imputada a autoria de fatos que ele não praticou. A matéria termina com a afirmação de que "cedendo à vontade de Palmyro e Armindo, ou deixando que elles façam aquillo que o banditismo aconselha, qualquer delegado de Santo Antonio do Rio Abaixo será endeusado pelo jornal do sr. Celestino. No caso contrário, todos os ataques lhe serão feitos."²⁵⁶

²⁵³ Ibid.

²⁵⁴ Em Santo Antonio do Rio Abaixo. O REPUBLICANO. Cuyabá. 02.08.1917. p.1.

²⁵⁵ Sem título. O REPUBLICANO. Cuyabá. 20.09.1917. p.3

²⁵⁶ Ibid.

Pela ocasião da distribuição de um boletim dando conta do alistamento eleitoral do Estado feita pelo diretório do *P.R.M.G.* de Santo Antonio do Rio-abaiixo e antecipando a "estrondosa vitória" no pleito que se aproximava, o *Republicano* aponta a hipocrisia de um manifesto que se segue ao resultado do alistamento. O boletim informava a inscrição de 4495 *perrengues* e de apenas 2175 *conservadores*, em seguida comentava-se: "... A nossa victoria será estrondosa e depois deste pleito o nosso Estado, pelo valor e patriotismo de seus filhos, ficará libertado da audácia e do despotismo dos prepotentes conhecidos, entrando a nossa querida terra num largo período de ordem e de progresso, com o respeito da propriedade pública e privada." Entre outros assinavam o boletim Palmyro e Armindo Paes de Barros. O *Republicano* ironiza a citação ao respeito à propriedade, lembrando que a vizinhança da usina *Conceição* ficou sem gado e que os irmãos Paes comandavam dezenas de homens armados que se apropriavam do que porventura fosse encontrado, levando para dentro dos aramados da usina. Os donos que ousassem reclamar sofriam "os maiores castigos que se possa avaliar". Ironiza também o fato de não mencionarem a propriedade pública das armas do Estado, guardadas na usina. Chamados de "senhores feudais, sem freio algum e sem coração", os irmãos são acusados de estabelecer o terror na região espancando e matando. São relembrados alguns fatos recentes passados na usina, como o caso citado das 10 pessoas mantidas em cárcere privado, "sob o guante de Armindo", dentre as quais contavam-se "até octogenarias e creancinhas de peito". O caso dos três indivíduos que por pouco não foram fuzilados e o da falsificação da escritura de um terreno no qual residiam 16 pessoas que foram encarceradas na *Conceição*.²⁵⁷

Em 14 de outubro de 1917 *O Matto Grosso* noticia a celebração de um acordo político, realizado no dia 11 do mesmo mês. O acordo que ficou conhecido como "convênio de outubro" foi celebrado entre o *P.R.M.G.* e o *P.R.C.*, representados, no Rio de Janeiro pelo deputado João Carlos Pereira Leite e pelo senador Antônio Azeredo, com a mediação do governo Federal, na figura do presidente da República, Wenceslau Bráz, e do Interventor Federal em Mato Grosso, Camilo Soares. Por meio dele os dois partidos aceitaram a indicação feita pelo presidente da República de dois candidatos "neutros" para concorrer à presidência e vice-presidência do estado para o próximo quadriênio e nos quais ambos os partidos deveriam votar. A chapa seria composta da seguinte forma: para presidente, D. Aquino Corrêa, para 1º vice, Antonino Ferrari, 2º vicem Antonio Nunes Bueno do Prado e para 3º vice, tenente Francisco Paes de Oliveira; nas eleições seguintes para a renovação da assembleia legislativa,

²⁵⁷ Sem título. O Republicano. Cuiabá. 23.09.1917. p.2.

cada partido votaria em 14 nomes, sendo 10 de sua própria escolha e quatro indicados por D. Aquino; nas eleições para renovação da câmara dos deputados federais a realizarem-se para o triênio seguinte, ambos os partidos comprometeram-se a votar apenas em dois candidatos; a vaga de senador na eleição seguinte, para a renovação do terço do senado federal caberia ao *Partido Republicano Mato-Grossense*, não a pleiteando o *Partido Republicano Conservador*; e, ambos os partidos comprometeram-se a desinteressarem-se pelo reconhecimento dos candidatos avulsos que por ventura aparecessem para qualquer dos cargos acima mencionados.²⁵⁸ O acordo seria mais um passo na direção da pacificação do estado, pelo menos no plano institucional.

²⁵⁸ O Accôrdo. O Matto Grosso. Cuiabá. 14.10.1917.p.1.

4. O CONGRAÇAMENTO DA FAMÍLIA MATOGROSSENSE

Após esse conturbado período que precedeu e que sucedeu a Intervenção Federal, no fim do ano de 1917 realizaram-se as eleições para o governo do estado, vencidas por D. Francisco de Aquino Correa, que inicia seu governo de conciliação em 22 de janeiro de 1918.

Durante o quadriênio do governo de D. Aquino, as disputas políticas entre o *P.R.C* e o *P.R.M.G.* arrefecem. Esse progressivo arrefecimento das tensões político-institucionais no estado teve como resultado o partido da *fusão* que reuniu em um mesmo partido os membros do *P.R.C.* e do *P.R.M.G.* em fevereiro de 1921 e que foi apresentado como um grande “congraçamento da família matto-grossense”. Essa aproximação continuou no período seguinte com a criação do *Partido Republicano de Mato Grosso*, também unindo antigos membros das duas facções rivais e que se tornou o partido hegemônico no estado.

Esta tendência levou à diminuição dos enfrentamentos armados, em especial no norte do estado. As trocas de acusações entre líderes políticos dos partidos em disputa que até aqui forneceram material para analisar a situação dos trabalhadores nas usinas diminuem consideravelmente em volume, sendo por isso necessário alterar o foco e buscar outras fontes que não os órgãos oficiais do partido. Nesse sentido foram importantes os relatos encontrados no periódico católico *A Cruz* e outros de cunho mais popular/progressista que surgiam no período.

Se no campo político-institucional houve uma tendência de pacificação e de diminuição da violência, as condições de trabalho nas usinas permaneciam as mesmas. Em março de 1918 é travado um diálogo esclarecedor a esse respeito entre os periódicos *A Cruz* e *O Matto Grosso*.

Com o título bem explícito e direto de "A escravidão em Matto Grosso", o jornal *A Cruz* reproduziu um documento apresentado por Eduardo Capistrano da Rosa alegadamente vítima de uma transação ilícita, a transferência do contrato que tinha com Francisco Lucas de Barros para Eduardo de Carvalho, dono da usina *São Miguel*. No documento apresentado, Eduardo de Carvalho comunica a Eduardo Capistrano que Lucas de Barros transferiu a ele o contrato anteriormente firmado pelas outras duas partes e afirmava que ele estava em falta com a 1ª cláusula do contrato, pela qual ele deveria ter saldado metade do débito total. Por ocasião dessa falta, o remetente “convida” o destinatário a comparecer na usina para acertar alguma coisa a respeito.²⁵⁹

²⁵⁹ A Escravidão em Matto Grosso. A CRUZ. Cuiabá. 17.03.1918. p.3.

Em seguida Eduardo de Carvalho afirma que estava fazendo contrato "com diversos amigos" para o plantio de cana, pela qual pagaria 10\$000 o carro de 100 arrobas cortadas. O que é apresentado como "um excelente negócio para quem quer ganhar dinheiro" e que, caso queira, poderá aproveitar a "oportunidade". Termina a carta dizendo que como camarada não o quer, porque a dívida é muito grande e nunca poderá ser paga, e que espera que o destinatário não se negue a "dar uma chegada" ao local.

A reportagem d'*A Cruz* afirma que a transferência é nada mais que uma venda, comparável à troca do "braço escravo" por uma quantidade de açúcar ou aguardente; o convite não é mais do que uma ameaça ou uma armadilha e que, caso atendido o chamado, o trabalhador ficaria lá, aprisionado e escravo, em consequência da dívida tão grande que nunca poderia ser paga. Termina por perguntar: "Que fortuna poderá fazer o pobre Eduardo Capistrano da Roza vendendo 100 ar. de canna a 10\$000? Quando desaparecerá a mancha negra da escravidão?". Cobrando em seguida medidas por parte das autoridades competentes contra esse tipo de abuso.²⁶⁰

Os ataques a Eduardo de Carvalho motivaram uma resposta do jornal *O Matto Grosso*. Vale lembrar que seu genro, Palmyro Paes de Barros, era uma importante liderança do P.R.M.G em Rio Abaixo, partido do qual o jornal era órgão oficial e que tinha como seu diretor político João Celestino, a quem Palmyro venderia a usina *Conceição* pouco tempo depois.

Em reportagem intitulada "Camaradas e patrões" o redator d'*O Matto Grosso* afirma que foi injusta a matéria d'*A Cruz* com o "distinto amigo" Major Eduardo Soares de Carvalho. Que não viam nada demais no fato de ter ele "muito delicadamente" comunicado a Eduardo Capistrano da Rosa ter Francisco Lucas de Barros lhe transferido o contrato de locação que vigorava entre os dois últimos. Afirma também ter sido ele "leal e sincero" ao declarar não desejar Rosa para seu camarada, devido a sua avultada conta e quando lhe apontara a espécie de serviço em que poderia se empregar e o preço que podia pagar um carro de cana. O redator continua a matéria afirmando serem as propostas passíveis ou não do aceite do devedor, feitas antes de ter à mão o responsável pela dívida, e que não apoia as arbitrariedades praticadas por patrões pouco escrupulosos contra camaradas indefesos, o que seria absurdo e injusto, mas que considerava igualmente injusto tratar como opressores dos seus camaradas os

²⁶⁰ Ibid.

agricultores, criadores e extratores que contribuía com a maior parte das rendas do Estado, sendo também necessário considerar os interesses destes.²⁶¹

A reportagem passa então a discutir as dificuldades dos industriais, lavradores e criadores em conseguir trabalhadores em número suficiente para os seus estabelecimentos o que é atribuído a grande extensão territorial do estado, a pouca densidade de sua população e a grande “facilidade de vida” que facilitariam a “vagabundagem”. Sobre os camaradas, afirma-se que mesmo antes de seguirem para as propriedades já se tornam devedores, seja por necessitarem de fundos para cobrir o custo com viagens, “que não podem ser fornecidos gratuitamente”, ou por necessitarem deixar para seus parentes recursos pecuniários para vestuários e alimentação durante o tempo de ausência. Considerando “natural” os empregados, que só podem pagar os seus débitos com os serviços para os quais foram contratados, sejam compelidos ao cumprimento da sua promessa. Cabendo as autoridades a fiscalização das contas cobradas pelos patrões e dos preços de artigos fornecidos aos empregados.²⁶²

Em seguida a matéria sugere como solução que os preços desses artigos constassem em pautas previamente organizadas, que considerassem os custos com transporte os lugares nos quais são fornecidos os artigos e as oscilações dos custos nas diversas épocas do ano. O redator sugere que a Associação Comercial, que reúne seringueiros, fazendeiros, agricultores, proprietários de usinas, entre outros poderia se encarregar desta tarefa reajustando as pautas ano a ano e sendo supervisionada pela polícia.

Acompanhadas a essa medida, que na visão do redator protegeria o trabalhador, sugere-se que outras deveriam proteger os patrões, obrigando os trabalhadores ao cumprimento do compromisso assumido na contratação. Caso contrário, se verificaria em pouco tempo despovoamento dos estabelecimentos industriais, o crescimento da “vagabundagem impune de centenas de indivíduos”, quase todos “afeitos aos crimes” e aos vícios, “inimigos de trabalho”, “crivados de dívidas contraídas”, indo muitos deles procurar a vida militar, na milícia do Estado ou em outro corpo do exército, já intencionados a não cumprir o compromisso adquirido.²⁶³

Ao analisar a situação dos *camaradas* em períodos anteriores vimos como a construção de um discurso que marginalizava os trabalhadores retratando-os como violentos,

²⁶¹Patrões e camaradas. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 21.03.1918. p.2.

²⁶² Ibid.

²⁶³ Ibid.

vagabundos, perigosos, contribuiu para legitimar a repressão à vadiagem que desde os primeiros tempos foi instrumentalizada pelos usineiros para obter trabalhadores à baixo custo ou sem nenhum custo. Nesta fase a estratégia continua sendo utilizada mas aparece também uma outra, a sugestão que os próprios industriais, agricultores, criadores e extratores, que como vimos em reportagens anteriores eram acusados de “escravizar” trabalhadores por meio também da justificativa da dívida, estabelecessem os preços dos gêneros por meio de uma associação comercial que reunia todos esses produtores, cabendo a fiscalização do cumprimento desses preço à polícia, que como vimos era muitas vezes exercida diretamente pelos usineiros, e em outras controlada indiretamente ou pelo menos influenciada pelos mesmos. Se fosse levada a cabo, tal iniciativa acabaria por “legalizar” o regime de trabalho praticado.

Em junho *O Matto Grosso* relata um caso recente, "repugnante e violento", acontecido em Rio Abaixo, com o declarado objetivo de alertar o público e os leitores sobre o modo como os chefes do partido conservador “manifestavam seu respeito aos direitos individuais e às determinações dos representantes da justiça”.²⁶⁴

Segundo o relato, o Dr. Floriano de Lemos foi chamado para tratar do filho do Tenente Coronel Manoel da Silva Fontes, já desacreditado por outros médicos, e que se encontrava a mais de um mês em tratamento na casa de D. Maria Leopoldina da Silva Fontes, a avó do menino. Após viagem ao Rio de Janeiro, Floriano teria dirigido a D. Maria uma missiva dando conta de seus honorários, no valor de 2:000\$000. Maria Fontes teria respondido afirmando que o valor era justo, mas que deveria ser pago pelo seu filho, Manoel Fontes, que iria à capital na semana seguinte. O dr. Floriano ficou de outubro a janeiro sem nada receber. Ao retornar para Santo Antonio, teria recebido de João Frederico de Mattos, genro de D. Maria, apenas a metade do valor, devendo o restante ser pago logo que Manoel Fontes regressasse a Aricá.

Depois de outras cartas e empenhos amigáveis não resultarem no pagamento, Floriano apelou à justiça, iniciando uma ação sumaria no foro da comarca de S. Antonio, onde residia Manoel da Silva Fontes. O Dr. Floriano foi então chamado à usina *Itaicy* pelo Tenente Coronel Francisco Pinto de Oliveira, para tratar de diversos enfermos em sua usina. Em seu regresso foi a bordo de uma canoa até a usina *Aricá*, onde lhe esperavam os animais e duas pessoas que o acompanhariam para seguir a viagem por via terrestre. Ao desembarcar, um sujeito teria lhe solicitado que o acompanhasse a uma casa próxima. Floriano teria aceitado

²⁶⁴ Banditismo em acção. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 09.06.1918. p.2-3.

pensando tratar-se de algum caso clínico. Relata-se que dentro da casa o esperavam 3 ou 4 “sicários armados” de Manoel da Silva Fontes. Em cima da mesa havia, com pena e tinta, uma folha de papel impresso em máquina de escrever com um pedaço de papel tapando parte dela, impedindo que se visualizasse seu conteúdo. Sob ameaça, teriam lhe obrigado a assinar a folha.

Francisco Pinto de Oliveira, à época deputado estadual, é apontado como responsável por ter chamado Francisco à usina *Itaicy*. Provavelmente trata-se da usina *Itaicy de Cima*, de sua propriedade (a *Itaicy* pertencia a Amarílio Alves de Almeida). Manoel da Silva Fontes também havia sido deputado antes da *caetanada*. Enquanto utilizavam a dívida para submeter os trabalhadores, os usineiros apagavam as suas por meio da falsificação de documentos obtidos à mão armada. Expediente que também foi utilizado em outros períodos, a exemplo do relato de João Paes de Barros após ter sua usina invadida.

No ano de 1919, na contramão da tendência de pacificação do estado após a intervenção federal um acontecimento marcante teve lugar: o assassinato do Coronel Armindo Paes por seu irmão, Henrique Paes de Barros Sobrinho ocorrido no dia 15 de fevereiro. Recém-chegado a Campo Grande, o deputado estadual e ex-intendente de Santo Antonio, Armindo Paes, jantava no Hotel Royal, quando Henrique Paes Sobrinho adentrou e após dirigir-lhe algumas palavras saca o revólver, desfechando cinco tiros certos, que o mataram imediatamente. Após os fatos Henrique Paes Sobrinho fugiu para o Paraguai. O crime causou grande comoção entre os partidários do P.R.M.G., o Intendente Municipal decretou luto oficial por três dias²⁶⁵

As reportagens consultadas não deixam claro o que motivou o assassinato. Como vimos anteriormente os irmãos Palmyro e Armindo pertenciam ao *P.R.M.G.* e Henrique Paes pertencia ao *P.R.C.* Além disso os dois primeiros pareciam ter algum tipo de rivalidade pessoal com o terceiro. Henrique e Armindo se alternaram na administração da usina *Conceição* após a morte do pai, João Paes de Barros. Armindo é retratado como estudioso, tendo frequentado a escola politécnica de S. Paulo e a escola agrícola de Piracicaba, viajou pela Europa e se estabeleceu na Itália por um ano antes de voltar para Rio Abaixo para tomar conta da propriedade paterna que na época de sua administração era uma das primeiras do estado.²⁶⁶ Henrique era retratado como o irmão mais violento e destemperado. Como vimos anteriormente, Henrique expulsou os dois outros irmãos da *Conceição* e a administrou por

²⁶⁵ Coronel Armindo Paes. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 23.02.1919. p.1-2.; As Tristes Ocorrências de Palmeiras. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 05.09.1920. p.1-2.

²⁶⁶ De Uberaba a Cuyabá. O DEBATE. Cuiabá. 18.01.1913. p.2.

certo tempo, sendo depois obrigado a se exilar por conta do ataque ao chefe de polícia. Depois de retomar o controle da administração da usina, Armindo foi eleito deputado estadual e intendente de Santo Antônio.²⁶⁷ Palmyro, que na época do assassinato era delegado de polícia em Rio Abaixo, também desempenharia os cargos de deputado estadual e de intendente mais tarde.²⁶⁸

Este desfecho trágico e criminoso que culminou em um ato fratricida em meio a um período de arrefecimento das tensões políticas no Estado representa bem o que foi a política no tempo em que rivalizavam o *P.R.C.* e o *P.R.M.G.* E coincidentemente ou não marca a transição para um período de conciliação ainda maior entre os proeminentes usineiros e entre os políticos notáveis do estado de um modo geral.

No ano de 1920, alguns fatos já demonstravam um desgaste dos tradicionais partidos, entre eles pode-se destacar a reformulação do diretório conservador, com a saída de seu principal nome, Henrique Paes de Barros, e a cisão entre o *P.R.M.G.* e o jornal *O Matto Grosso*, que deixou de ser o órgão oficial do partido.²⁶⁹ Ambos os lados alardeavam tais fatos como provas da decadência do partido adversário.

No dia 23 de fevereiro de 1921, o jornal *Correio do Estado*, que passara a ser o novo órgão oficial do *P.R.M.G.*, comunicou a fusão dos dois maiores partidos de Mato Grosso durante o período, o *P.R.C.* e o *P.R.M.G.*, após acordo dos senadores Pedro Celestino e Antônio Azeredo. Pedro Celestino foi escolhido o candidato a presidente na eleição estadual, tendo Antonio Manoel Moreira como 1º vice e Pylade Rebuá como 3º vice. Na esfera legislativa, José Murtinho seria candidato a reeleição para o senado. Anníbal de Toledo, Severiano Marques e Pereira Leite também seriam candidatos à reeleição, mas para a Câmara dos deputados, acompanhados por João Celestino que tentaria o primeiro mandato. Informa-se por fim que as direções dos partidos se reuniram em Cuiabá para a organização do diretório central e dos municípios do novo partido, ainda sem nome, o acordo é apresentado como um grande “congraçamento da família matto-grossense”.²⁷⁰

Os candidatos supracitados, foram todos eleitos. Tendo João Celestino obtido o maior número de votos. Apadrinhado por seu primo, Pedro Celestino, João Celestino tinha acabado de adquirir, em sociedade com o deputado estadual Josino Viegas a usina *Conceição*,

²⁶⁷ Notícias de S. Antonio. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 13.01.1918. p.2.;

²⁶⁸ Uma visita a Santo Antonio do Rio Abaixo. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 13.05.1925. p.3-4.

²⁶⁹ O Matto Grosso. O MATTO-GROSSO. Cuiabá. 31.10.1920. P.1.; S. Antonio do Rio Abaixo. O REPUBLICANO. Cuyabá. 22.08.1920. p.2.

²⁷⁰ Coluna “Telegrammas”. O CORREIO DO ESTADO. Cuiabá. 23.01.1921. p.1.

comprada de Palmyro após a morte de Armindo.²⁷¹ Ele seria eleito sucessivamente para este cargo, ocupando-o até o ano de 1930. No ano seguinte seria preso na operação movida pelo interventor Mená Gonçalves.

Além de eleger todos os seus candidatos, o partido da fusão reunia então a esmagadora maioria dos políticos de maior renome no estado. A única resistência a esse processo consistiu na formação da dissidência conservadora, encabeçada pelo ex-presidente Costa Marques. Na visão dos fusionistas, os dissidentes se utilizavam do pretexto da fidelidade ao programa do P.R.C para não aderir à fusão, camuflando seus interesses eleitorais. Em especial Costa Marques, que pretendia concorrer ao senado e Villasboas, à Camara Federal.²⁷²

A fusão reuniu antigos desafetos que antes trocavam acusações públicas de alta gravidade, que muitas vezes iam as vias de fato e provocando grandes tragédias e o caos social. Entre esses antigos desafetos, agora reconciliados, estão a maior parte dos usineiros citados até agora. Os combates armados, bem como as denúncias trocadas nos órgãos oficiais, que informavam sobre a condição dos camaradas empregados nas usinas por usineiros dos dois lados do espectro político, arrefeceram. Como vimos anteriormente, as denúncias de uns contra os outros em grande parte das vezes servia como forma de desviar o foco de suas próprias ações, ou se seus correligionários, para projetá-lo sobre seus adversários.

Embora não se tenha acesso, por meio da base de dados consultada, a hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, às edições do *Republicano*, órgão que dava eco aos dissidentes do P.R.C., que se negaram a participar da fusão, é razoável supor um arrefecimento de discussões e acusações desse tipo ao examinar o órgão oficial do partido rival, uma vez que no período anterior era comum que ataques e acusações dessa natureza gerassem desmentidos e novas acusações contra o grupo litigante.

Nesse período as acusações entre os fusionistas e os dissidentes giravam em torno das motivações políticas para aderir ou para repelir a fusão. Com ambos os grupos levantando contra seus adversários motivações eleitoreiras para suas decisões. O fato é que a fusão foi um sucesso eleitoral, angariando cada vez mais membros. Nesse período a maioria dos coronéis usineiros aderiu ao grupo, alcançando cargos políticos de relevância. Os confrontos armados se tornaram cada vez mais raros, destacando-se um episódio da invasão da cidade de Cáceres por dissidentes no ano de 1923. A situação dos trabalhadores ficou em segundo plano, embora

²⁷¹ Sem título. O MATTO GROSSO. Cuiabá. 01.04.1920. p.3.

²⁷² Eleições Federaes. O CORREIO DO ESTADO. Cuiabá. 03.03.1921. P.2; As causas da dissidencia. O CORREIO DO ESTADO. Cuiabá. 13.03.1921. p.3.

seja possível verificar por meio da consulta de periódicos locais de menor circulação e com menor disponibilidade, que a suas condições continuavam praticamente as mesmas.

Enquanto no campo político-partidário verificou-se um arrefecimento das tensões partidárias após 1917, Lucia Helena Gaeto Aleixo identifica justamente a partir deste ano que, acompanhando o crescimento dos movimentos operários no Brasil e no mundo e das agitações por eles promovidas, surgem diversas associações, grêmios e sindicatos profissionais no estado. Também registra a ocorrência de movimentos grevistas, como os ocorridos na estrada de ferro madeira-mamoré e em Corumbá. Nesta localidade, formaram-se diversas sociedades ligadas, em especial às atividades portuárias e a navegação fluvial. Os trabalhadores portuários formaram diversos sindicatos, o que atemorizava os administradores dos portos e as autoridades estaduais, pela capacidade do setor de interromper a atividade comercial e impedir o deslocamento populacional, tendo em vista que nesta época o transporte de cargas e de pessoas era feito majoritariamente por via fluvial. Denunciava-se à época a influência negativa dos portuários argentinos e paraguaios sobre os operários Mato-grossenses. A autoridade policial, em nome da garantia da tranquilidade pública, repelia com seriedade esses movimentos, por meio de detenções e interrogatórios. A paralisação ao trabalho era considerada uma atitude criminosa, e os responsáveis eram enquadrados criminalmente. Além dos prejuízos causados aos proprietários das companhias, a recusa ao trabalho era considerada uma atitude perigosa pela possível influencia a outros setores.²⁷³

Nesse contexto também surgiram, em meados dos anos 1920, jornais de cunho mais popular e que visavam fomentar a consciência de classe entre os trabalhadores mato-grossenses e a organização de associações e sindicatos. Entre eles podem-se citar *A Luz*, *O Fifó*, *A Capital*, *A Semana* e *A Plebe*. Entre os redatores destes jornais estavam Feliciano Galdino de Barros e Agrícola Paes de Barros, cuja atuação é importante para a análise que pretendemos fazer. Os dois apesar dos sobrenomes não tinham ligações familiares próximas dos demais Paes de Barros. Eles organizaram e integraram movimentos de trabalhadores, tentaram organizar um movimento revolucionário em Cuiabá por ocasião das agitações propiciadas pelo movimento tenentista e estavam também entre os fundadores do Partido Trabalhista de Mato Grosso, surgido em 1926. Por meio de suas reportagens denunciavam, constantemente, violências praticadas contra os trabalhadores das usinas. Esses jornais tinham em sua maioria tiragens curtas, que podem estar ligadas às perseguições que sofriam por conta

²⁷³ ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso, 1888-1930. p.262-270.

destas denúncias. O que pode se inferir a partir da leitura de um destes jornais, *O Fifó*, continuador d'*A Luz*. Em sua primeira matéria publicam-se as seguintes linhas:

Prenderam-te, suffocaram-te, “Luz”, irmã querida, irmã valente e destimida, Offuscaram-te, porque brilhavas muito cegando os impatriotas, os inconscientes, os inconcidentes, os venaes. Não podes sair da tua prisão, porque és franca e a franqueza descontenta esses politicoides venaeos, esses responsaveis pela decadencia desta pobre Cuiabá.

A lei da imprensa, o estado de sitio, sublimes leis da nossa pobre Republica. Leis para os políticos professionalistas e impatriotas.

Sim, impatriotas, porque os patriotas não fazem actos que mereçam a censura violenta da imprensa.

Os patriotas abandonam, entregam para os mais competentes, os cargos que estão exercendo contra a vontade do povo.

“A Luz,” não pode sahir porque a censura não consente.

Para Paiz assim, em que se não tem liberdade, não é necessaria muita luz, basta a claridade do fifó, que é o suficiente para gente pouco culta, gente de caráter, patriotismo, justiça, diminuidos. Fifó, entre os sertanejos do Norte do Paiz, é o nosso candieiro de azeite de peixe. “A Luz” fica para melhor época, fica para após a victoria, da legalidade, contra os impatriotas que querem á viva força governar; para agora, basta “O Fifó”

Si “O Fifó” tiver o castigo da “A Luz”, ir para o tronco de cabeça, braços e pernas, como camarada de certas uzinas do Rio Abaixo, virão outros irmãos da “A Luz” do “O Fifó”, protestar pelos presos.²⁷⁴

Vários anos depois, em artigo publicado n' *A Plebe* em 7 de dezembro de 1930, Agrícola Paes de Barros esclarece o contexto de publicação deste enigmático texto que se refere ao estado de sítio e à censura da imprensa. Detalha o plano do movimento revolucionário de 1924, arquitetado junto com Feliciano Galdino de Barros. O Centro Operário de Cuiabá em ação conjunta com membros da polícia, do exército e do povo acordaram em deflagrar um movimento revolucionário em novembro de 1924. O movimento visava atacar a cadeia pública, onde libertariam presos e em seguida o 16º Batalhão de Caçadores onde prenderiam diversas autoridades, dentre as quais o presidente do estado, o chefe de polícia e o delegado de polícia. Depois recrutariam populares com o objetivo de unir a força revolucionária mato-grossense com a dos estados de São Paulo comandadas pelo general Izidoro Dias Lopes e com as do Rio Grande do Sul, comandadas pelo General Luiz Carlos Prestes. Em consequência de uma traição por parte de três membros que participariam da revolta, o movimento não saiu do papel, sendo presos diversos membros do movimento horas antes do início do mesmo, dentre os quais estavam Agrícola e Feliciano Galdino.²⁷⁵

²⁷⁴ O Fifó - abafa-se a voz mas nunca o pensamento. O FIFÓ. Cuiabá. 26.12.1924.p.1.

²⁷⁵ SILVA. Cristina Dos Santos. Mãos negras em solo hostil: a luta do trabalhador negro representada pelos escritos de Feliciano Galdino de Barros nos jornais de Cuiabá na Primeira República.2020. p.154-157.

Antes mesmo de publicar nesses jornais de cunho mais popular, Feliciano Galdino já publicava artigos nos quais denunciava a exploração dos trabalhadores pelos usineiros em jornais tradicionais como *O Republicano* e *A Cruz*.

Já às vésperas da mencionada política de pacificação, em 28 de outubro de 1920, *O Republicano* reproduziu um artigo assinado por Feliciano Galdino, no qual denuncia a "carreira de crimes", do "impenitente escravizador do Rio Abaixo" Palmyro Paes de Barros, que segundo ele era protagonista de cenas "vandálicas" do mais requintado banditismo, sendo protagonistas de "assassinatos covardes", "extorsões de toda sorte" e prisões de famílias inteiras que conduzia para a usina, afim de escraviza-las.²⁷⁶

Uma dessas cenas teria ocorrido cerca de um mês antes, ocasião na qual Luiz França dos Reis, residente em Jatobá, apresentou queixa contra o capanga de Palmyro, Manoel Rodrigues, por colocar gado para pastar em seu campo, lhe estragando a roça. A autoridade local não tomou nenhuma providência, e por isso, Luiz França teria sido obrigado a matar uma vaca que adentrou sua cerca. Nessa ocasião Palmyro teria mandado chamar o subdelegado de Jatobá, José Manoel, e lhe ordenado que saísse pelos campos vizinhos àquela povoação e contando todos os ossos de gado por lá existentes e o intimasse a pagar tantas cabeças de gado quantos os ossos, ou seguisse para a usina da *Conceição*. Vendo sua liberdade ameaçada, Luiz França teria se refugiado em Cuiabá. Em outra ocasião, cerca de quinze dias antes, capangas da usina *Conceição* teriam penetrado no lugar denominado Santa Barbara, onde retiraram do seio de uma família ali residente um filho de 12 anos e o conduziram para a escravidão. No dia 3 daquele mês, passando por outra localidade, denominada Pissarrão, Palmyro Paes e seus capangas, teriam prendido e levado para escravidão uma família honrada e laboriosa.

Por ocasião do último pleito eleitoral Palmyro teria distribuído a cada cidadão, um lenço de seda, trôcinhos de pomada ou vidrinhos de cheiro, espelinhos de algibeiras e quejandos. Passados alguns dias, começou a mandar intima-los a pagar contas enormes de cem, duzentos, e trezentos mil réis, por essas bugigangas com que os agradou, sob ameaça de fazê-los trabalhar na Usina da *Conceição*. Numa dessas excursões eleitorais passando por uma pobre habitação onde havia falecido uma criança momentos antes, teria se disposto a fornecer o caixãozinho, no valor de quarenta mil réis por conta própria conta. Passadas as eleições, teria mandado intimar o infeliz incauto a pagar trezentos mil réis, dentro de cinco dias, por aquela pequena despesa funerária ou a seguir para a usina *Conceição*. O que teria obrigado o

²⁷⁶ Em Rio Abaixo.REPUBLICANO. Cuiabá. 28.10.1920. p.2-3.

homem a valer-se do seu crédito na Usina de *Sant'Anna*, que lhe abonou aquela quantia com que comprou a garantia da sua liberdade.

No jornal *A Cruz*, no início do mês de agosto, em 1922, Galdino inicia a publicação de um conjunto de reportagens publicadas n'*A Cruz*, sob o título de "Os graves sucessos em Livramento", nas quais narra a existência de uma perseguição ferrenha por parte do chefe de polícia, do delegado de polícia e de diversos usineiros aos habitantes de uma região chamada *Mata-Cavalos*, na cidade de Livramento, filiados à associação por ele presidida, a *União dos Operários de Matto Grosso (UOM)*, associação fundada em 1919, sob o lema "Liberdade, Ordem e Trabalho". Nesta primeira reportagem ele apresenta os associados em Mata-Cavallos, como homens reconhecidamente honestos, trabalhadores, cuja lavoura florescia, em especial do ano anterior até a data corrente, quando os moradores, antes esparsos, aproximaram suas palhoças umas das outras e passaram a cultivar uma grande roçada comum, em regime de mutirão e empregando o arroteamento do solo, cabendo a cada um mais de um alqueire de plantação. Galdino afirma que desta forma os "caboclos" do *Mata-Cavallos* realizavam o ideal da união que é o conagraçamento da classe proletária para o trabalho livre. Informa também que desde janeiro os associados da União, em Mata-Cavallos, vêm sendo oprimidos com repetidas intimações pelo delegado de polícia do município e que teriam como fim dissolver a associação naquele lugar. Em caso contrário, seria dissolvida pela força.²⁷⁷

Segundo o relato, dois meses antes do início dos graves eventos narrados, aquela autoridade já dizia aos trabalhadores que caso não dissolvessem a associação iria prende-los com o apoio do pessoal da *Estiva, Sant'Anna de Baixo, Motum*, por onde seriam distribuídos. Afirmava ainda que para isso tinha o apoio de altas autoridades do estado. Nos locais mencionados, pagava-se pouco aos trabalhadores 120\$000 por ano, 10\$000 por mês ou \$333 por dia. Diante disso minguava a mão de obra e crescia o descontentamento entre os proprietários que começaram a instigar o delegado de polícia local, cunhado dos donos do *Motum*, e primo dos de *Santana e Estiva*, dizendo-lhe que os trabalhadores eram vagabundos, entregues à perpetua vadiagem, devendo por isso serem presos e distribuídos por aqueles sítios.

Já ressabiados com as constantes intimações do delegado de polícia à dissolução da associação, os trabalhadores de Mata-Cavallos teriam sido novamente intimados, desta vez a uma audiência com o pretexto de sanarem uma dúvida a respeito de uma roçada que vinham fazendo. Receosos que o delegado se aproveita da ocasião para prende-los caso atendessem a

²⁷⁷ Os graves sucessos em Livramento. A CRUZ. Cuiabá. 06.08.1922.p.1.

solicitação, eles teriam desobedecido a intimação. O delegado então teria telegrafado a autoridade competente na capital solicitando uma força para submeter aqueles homens, que "se rebelavam contra sua autoridade". Sabendo ter sido a solicitação aceita, e ter saído da capital a dita força no dia 23 de julho, autorizou seus cunhados e primos a formar com seus camaradas uma força auxiliar do contingente policial que se dirigia a Livramento. O que foi feito, tendo sido reunida uma força auxiliar de cerca de sessenta homens. Mal armados e quase todos forçados.²⁷⁸

Ainda segundo a reportagem, avisados por amigos residentes na vila sobre a iminente ameaça à sua liberdade, os trabalhadores de Mata-Cavalos resolveram defendê-la por todos os meios ao seu alcance. Achando-se de passagem no local um membro da associação do 2º distrito de Rio-Abaixo (Melgaço), ofereceu-se para trazer seus amigos para ajudá-los a resistir. Sendo enviado um deles para pedir providências ao Centro da União sobre os graves acontecimentos que se desenrolavam na região e que mais tarde regressou trazendo recomendações escritas ao presidente do grupo, para que não oferecessem resistência e se retirassem do povoado em direção as matas, evitando o contato com as forças escravizadoras, dispensando quaisquer grupos que viesse em seu auxílio e que aguardassem uma ação pacifista do Centro. Recomendava ainda que se apresentassem a justiça os intimados pela autoridade local.

A reportagem relata que as forças escravizadoras desceram a planície de Mata-cavallos na manhã do dia 26 de julho e, verificando terem se retirado os homens da localidade, saquearam as humildes palhoças, maltrataram mulheres e crianças, para que informassem a localização de seus maridos e pais, conduzindo diversas delas presas, não se sabe se para *Motum*, para o "quartel general" das forças ou para a cadeia pública da vila. As incursões teriam continuado, nos dias 27 e 28, ficando a força, em seguida, acampada nos arredores a planejar novas incursões nas matas. Na tarde de sexta feira, 29, teria entrado na zona afligida um grupo do 2º distrito de Rio-Abaixo a procura de três pobres famílias que há dois meses tinham sido "agarradas" em suas próprias casas, sob forte tiroteio e feitas prisioneiras em S. Miguel, onde foram forçadas a trabalhar, quase sem nenhum alimento e sem que tivessem sido antes camaradas. Ao avistar a entrada daquelas forças, o delegado teria desocupado a zona e pedido novo reforço a capital.²⁷⁹

²⁷⁸ Ibid.

²⁷⁹ Ibid.

Esta primeira reportagem da série que analisaremos é importante por demonstrar duas formas de resistência ao trabalho coagido nas usinas. Associação enquanto trabalhadores para juntos prepararem a terra e realizar o plantio e a associação política em uma organização de trabalhadores. Ambas as estratégias colocavam em risco o sistema de trabalho estabelecido pelos usineiros e pela classe patronal rural em geral, sendo por isso alvo das investidas policiais que novamente aparecem como relacionados aos industriais do estado.

Cinco dias depois da primeira reportagem, Galdino publicou outra reportagem, corrigindo a informação prestada no número anterior, e que não pôde ser confirmada antes da publicação, sobre o preparo de resistência dos unionistas em Mata Cavalos. Os boatos teriam sido espalhados pelos próprios escravizadores com o objetivo de indispor o governo com aqueles lavradores. Os quais diziam estarem "armados até os dentes", com armas de guerra adquiridas na passagem da *Conceição*. A reportagem contesta a versão e pergunta quem teria vendido armas aos lavradores e, se eram vagabundos, como afirmavam os escravizadores, onde teriam obtido recursos pecuniários para tal compra? Ouvindo negociantes da dita passagem, o redator afirma que a reportagem confirmou que nenhum daqueles trabalhadores tinha comércio de qualquer espécie com aquela povoação e que sequer os conheciam.²⁸⁰

De acordo esta segunda reportagem, a única informação verídica prestada pelos escravizadores seria a de terem se dirigido para Mata-Cavalos famílias maltrapilhas fugidas da cruel escravidão de que eram vítimas na usina *S. Miguel* e que se dirigiam a S. Luiz de Cáceres mas que nem ali pernoveram, regressando a pedido do Centro para o lugar de onde vieram.

O reforço pedido por ocasião da entrada de forças do 2º distrito na área conflagrada teria sido pedido não pela possibilidade de resistência dos lavradores do Mata-Cavalos, o que os próprios escravizadores acreditavam não ser possível, mas pela possibilidade de debandada da própria força escravizadora por eles comandada que ameaçava se dispersar “na sanha de fazer escravos”. Julgava-se indispensável o apoio da polícia para garantir o sucesso da empreitada. O pedido foi atendido e pelas 17 horas do sábado, dia 29 de julho, saiu da capital em direção ao livramento uma força de dez praças de polícia.²⁸¹

A reportagem narra que após a retirada da zona conflagrada, os escravizadores acamparam no sítio *Motum*, já desapontados e suspeitando, sem razão, a todo momento, de um ataque da parte dos “pacíficos trabalhadores” por eles injustamente perseguidos,

²⁸⁰ Os graves sucessos em Livramento (continuação). A CRUZ. Cuiabá. 13.08.1922.p.2.

²⁸¹ Ibid.

estremecendo-se ao menor ruído que ouviam. Com a chegada do contingente policial "tomaram nova alma", imaginando que estas se colocariam a serviço deles para que tivessem sucesso em seu único objetivo, o de fazer escravos. Ao serem comunicados pelo comandante da força enviada de que ele estava ali não para fazer escravos os lavradores da região, mas unicamente para sindicar os fatos denunciados pelo delegado local e conduzir os culpados a capital, teriam tentado disfarçar suas intenções descendo mais uma vez a planície de *Matta-Cavalos* simulando dar busca aos lavradores somente em matas próximas onde já sabiam que não os encontrariam. A reportagem sugere que não os queriam encontrar porque os encontrariam desarmados, o que levaria a debandada das forças. O comandante da força policial, ao perceber que o real intento dos paisanos era unicamente fazer escravos os camponeses e sem encontrar nenhum criminoso, retirou as forças sob seu comando do local, para o desgosto dos "tiranetes" que esperavam transformar a força pública em "caçadores de escravos" e fazer letra morta a "gloriosa lei de 13 de maio".²⁸²

Nesta segunda reportagem a checagem feita por Galdino acerca dos boatos espalhados pelos usineiros demonstrou serem falsos os boatos sobre as intenções conflituosas dos trabalhadores. Nos períodos anteriormente analisados os desmentidos geralmente eram feitos para defender a honra de algum proeminente membro de um dos partidos em disputa mas havia uma hegemonia das narrativas construídas sobre a índole perigosa dos camaradas que era perpetuada pelos órgãos oficiais de ambos os partidos, justificando assim a repressão sobre os mesmos.

No fim de agosto de 1922, em nova reportagem da série, Galdino traz alguns pormenores que não entraram nas reportagens anteriores sobre as incursões promovidas pelo delegado de polícia Livramento em Mata Cavalos. As forças sob seu comando, acovardadas e quase decididas a não levar a cabo a "caçada de escravos" planejada, só se animaram a invadir a região, de armas em punho, quando souberam terem se retirado os homens do lugar, ficando nas casas apenas mulheres e crianças.²⁸³

Na primeira casa invadida, o tabelião de Livramento teria investido, brandindo um sabre que levava à cintura, contra quatro crianças, que se refugiaram nas matas vizinhas. Enquanto isso a casa era assaltada por um grupo que tinha Olegário, o chefe de polícia, à frente. Este, encontrando uma mulher que tremia de medo, colocou-a sob a mira da espingarda, chamando-a de bandida e inquirindo-a sobre o paradeiro do marido. Da mesma

²⁸² Ibid.

²⁸³ Os graves sucessos em Livramento (continuação). A CRUZ. Cuiabá. 27.08.1922.p.2.

maneira procedeu um dos co-proprietários do *Motum* com outra mulher em uma casa vizinha. O delegado teria saído da primeira casa, levando presa a mulher que ameaçava de morte, enquanto seus companheiros saqueavam as humildes habitações. Em seguida, o delegado teria invadido outra casa, onde também só se achavam mulheres e crianças, e agarrado brutalmente uma mulher recém-saída do trabalho de parto, ordenando aos seus sequazes que a colocassem sob as aberturas do "anjinho", para que revelasse o paradeiro dos foragidos. Naquelas aberturas lancinantes e cruéis e a boca da espingarda ela teria dito “o que viu e o que não viu, o que sabia e o que não sabia”. Em seguida teriam saqueado as palhoças, matando e conduzindo dali os animais, colhendo os plantios e saqueando objetos de pequeno valor²⁸⁴

Na quarta reportagem sobre o caso, publicada em setembro, Galdino afirma que durante o saque em Mata Cavalos, no qual as forças escravizadoras submeteram mulheres e crianças, Antonio Estevão, o delegado de polícia de Livramento, dizia aos mesmos "eu vim aqui mais para provocar o Galdino", "vou mandar buscar uma metralhadora para limpar vocês daqui", "vocês hão de conhecer para quanto presta o Antonio Estevão", "Uma mentira minha vale por cem verdades dos outros". E pedia que entregassem o Silvestre, que ele mataria, porque tinha "carta-branca" para tudo. Segundo Galdino, Silvestre Marinho Duarte, um dos líderes unionistas de mata-cavallos temia o delegado e era por este odiado por ser, naquele lugar, um dos maiores obstáculos a seus planos “escravagistas”.²⁸⁵

A reportagem também detalha a menção feita em reportagens anteriores às forças vindas da usina São Miguel na ocasião em que as forças do delegado desciam o *Mata-Cavallos*. Diversas pessoas, obrigadas a tomar parte nas “forças escravizadoras”, teriam informado que quando iam descer para esta região, foi ao encontro do delegado Antonio Estevão um grupo de cavaleiros vindo da usina *São Miguel*, localizada em Rio Abaixo e pertencente a Eduardo de Carvalho, relatando que há dois meses, diversas famílias tinham sido por eles capturadas, em *Campo fora* e em *Tamanduá*, e levados a mencionada usina por ordem de seu proprietário. Os membros destas famílias nunca tinham sido camaradas de Eduardo de Carvalho que, temendo que sua safra perecesse, mandou "agarrar gente" para o trabalho, como era costume seu. Tendo algumas destas famílias fugido da usina, os ditos cavaleiros diziam ter tido notícias que elas se dirigiam a *Mata-Cavallos* e por isso resolveram se juntar as forças para poderem agarrá-las e reconduzi-las ao trabalho forçado. O delegado, depois de verificar a impossibilidade de localizar os lavradores de Mata Cavallos, disse à essa

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ Os graves sucessos em Livramento (continuação). A CRUZ. Cuiabá. 03.09.1922.p.2.

gente que deixassem passar alguns dias e que esperassem as coisas se acalmarem para voltarem ao lugar e buscarem os fugitivos, que lhes franqueava livre entrada no município e que se não encontrassem as famílias que procuravam, podiam “amarrar e levar para São Miguel todos os habitantes de Mata Cavallos”. Para facilitar o êxito da investida, disse ainda que envidaria seus esforços para apreender todas as armas que acaso tivessem aqueles lavradores. O pessoal de *São Miguel*, animado com as garantias, teria ficado de retornar.²⁸⁶

A reportagem narra também a invasão e saque da casa de José Appollinario, onde Gregorio Roodrigues da Costa, proprietário da engenhoca de *Sant'Anna*, tio de Olegário de Barros, teria aterrorizado seus moradores. Ao adentrar a casa, ele teria apontado a filha de Appollinario, que tinha entre 11 e 12 anos, a um de seus sequazes e ordenado: "enterre o facão na barriga dessa negrinha!". O sujeito teria sacado o facão e se dirigido em direção a menina, que se meteu entre os "quebra-panels", outra expressão usada para se referir às “forças escravizadoras”. Um membro da força, "menos mal", teria tentado amparar a menina, sendo por isso agredido por outro capanga que estava atrás.²⁸⁷

Esta reportagem indica que os proprietários das usinas de Santo Antônio organizavam forças para capturar pessoas também em outros municípios e regiões próximas e demonstram que pelo menos alguns dos membros das “forças escravizadoras” movidas pelo coronel eram compostas por trabalhadores forçados a esta empreitada, que em caso de desobediência ou até mesmo de hesitação eram punidos pelos demais. Um outro elemento que merece destaque é a fala atribuída ao delegado Antonio Estevão: “Uma mentira minha vale por cem verdades dos outros”. Ela expressa a dificuldade que tinham os trabalhadores em ter suas denúncias levadas à sério frente a contestação dos usineiros e das autoridades constituídas.

Em outubro de 1922, Galdino continua sua série de reportagens denunciando que quando souberam que os residentes em *Mutuca*, a duas léguas de onde estavam, tinham se refugiado nas matas, para lá se dirigiram as “forças escravagistas”, com o objetivo de praticar saques, como fizeram em *Mata-Cavalos*, deixando sua população à mingua. Antonio Estevão teria intimado umas mulheres que estavam a beira de um córrego, limpando miúdos de porcos por ordem das forças escravizadoras, a seguir com eles para *Motuca*, com as gamelas e seu conteúdo na cabeça, como castigo pela afronta a autoridade que sofrera. Depois de certa distância, porém, achou melhor mandar escolta-las para Motum.²⁸⁸

²⁸⁶ Ibid.

²⁸⁷ Ibid.

²⁸⁸ Os graves sucessos em Livramento (continuação). A CRUZ. Cuiabá. 01.10.1922.p.1.

Nesta reportagem Galdino também relata que o delegado teria submetido à tortura do anjinho e da estaca por mais de dois dias a um prisioneiro de nome Manoel Araujo, vulgo Manoel Mentira afim de que prestasse depoimento falso na chefatura de polícia. O que de fato fez. A reportagem aponta como indícios de que o depoimento era falso o fato de ter Manoel Mentira saído do Mata-Cavalos sem nenhum dinheiro e de depois do depoimento ter sido visto fazendo compras em Cuiabá e o depoimento de um outro residente em Mata-Cavalos que contou que o delegado teria também lhe proposto que fosse a chefatura dar depoimento falso contra os unionistas de *Mata-Cavallo*.²⁸⁹

A reportagem cita depredações em outras localidades, promovidas “em nome da ordem escravista” por parte das autoridades constituídas contra a associação. A primeira delas em abril do ano anterior quando a população do lugar denominado *Furado* foi sitiada e assaltada à meia noite por uma força composta por mais de cem homens, dos "tiranetes" de Rio-Abaixo, pelo motivo de terem constituído uma dessas agremiações e por se recusarem a dissolvê-la. Em uma ocupação armada, que durou cinco dias, a população da localidade em peso teria sido feita prisioneira, sendo amarrados e barbaramente espancados tanto homens como mulheres e crianças. Teria também sido roubado dinheiro “e qualquer coisa de valor encontrada”. Também foram relatados casos de estupro e assassinato, a exemplo do carpinteiro Antonio Simplicio, morto por um dos capangas da usina *S. Miguel* de Eduardo de Carvalho. Grande parte dos prisioneiros teria sido distribuída pelas usinas da *Conceição* e *S. Miguel*, outros teriam sido trancafiados na cadeia pública de S. Antonio, sendo obrigados a pagar uma contribuição de guerra de setenta mil reis cada um. No fim da reportagem, afirma-se que tanto no Furado quanto no Livramento, o único objetivo era o de arrebanhar homens livres, tornando-os “escravos” para usufruir do trabalho gratuito e sugere que só uma intervenção direta por parte do governo federal, poderia impedir a ação desses produtores, protegidos da ação da lei pelos vínculos políticos e mesmo de parentesco que tinham com as autoridades constituídas no estado, sempre dispostas a prestar-lhes apoio e auxílio.²⁹⁰

Na última reportagem da série, Galdino informa que logo que os unionistas souberam que os habitantes do *mata-cavalos* se afastaram para o interior das matas e que as forças escravizadoras seguiam para aquela localidade, procuraram o chefe de polícia para reportar a motivação para que seus parentes fossem aquele lugar e para que não permitisse as esperadas depredações, tendo ele respondido que iria telegrafar a Antonio Estevão para não houvesse

²⁸⁹ Ibid.

²⁹⁰ Ibid.

nenhuma irregularidade na diligencia. Após as depredações, roubos, violências e humilhações, promovidos pelos parentes de Olegário, os unionistas voltaram a chefatura de polícia reportando ao mesmo a situação e informando que chamaram à capital os perseguidos para que se apresentassem à chefatura para lhe pedir justiça, que lhes era negada em Livramento. Olegário teria concordado, mas em seguida teria mandado postar soldados em todas as entradas da capital, mandando deter e levar a prisão qualquer um que chegasse daquela região. Apesar disso, alguns conseguiram adentrar a capital e compareceram frente ao chefe de polícia, sendo tratados com descomposturas e humilhações pelo mesmo e por seu assistente, Albano, que os cortavam constantemente e os acusavam de mentirosos.²⁹¹

Os relatos de Galdino de Barros quando olhadas em seu conjunto formam uma das mais completas e detalhadas denúncias de como operavam os usineiros para recrutar trabalhadores e como eram protegidos pelas autoridades locais. Após alguns anos, como já mencionamos, ele voltaria a denunciar a situação à qual eram submetidos os trabalhadores, desta vez em jornais por ele fundados ou nos quais era redator.

No campo político institucional o período que vai da eleição de Pedro Celestino até a deposição de Aníbal de Toledo, pela revolução de 1930, foi um período relativamente tranquilo, especialmente se compararmos com os períodos anteriores, nos quais os conflitos pelo domínio do governo estadual eram constantes.

O governo de Pedro Celestino foi interrompido por iniciativa própria, segundo consta para tirar um ano de licença.²⁹² Seu substituto legal, Estevão Corrêa, assumiu em 27 de outubro de 1924. Estevão era primo de Pedro Celestino. Essa passagem de governo entre familiares exemplifica a dominância da família Corrêa no poder estadual durante esse período. O Jornal *A noite*, do Rio de Janeiro, publicou em março de 1925 um artigo bem-humorado, no qual afirma ironicamente que a principal indústria de Mato Grosso é uma "fábrica de corrêas".²⁹³

Nele aponta-se a relação de parentesco de Pedro Celestino com Estevão e com diversas outras figuras que exerciam posições de destaque no governo. Entre eles: Virgílio Alves "Corrêa", secretário geral do Estado, irmão de Estevão Alves "Corrêa" e genro e primo do coronel Pedro Celestino "Corrêa"; Luiz Adolpho "Corrêa", senador e primo-irmão de

²⁹¹ Os graves sucessos em Livramento (continuação) A CRUZ. Cuiabá. 08.10.1922.p.1.

²⁹² De Matto Grosso- A passagem do Governo do Estado. O JORNAL. Rio de Janeiro. 28.10.1924. p.7.

²⁹³ No mundo dos politicos - Uma carta curiosa. A NOITE. Rio de Janeiro. 27.03.1925. p.1.

Pedro Celestino "Corrêa"; Coronel João Celestino "Corrêa", deputado federal e primo de Pedro Celestino "Corrêa"; Philogenio "Corrêa", presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, e primo de Pedro Celestino "Corrêa"; Generoso Siqueira "Corrêa", deputado estadual e primo do coronel Pedro Celestino "Corrêa"; Itrio "Corrêa", agrimensor geral do Estado e filho do coronel Pedro Celestino "Corrêa"; Augusto "Corrêa" da Costa, deputado estadual e primo de Pedro Celestino "Corrêa". Entre tantos outros parentes empregados como comandante das forças, coletor estadual, inspetor do tesouro, procurador fiscal do Tesouro Estadual, juiz de direito, inspetor de higiene...²⁹⁴

O artigo termina acrescentando que o indicado, dias antes, para futuro governador de Mato Grosso, em sucessão, aos "Corrêas" anteriores é também um "Corrêa", sobrinho de Pedro Celestino, Mario "Corrêa". Que de fato foi eleito o presidente seguinte do estado, cumprindo integralmente o seu mandato.²⁹⁵

Durante o governo de Mario Corrêa, os periódicos vinculados a Galdino de Barros e Agrícola Paes de Barros continuariam denunciando as violências sofridas por trabalhadores das usinas.

No ano de 1924, o jornal *A Luz* registra que, em Rio Abaixo, "se passa a mais barbara das escravidões". Camaradas enfrentariam jornadas de mais de 12 horas, "comendo pouco e ganhando quase nada", "comprando tudo por uma exorbitância" e "sendo submetidos ao tronco, ao pau e a palmatoria". Segundo a reportagem eram presos por qualquer motivo e cobrados pela carceragem, cinco mil réis por prisão. Afirma-se que ali todos devem, o homem, a mulher, "até o filho ao nascer já deve, por ter respirado o ar do patrão algoz".²⁹⁶

Segundo a reportagem, os trabalhadores das usinas, antes tímidos e conformados, começavam a conhecer "alguma coisa sobre seus direitos", chegando sobre eles o espírito da revolta. Estariam organizando fugas em direção ao *Araguaia* ou à *Chapada*, preferindo arriscar-se na mata a regressar à capital, onde podiam ser presos. Perseguidos por escoltas "como se fossem feras", "como os pretos escravos de outrora".²⁹⁷

Em 1926, o jornal *A Capital*, continuador d'"*A Luz*" e d'"*O Fifó*". Registra a 1ª Assembléa extraordinária da fundação do *Centro Matogrossense*. Nesta reunião, deliberou-se que os editais e notícias concernentes ao Centro fossem publicados no rio pelos jornais: *A*

²⁹⁴ Ibid

²⁹⁵ Ibid.

²⁹⁶ Município de Santo Antonio do Rio Abaixo. A LUZ. Cuiabá. 22.08.1924. p.1.

²⁹⁷ Ibid.

Noite e O Jornal. No mesmo dia, informa-se sobre uma reunião do centro para discutir a prisão do trabalhador Emilio Ferreira da Silva, realizada em 30 de junho passado, pelo mesmo motivo que fora preso em 1924, ocasião em que lhe foi concedido um pedido de *habeas-corpus*. A prisão foi ordenada pelo Subdelegado de polícia do 2º Distrito, Joaquim Leite de Figueiredo. O trabalhador teria sido conduzido para um lugar ignorado.²⁹⁸

Segundo a reportagem, nessa reunião agitada foram denunciadas mais de uma autoridade policial da capital como envolvidas no "triste caso de escravagismo". Ficou resolvido reencetar a campanha contra o "tráfico de escravos"; processar a autoridade coatora da liberdade do trabalhista Emilio Ferreira e todos os cúmplices e conseguir a sua "alforria"; comunicar o fato a todos os centros filiados e federados por meio de circular; esgotar todos os recursos ao seu alcance para a liberdade de Manoel Baptista de Freitas, há mais de dois anos conduzido para a usina do *Aricá* onde se achava ainda "escravizado" apesar dos protestos do Centro trabalhista que não foi atendido pelos chefes de polícia que se sucediam.²⁹⁹

O Professor Feliciano Galdino fez as seguintes considerações:

Procurando sempre evitar o menor incommodo com queixas e denunciaes ao illustre Chefe do Estado que já tem muitos outros problemas a resolver, desmascaramos os vendedores de escravos! boycottemos os productos dos vendedores de escravos! Façamos assentar na banca dos réus os vendedores de escravos!³⁰⁰

No início do ano de 1927, por ocasião da passagem pelas proximidades de Cuiabá das forças revolucionárias comandadas por Siqueira Campos, o jornal *A manhã* registra o fracasso do recrutamento promovido pelo governador de Matto Grosso para lhes dar combate. Os revoltosos teriam sido bem recebidos pela população que lhes fornecia víveres e roupas. Tal fato desagradou a Mario Corrêa que tentou organizar um batalhão para enfrentar os revoltosos. Um mês após a publicação do "convite" à população, feita no órgão oficial do governo, poucas pessoas se apresentaram.³⁰¹

Mario Corrêa adotou então medidas violentas, ameaçando de demissão os funcionários de Estado, fechando repartições públicas e publicando avisos advertindo-os de que seriam considerados inimigos do governo e do estado de Matto Grosso, aqueles que não se apresentassem para pegar em armas na defesa de Cuiabá. Foram organizadas patrulhas para

²⁹⁸ 28 de Junho. A CAPITAL. Cuiabá. 09.06.1926. p.2.

²⁹⁹ Ibid.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ O Momento Revolucionario: Siqueira Campos ás portas de Cuiabá. A MANHÃ. Rio de Janeiro. 16.01.1927. p.1.

prender todos os homens validos que fossem encontrados nas ruas da cidade. Nem assim o governo conseguiu formar o batalhão de “voluntários”. Como último recurso, o governo recorreu aos proprietários de usinas açucareiras, que teriam se prestado a obrigar os seus "trabalhadores escravizados" a pegar em armas.³⁰²

Segundo a reportagem, os revolucionários eram em mais de dois mil homens e, cientes do procedimento do governador, apenas acamparam nas proximidades da cidade, onde se prepararam para seguir sua jornada, sem nunca terem pretendido invadi-la.

Ainda que não tenha tido consequências trágicas como se verificou em outros períodos da história política de Mato Grosso, durante a Primeira República, o caso demonstra que a "tradição" da utilização de indivíduos escravizados, para a organização de batalhões a serviço do estado ou de uma força política qualquer, se manteve até o fim desse período.

No mesmo ano da reportagem anterior, o jornal *A Plebe*, de 13 de outubro, narra a prisão do operário Flavio Waldemiro dos Reis. Alegadamente “preso sem culpa”, sobre o pretexto de estar louco. Foram negados dois *habeas-corpus* em seu nome. A reportagem afirma que o diziam louco para mandá-lo "para qualquer usina", para onde teriam sido mandados outros trabalhadores recolhidos à cadeia pública. Ao preso era prometida sua soltura caso deliberasse seguir para alguma usina.³⁰³

No mesmo ano, o jornal publicou uma entrevista com o operário Argemiro de Costa e Oliveira que teve mulher e filhas sequestradas e metidas em um automóvel por um "coronel usineiro", em razão de dívida contraída por ele na usina. Argemiro alegou que devia ao coronel 720\$. Deu em pagamento dois lotes de terra no valor de 320\$, continuou devendo 400\$. Trabalhou por 4 anos na usina como carpinteiro, sem conseguir pagar a dívida. Recebia o pagamento em vales e mesmo comprando apenas o necessário para a subsistência, não podia saldar a dívida.³⁰⁴

As denúncias publicadas nesse período deixam claro a manutenção da utilização de trabalhadores escravizados como soldados em batalhões patrióticos, a prática de castigos corporais aos trabalhadores, a atuação de chefes e delegados de polícia como fornecedores ou negociantes de trabalhadores presos a serviço dos usineiros e o emprego de estratégias de endividamento nas usinas, possibilitando a escravidão por dívidas. Nesse sentido, são importantes para contestar a defesa que alguns periódicos do Rio de Janeiro fizeram dos

³⁰² Ibid.

³⁰³ A Pedidos (De um operário). A PLEBE. Mato Grosso. 13.10.1927. p.2.

³⁰⁴ Sem título. A PLEBE. Mato Grosso. 20.12.1927. p.4.

usineiros à época das libertações movidas por Mená Gonçalves e para rebater as acusações de que o regime já havia sido alterado e que os castigos corporais já não eram mais administrados.

As críticas que o interventor sofria desde o início de seu governo aumentaram após ele dar início as operações de libertação aos trabalhadores escravizados na região de Rio Abaixo. Um dos presos foi o ex-deputado João Celestino, proprietário da usina *Conceição*, influente político do clã dos Corrêa e primo de Pedro Celestino, um dos políticos mais tradicionais da política decaída.

A atuação de Menná movendo as operações foi o ponto final da indústria açucareira no estado, que a partir de então entrou em declínio, como fica claro em registro do jornal a Cruz anos depois. O Cel. João Pedro de Arruda, proprietário da Usina açucareira "Flexas", respondia ao coletor federal de Santo Antonio do Rio Abaixo, em 19 de março de 1933, a respeito da produção do açúcar em seu estabelecimento industrial:

Ilmo. Sr. Coletor das Rendas Federaes de Santo Antonio do Rio Abaixo.

Em resposta ao vosso officio circular do corrente mês, pedindo-me uma relação da produção de assucar dos anos de 1925 a 1932, desta usina das FLEXAS, de minha propriedade, para ser transmitida ao sr. Presidente da Comissão de Proteção ao Assucar, cumpre-me vos informas o seguinte:

O Estado de Matto Grosso não figura em nenhuma estatística do Brasil como produtor de assucar, senão para o pagamento de impostos, e é justo que assim seja, porque as dificuldades de toda ordem pesam sobre esta infeliz classe tão mal olhada pelo poderes publicos não lhes permitem produzir 25% da capacidade de suas fabricas.

Seria longo e fastidioso enumerar as razões da insignificancia de nossa produção, estando entre elas a agressão que sofremos em 1931 pelo então interventor Mena Gonçalves, maluco confesso, que por infelicidade nossa teve de dirigir os destinos deste Estado com o advento da Nova Republica.

Outro fosse o Paiz em que tivemos a infelicidade de nascer e que os seus dirigentes avaliassem as dificuldades que sentimos, desde a falta absoluta de braços e capital até a falta de transporte para vencer a distancia que nos separa do centro, talvez fossemos olhados com maior carinho e alguma proteção; mas infelizmente somos brasileiros e aqui estamos, no dizer do General Dantas Barreto: "No fim do mundo existe um morro e atraz desse morro está Cuiabá."³⁰⁵

³⁰⁵ A produção do assucar no Estado. A CRUZ. Mato Grosso. 26.03.1933.p.3.

CONCLUSÃO

Ao longo dos quatro capítulos que compõem essa dissertação vimos como se estabeleceu e se desenvolveu a moderna indústria açucareira no estado e como se transformaram as relações entre camaradas e patrões no âmbito da vida e do trabalho nas usinas e fora delas. No primeiro capítulo vimos como esta indústria se estabeleceu em Rio-Abaixo, com destaque para a figura de Joaquim José Paes de Barros, o pioneiro na modernização dos engenhos transformando-os em modernas usinas. Foi também o primeiro a exemplificar a confluência entre poder econômico e político se tornando uma figura proeminente do Partido Republicano exercendo influência sobre as atividades policiais que tanto se beneficiaram os usineiros por todo o período estudado. No caso de Joaquim José ele próprio exercendo o cargo de sub-delegado por algum tempo e depois de abandoná-lo continuaria tendo influência sobre este departamento, o que favorecia a obtenção de trabalhadores forçados para seu engenho. Antes da abolição, Joaquim José Paes de Barros e José Marques Fontes se utilizavam de escravos em seus engenhos da *Conceição* e do *Aricá*. Nesse período pré-abolição e pré-republicano, Joaquim José utilizou de forma concomitante do trabalho escravo e do trabalho forçado, ao submeter trabalhadores livres pelo artifício da dívida.

Nos primeiros tempos do pós-abolição Joaquim José e José Marques Fontes eram apontados como progressistas cujo exemplo deveria ser seguido pelos lavradores tradicionais e “atrasados”. Também eram elogiados pelo suposto emprego de trabalhadores livres. Nessa época recorreu-se ao emprego de trabalhadores estrangeiros contratados, sendo José Marques e sua filha Maria Leopoldina os pioneiros no estado.

Desde os primórdios da República e até mesmo antes foram relatadas relações conflituosas entre os usineiros, que não se comportavam como um grupo coeso, mas disputavam por influência no âmbito local dado que o poder de mando lhes conferiria prestígio político e favores do governo caso sua parcialidade política viesse a tornar-se situação. Esses conflitos, quando levados às últimas consequências, acabavam por expor os trabalhadores a um outro tipo de exploração. Como soldados nos bandos dos coronéis usineiros.

Desde o princípio da República o estado teve papel fundamental em direcionar os trabalhadores recém-libertos para o trabalho, muitas vezes nas mesmas condições em que desempenhavam nos tempos da escravidão. Uma destas maneiras foi a exigência de contrato

de trabalho para circular nas cidades após a aprovação da Lei de Locação Doméstica, favorecendo a concentração de “desocupados” nas áreas rurais e nos pequenos povoados. Onde se tornavam presas fáceis para os usineiros que dispunham de influência suficiente sobre as autoridades policiais para desviar trabalhadores das cadeias públicas e das forças policiais e do exército nas quais eram compelidas a assentar praça para suas usinas. Acompanhava esta “captura” dos ex-escravizados e de outros setores sociais, tachados como vadios, discursos difamatórios que os qualificavam como vagabundos, preguiçosos, criminosos, devedores, etc. Este procedimento tinha como objetivo legitimar a prisão ou captura dos mesmos. Também datam do início da República a participação dos coronéis usineiros como guerreiros nas diversas “revoluções” do estado, nas quais eram empregados “camaradas” de diversas atividades, em especial das usinas. José Marques Fontes, vinculado à *Aricá* participou da primeira delas, em 1892, que depôs o primeiro presidente constitucional do estado e depois foi o responsável por fazer frente às forças que visavam retomar o poder para o Partido Republicano. Neste período desempenhou inclusive, por um curto período, as funções de presidente, o primeiro usineiro a conseguir tal feito.

Na véspera da virada do século XIX para o XX, narramos a multiplicação das usinas diante do sucesso dos pioneiros desta indústria e das reclamações sobre a falta de braços e da dificuldade enfrentada pelos empregadores, quando se avolumavam também as queixas sobre fuga dos camaradas e de falta de compromisso com os contratos firmados verbalmente.

Após a fundação da *Itaicy*, uma das maiores e melhores usinas do estado acompanhamos a trajetória meteórica do Totó Paes a presidência do estado e sua derrocada com a mesma velocidade que ascendeu. Neste trajeto pudemos verificar a crescente mobilização por parte de usineiros de uma nova geração, como seu irmão, João Paes de Barros, agora a frente da *Conceição* e Maria Leopoldina, filha de José Marques, à frente da *Aricá*. Nestes conflitos camaradas combatiam em nome dos patrões como seus soldados. Nesse período também vimos as rivalidades entre usineiros resultarem na primeira (mas não única) luta fratricida quando Antônio Paes invadiu a usina de João Paes de Barros. Na ocasião foram levados como espólios de guerra diversos camaradas para a propriedade de um outro irmão, Henrique Paes. Nesse contexto, inimigos e até um ex-funcionário de Antônio Paes expuseram na imprensa aspectos do regime de trabalho que ele impunha a seus trabalhadores revelando castigos, torturas, jornadas exaustivas. No período também continuavam sendo empregados estrangeiros contratados cujos contratos não eram cumpridos, ficando expostos às mesmas condições dos demais camaradas.

Ao analisar o período de 1916/1917 vimos como o número e a influência dos usineiros crescer bastante, novas usinas surgiram e seus donos ocupavam postos de delegados, casos de Palmyro Paes e Virgínio Nunes, de deputados estaduais, como Amarílio de Almeida, Francisco Pinto, Luiz da Costa Ribeiro e até um novo presidente do estado, Joaquim Augusto da Costa Marques. No período as trocas de acusações entre os partidos dispararam em consequência disso pudemos observar a atuação dos usineiros que ocuparam os cargos de delegados abusando de sua posição para capturar trabalhadores e para coagi-los, novos movimentos de tropas, usinas transformadas em praças de guerra ou em acampamentos militares, invasões e operações nas usinas, trabalhadores capturados e libertados, novas disputas fratricidas, desta vez entre irmãos da terceira geração dos Paes de Barros e a discussão nos jornais cariocas e nos do norte sobre a generalização da “escravidão” no estado, fato corroborado pelas autoridades federais que ocuparam o estado após mais uma revolução. No período também foram libertadas mulheres mantidas refém por Henrique Paes, que teria engravidado algumas delas e que foi acusado de manter um “harém”.

Após o arrefecimento das tensões no campo político-institucional, que se seguiu a intervenção federal, vimos como esse apaziguamento não se estendeu as relações entre patrões e camaradas. As violências sofridas pelos mesmos passaram então a ser denunciadas por jornais progressistas.

Analisadas em conjunto as informações sobre os camaradas relatadas ao longo dessa exposição, verifica-se que quanto ao perfil social, os trabalhadores podiam ter características bem diversas, eram homens e mulheres, negros brancos e indígenas. Nacionais de diversas regiões e estrangeiros.

Espera-se ter demonstrado as transformações pelas quais foram os trabalhadores “recrutados” (para não utilizar “levados” “agarrados” ou “sequestrados) para o trabalho nas usinas: por meio dos *recrutamentos*, promovidos pelo exército nos primeiros tempos após a abolição; aliciados por meio de *contratos* oferecidos com propostas que não eram cumpridas; retidos em função de dívida contraída por si ou por outrem; presos como vagabundos, enviados diretamente para usinas ou negociados por chefes e delegados de polícia; “capturados” em revoluções e levados para outras usinas; “caçados” e “agarrados” nas ruas, matas e povoados.

Resistiram ao processo por meio de fugas, assassinatos de patrões e de supervisores, integrando associações políticas e constituindo formas de trabalho alternativas e comunitárias.

REFERÊNCIAS

- ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. Vozes no silêncio: subordinação, resistência e trabalho em Mato Grosso (1888-1930). Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.
- BARROS, João Ernesto Paes de. Genealogia de Antônio Paes de Barros - Totó Paes: o governador de Mato Grosso. Lisboa: [Editora não informada], 2016.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Rio de Janeiro: Editora Companhia de Bolso, 2011.
- COOPER, Frederick. Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CORREIA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943. Campo Grande: Editora UFMS, 1995.
- CASTRO, H. M. M.. Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, Séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- FANAIA, João Edson de Arruda. Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930). Cuiabá: EdUFMT/Fapemat, 2010.
- FERRERAS, Norberto Osvaldo. Escravidão e trabalho forçado das abolições do século XIX às abolições contemporâneas. Rio de Janeiro. Editora Mauad X, 2022.
- FRANCO, Gilmar Yoshihara. Embates pelo poder: o cenário político em Mato Grosso após a Proclamação da República. *Albuquerque: Revista de história*, 2013.
- FRANCO, Gilmar Yoshihara . Pelas páginas dos jornais: a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. XXVII Simpósio Nacional de História- Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: Editora da UFRN, 2013. v. Único. p. 354-354.
- FRANCO, Gilmar Yoshihara . Notas de um assassinato: a historiografia mato-grossense e a construção da memória política do governador Antônio Paes de Barros (1903-1906). In: XXVI Simpósio Nacional de História Anpuh: 50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História Anpuh: 50 anos. São Paulo: Ed. Usp, 2011. v. único. p. 1-17.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. História Oral. Rio de Janeiro, 2008.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; GUIMARÃES NETO, Regina B. Trabalho escravo contemporâneo: tempo presente e usos do passado. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. O imaginário do sertão: lutas e resistências ao domínio da Companhia Mate Larangeira (Mato Grosso: 1890-1945). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2012.

MENEZES, Alfredo da Motta. A verdade sobre Totó Paes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, n. 55, 1997.

OLIVEIRA, Dante de. Discurso do Governador Dante de Oliveira por ocasião da solenidade de comemoração do centenário da Usina do Itaicy. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá, n. 55, 1997.

PAIVA, Eduardo França. Trabalho compulsório e escravidão: usos e definições nas diferentes épocas. Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.

PÉTRÉ-GRENOUILLEAU, Olivier. A história da escravidão. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

PÓVOAS, Lenine de Campos. O ciclo do açúcar e a política de Mato Grosso. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2022.

RIOS, Ana Lugão; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Cristina Dos Santos. Mãos negras em solo hostil: a luta do trabalhador negro representada pelos escritos de Feliciano Galdino de Barros nos jornais de Cuiabá na Primeira República. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso. 2020.

LINDEN, Marcel Van der. Trabalhadores do mundo. Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.